

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE



Por:

MARIA CRISTINA NASCIMENTO VIEIRA

SERRA GRANDE - URUÇUCA, 2015



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**LAGOA ENCANTADA
ENTRE CANTOS E (DES)ENCANTOS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUBSÍDIOS PARA UM PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISANDO A GESTÃO DA APA DA
LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA (BAHIA)**

Por:

MARIA CRISTINA NASCIMENTO VIEIRA

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO:

Prof^ª. Dra. SUZANA MACHADO PADUA
Prof. Dr. LUIZ AFONSO VAZ DE FIGUEIREDO
Prof. Dr. ZYSMAN NEIMAN

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL, COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.

Ficha Catalográfica

Vieira, Maria Cristina Nascimento

Lagoa Encantada entre cantos e (des)encantos: representações sociais e subsídios para um programa de educação ambiental visando a gestão da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada (Bahia), 2015. 187p.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Educação Ambiental;
2. APA da Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada;
3. Representação Social;
 - I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ.

BANCA EXAMINADORA

SERRA GRANDE - URUÇUCA, 2015

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Prof. Dr. Zysman Neiman

ORAÇÃO DO ESTUDANTE

(Autor : Humberto Maturana)

*Por que me impões
O que sabes
Se eu quero aprender
O desconhecido
E ser fonte
Em minha própria descoberta?...
Não quero a verdade
Dá-me o desconhecido
Como estar no novo
Sem abandonar o presente?
Não me instruas
Deixe-me viver
Vivendo junto a mim.
Deixa que o novo
Seja o novo
E que o trânsito
Seja a negação do presente;
Deixa que o conhecido
Seja minha libertação
Não minha escravidão
Revela-te para que,
A partir de ti, eu possa
Ser e fazer o diferente;
Eu tomarei de ti
O supérfluo, não a verdade
Que mata e congela;
Eu tomarei tua ignorância
Para construir minha inocência*

Dedico esta dissertação aos meus pais e irmãos e, em especial, à minha filha Camille Vieira, pelo amor, carinho, abertura, apoio e compreensão que possibilitaram a minha vinda para Serra Grande, Uruçuca – BA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha ancestralidade, ao universo, à Mãe Terra, ao Pai céu pela força e oportunidade que me foi dada para cumprir mais uma etapa da minha vida. Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e cunhadas pelo amor incondicional e pela existência na minha vida.

Agradeço na pessoa da coordenadora do Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da ESCAS – IPÊ, Cristiana Saddy Martins, toda a equipe do IPÊ. Aos professores pelos momentos ricos de diálogos e de grande aprendizagem. Aos meus colegas de mestrado pelo apoio e incentivo, pelos momentos divertidos e aprendizados coletivos.

Ao Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos através da Diretoria de Unidades de Conservação, nas pessoas da Diretora Jeanne Sofia Tavares e a Coordenadora de Planejamento Ana Carla Rocha, pelo apoio na minha vinda para a região do sul da Bahia para assumir a gestão da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, que me possibilitou fazer o mestrado.

Agradeço a orientadora, Professora Suzana Pádua, pela delicadeza e carinho, ao orientador Professor Zysman Neimar pela clareza e objetividade nas suas colocações e, em especial, ao Professor Luiz Afonso Vaz de Figueiredo, por ter aceitado ao convite para fazer parte da equipe de orientação. A sua presença constante nos momentos de dúvidas e inseguranças e o carinho de mestre me permitindo aprender e crescer profissionalmente.

Agradecimento ao Instituto Arapyaú e a Fibria por financiarem esse Mestrado nesta região sul da Bahia, fortalecendo este território.

Agradeço a Luzinalda Bezerra, Ana Ferreira Rocha, Irene Penteado Cotrim, Luiz Afonso Figueiredo e a Camille Vieira Teodoro que se disponibilizaram a acompanhar-me em momentos diversos de visita de campo na Vila de Areias e o grande apoio ao desdobramento da pesquisa.

Agradecimento a Jaco Galdino, Barbara Lara, Mateus Lima pelos registros fotográficos e momentos de trocas. A Rui Rezende por ter cedido as fotos. A Jacson Roque Dantas Santos e Anderson Goldmann do Nascimento no apoio ao

deslocamento. A Vivianne Amaral pelos momentos compartilhados em prol da pesquisa. A Juliano Borghi do Instituto Arapyaú pelo empréstimo da máquina filmadora me possibilitando os registros e gravações das oficinas. A Dr. Paulo Lago pela gentileza em ceder o espaço da sua Pousada, para que eu pudesse permanecer na Vila de Areias por mais dias. Aos conselheiros da APA, Marcelo Jesus Oliveira e Jailson Costa dos Santos que sempre se disponibilizaram informações, dando suporte ao trabalho, a Edinaldo dos Santos e Vanacy Santos Alves pela disponibilidade e apoio. Aos moradores de Vila de Areias que participaram desta pesquisa, trazendo os seus anseios na esperança de uma melhor qualidade de vida. A minha amiga companheira das antigas Rute Colares, que pode refletir comigo os encantos e desencantos da Lagoa Encantada.

A professora Elza Maria Techio da Universidade Federal da Bahia, que me recebeu com todo o carinho e delicadeza, momento em que aprendi sobre a Teoria das Representações Sociais, a Poliana Neres Costa pelo apoio e aprendizado.

Ao professor Ronaldo Gomes da Universidade Estadual de Santa Cruz, que gentilmente disponibilizou a retirada de livros na biblioteca e o apoio importante de Tassio Moreira da sua equipe de trabalho. A Sidnei Sampaio que disponibilizou o seu tempo para confeccionar o mapa da Vila de Areias e ensinar-me a ferramenta para construir os mapas conceituais. Ao Tiago Tombini da Silveira pela ajuda.

As amigas e amigos de perto e de longe que sempre queriam saber notícias do andamento dos trabalhos (Beth Vieira, Solange Fagundes, Monica Arruda, Fabiana Fernandes, Eline Dias, Tonia Vasconcelos, Dalvací Santiago, Érika Almeida, Henriqueta Raymundo, Flávia Rossi, Adriana Brandão, Amaury Aranha). A querida professora Eda Tassara pelos momentos de encontros, reflexões e diálogos. As profissionais Lilian Maria Leite de Souza, e Lisa de Deus Santos Buchler pelo grande aprendizado que me possibilitou acreditar que é possível. A Luiz Meira pela presença e acompanhamento durante todo este processo. A Paulo Paiva pela presença na reunião do conselho gestor da APA e, pelo lindo registro.

A todas as pessoas queridas que passaram pela minha existência até o presente momento que me fizeram crescer como mulher, mãe e profissional que sou. Muito obrigada!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	24
1.1 – Apresentação e justificativa	24
1.2 – Contextualização e problemática	26
1.3 – Objetivos	29
1.3.1 – Objetivo geral	29
1.3.2 – Objetivos específicos	29
1.4 – Estrutura geral da dissertação	29
2. REFERENCIAL CONCEITUAL E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	31
2.1 – Unidades de Conservação no Brasil	31
2.1.1 – Situação atual do SNUC	33
2.1.2 – Instrumentos de gestão participativa das UCs: Consulta Pública, Plano de Manejo e Conselho Gestor.	37
2.1.3 – Áreas de Proteção Ambiental e seus desafios no Brasil	40
2.2 – Unidades de Conservação na Bahia, a APA Lagoa Encantada e a bacia do Rio Almada	43
2.2.1 – Unidades de conservação da Bahia	43
2.2.2 – APA Lagoa Encantada e Rio Almada: aspectos históricos e caracterização	48
2.3 – Educação Ambiental	53
2.3.1 – Educação ambiental no Brasil	53
2.3.2 – Educação ambiental e ações de educomunicação em unidades de conservação	59
2.4 – Teoria das representações sociais	62
2.4.1 – Visão geral da teoria das representações sociais	62
2.4.2 – A teoria de representação social no Brasil	66
2.4.3 – Uso da teoria das representações sociais na educação ambiental	68
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
3.1 – Pesquisa qualitativa e a observação participante	70
3.2 – Vila de Areias/Lagoa Encantada: caracterização da área de estudo	72
3.3 – Pesquisa documental e bibliográfica	75

3.4 – As visitas de campo: momentos e procedimentos	75
3.4.1 – Primeira visita	76
3.4.2 – Segunda visita	76
3.4.3 – Terceira visita	76
3.4.4 – Quarta visita	77
3.4.5 – Quinta visita	77
3.4.6 – Sexta visita	77
3.4.7 – Sétima visita	78
3.4.8 – Oitava visita	80
3.5 – A construção das narrativas visuais e os procedimentos utilizados	81
3.6 – A entrevista e a evocação de palavras: procedimentos de coleta e análise	82
3.6.1 – Sujeitos envolvidos e realização das entrevistas	83
3.6.2 – Instrumento para coleta de dados: o questionário	85
3.6.3 – Procedimentos para análise de conteúdo	85
3.6.4 – O programa EVOC e sua utilização	87
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	90
4.1 – A Comunidade de Areias e suas narrativas visuais	90
4.1.1 – A comunidade, o uso e ocupação do solo e sua relação com a Lagoa Encantada	107
4.1.2 – A pesca na Lagoa Encantada	125
4.1.3 – Atividades turísticas e de lazer na Lagoa Encantada	133
4.2 – Representações da Lagoa Encantada, da APA e da questão da sustentabilidade entre moradores da Comunidade de Areias	146
4.2.1 – Representação social da Lagoa Encantada	146
4.2.2 – Representação social do Turismo	149
4.2.3 – Representação social da Pesca	152
4.2.4 – Representação social da Sustentabilidade	154
4.2.5 – Representação social da Área de Proteção Ambiental e da Conservação Ambiental	157
4.2.6 – Análises das entrevistas semiestruturadas	160
4.3 – Subsídios para a construção do Programa de Educação Ambiental e Comunicação para a Gestão da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada	161
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	176

APÊNDICE A Questionário de pesquisa aplicado com os membros da comunidade de areias. 185

ANEXO A Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada e Rio Almada 187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Bahia.	45
Tabela 2: Unidades de Conservação Municipais de Proteção Integral – Bahia.	46
Tabela 3: Unidades de Conservação Municipais de uso sustentável – Bahia.	47
Tabela 4: Dados sociodemográficos dos participantes.	84
Tabela 5: Quadrantes de distribuição estrutural das Representações Sociais de ABRIC.	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bacia do Rio Almada e seus afluentes. Fonte: (LAPA, 2012).	28
Figura 2: Mapa das Unidades de Conservação do Estado Bahia. (DIRUC/INEMA, 2011).	44
Figura 3: APA Lagoa Encantada, inserida no Corredor Ecológico Boa Esperança – Conduru (Fonte: Floresta Viva, 2011).	48
Figura 4: Poligonal da APA Lagoa Encantada e seus municípios.	50
Figura 5: Trajetória evolutiva das ações de Comunicação e Educação Ambiental conforme o histórico de criações das UCs Brasileiras (ENCEA, 2006).	60
Figura 6: Imagem satélite da Vila de Areias, Lagoa Encantada, Ilhéus, 2015 (Google Earth, 2010). Os pontos indicados referem-se às entrevistas realizadas.	78
Figura 7: Mapa conceitual da representação social do termo Lagoa Encantada.	149
Figura 8: Mapa conceitual da representação social do termo Turismo.	151
Figura 9: Mapa conceitual da representação social do termo Pesca.	154
Figura 10: Mapa conceitual da representação social do termo Sustentabilidade.	157
Figura 11: Mapa conceitual da representação social do termo APA.	159

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Testando o questionário com uma moradora da Vila de Areias, Lagoa Encantada, Ilhéus. (Bárbara Lara, fev. 2015).	79
Foto 2: Aplicação do questionário na comunidade, Lagoa Encantada, Ilhéus. (Bárbara Lara, fev. 2015).	79
Foto 3: Aplicação de questionário – roda de conversa com os jovens. (Maria Cristina Vieira, fev. 2015).	80
Foto 4: Estrada, barracos de lona – Povoado Terra Prometida. (Luiz Afonso Figueiredo, set.2014).	90
Foto 5: Panorâmica do mirante da Lagoa Encantada, com o Parque Estadual da Serra do Conduru ao fundo. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).	91
Foto 6: Primeira conversa na comunidade. (Jaco Galdino, jun. 2014).	92
Foto 7: Vista da Escola da comunidade de Vila de Areias. (Mateus Lima, jun. 2014).	93
Fotos 8 e 9: Diálogo com grupo de jovens. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).	93
Foto 10: Imagens do “Barco Escola” que deslocam as crianças das comunidades do outro lado da margem da Lagoa Encantada. (Jaco Galdino, jun. 2014).	94
Foto 11: Imagens do “Posto de Saúde” da Lagoa Encantada. (Jaco Galdino, jun. 2014).	95
Foto 12: Rua paralela à Lagoa Encantada. (Jaco Galdino, jun. 2014).	95
Foto 13: Senhora recolhendo roupas da cerca/ varal, sendo ajudada por uma das pessoas que acompanhava a pesquisadora. (Jaco Galdino, jun. 2014).	96

Fotos 14 e 15: Exposição da rede de pesca e o pano de prato, ambos feitos por ela. (Jaco Galdino, jun. 2014).	96
Foto 16: Rua paralela à principal, vista da Associação Lagoa Encantada de cidadania e Turismo Sustentável (LECTS) (Jaco Galdino, jun. 2014).	97
Foto 17: Pesquisadora dialogando com os integrantes da Equipe do Projeto. (Juliana Piovesan, ago. 2013).	98
Foto 18: Segundo posto construído utilizado na torre do Projeto. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2013).	99
Fotos 19: Pesquisadora indo ao encontro da senhora responsável pelos partos naturais na Lagoa, “parteira” (Jaco Galdino, jun. 2014).	100
Fotos 20: Pesquisadora numa roda de conversa com a “parteira”. (Jaco Galdino, jun. 2014).	100
Foto 21: Linha do tempo construída com a comunidade, realizada na 2º visita. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).	101
Foto 22: Local onde está acondicionado o lixo reciclado. Aguarda uma oportunidade para ser encaminhado para reciclagem. Falta de transporte (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).	103
Foto 23: Lixo espalhado na localidade. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).	103
Foto 24: Uma das moradoras mais antigas da Vila de Areias, participando da oficina. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014).	104
Foto 25: Facilitadora, Irene Cotrin, dando início à dinâmica de apresentação da oficina. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014).	105
Foto 26: Presença das lideranças da comunidade Vilas de Areias. (Maria Cristina	106

Vieira, jul. 2014).

Foto 27: Morador expressando seus anseios sobre as problemáticas da comunidade. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014). 106

Foto 28: Foto aérea da Lagoa Encantada. (Rui Rezende, maio. 2014). 108

Foto 29: Casa de um morador/compositor (in memoriam) – Placa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Barbara Lara, fev. 2015). 109

Foto 30: “Cais” principal da Lagoa Encantada. (Barbara Lara, fev. 2015). 109

Foto 31: “Ponto comercial” Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014). 110

Foto 32: “Ponto comercial” - Restaurante Peixe da Lagoa. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014). 110

Foto 33: Pousada - Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014). 111

Foto 34: Moradora da Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014). 111

Foto 35: Visão das embarcações atracadas na Lagoa Encantada, com o sistema agroflorestal cacau-cabruca. (Jaco Galdino, fev. 2015). 112

Foto 36: Campo de futebol da Vila de Areias. (Jaco Galdino, jun. 2014). 113

Foto 37: Cotidiano da Vila de Areias. Visão da rua da frente, beira da lagoa. (Jaco Galdino, jun. 2014). 113

Foto 38: Descida no ponto de ônibus, chegando da “Feira de Ilhéus”. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014). 114

Foto 39: Placa do ponto de ônibus. (Maria Cristina Vieira, jul.2014). 114

Foto 40: Pescadores tomando banho com sabonete na Lagoa Encantada. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).	115
Foto 41: Diversos usos: Lavação de roupas, copos e patos tomando banho na beira da Lagoa. (Jaco Galdino, jun. 2014).	115
Foto 42: Lavação de utensílios e balde no “carrinho” pra pegar água (Bárbara Lara, fev. 2015).	116
Foto 43: Crianças levam bacia com utensílios lavados na beira da Lagoa e balde com água para casa. Ao fundo uma estrutura do poço construída em 2012, pelos estudantes franceses voluntários vinculados ao projeto de “Nantes Eau Brésil”, que frequentam o local desde o ano de 2011 (Bárbara Lara, fev. 2015).	116
Fotos 44: Momentos de uma criança remando o barco. (Bárbara Lara, fev. 2015).	117
Fotos 45: Pescador auxiliando a chegada da criança no barco à beira da Lagoa. (Bárbara Lara, fev. 2015).	118
Foto 46: Crianças tomando banho na Lagoa, pousando pra foto. (Bárbara Lara, fev. 2015).	118
Foto 47: Crianças brincando de escola numa casa vazia, observação participante. (Jaco Galdino, jun.2014).	119
Foto 48: Crianças pousando para foto, observação participante. (Jaco Galdino, jun. 2014).	119
Foto 49: Crianças jogando bola – uma das diversões da tarde, observação participante. (Barbara Lara, fev. 2015).	120
Fotos 50: Presenças de vacas na beira da Lagoa, observação participante. (Mateus Lima, jun. 2014 e Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).	121

Foto 51: Presenças de galinhas na beira da Lagoa, observação participante. (Bárbara Lara, fev. 2015).	121
Fotos 52: Patos se alimentado na rua paralela à Lagoa, observação participante. (Bárbara Lara, fev. 2015).	122
Foto 53: Banca de verduras sendo comercializada na beira da Lagoa. (Bárbara Lara, fev. 2015).	122
Foto 54: Cenário do pôr-do-sol na Lagoa, observação participante. (Mateus Lima, jul. 2014).	123
Foto 55: Entardecer na Lagoa Encantada. (Mateus Lima, jul. 2014).	124
Foto 56: Lua cheia refletindo às margens da Lagoa Encantada. (Bárbara Lara, fev. 2015).	124
Foto 57: Visão da lua cheia na Lagoa Encantada. (Bárbara Lara, fev. 2015).	125
Foto 58: Marisqueiras realizando a pesca de anzol, na beira da Lagoa. (Mateus Lima, fev. 2015).	126
Foto 59: Pescadores se preparando para lançar a rede. (Barbara Lara, fev. 2015)	127
Foto 60: Chegada da canoa com o pescado. (Barbara Lara, fev. 2015).	127
Foto 61: Manzuá (instrumento de pesca) exposto na beira da cachoeira do Apepique. (Juliana Piovesan, ago. 2013).	128
Foto 62: Pescador produzindo o Manzuá para venda. (Maria Cristina Vieira, fev. 2015).	129
Foto 63: Pescador com peixe tilápia. (Jaco Galdino, jul. 2014).	130

Foto 64: “Cesto” de tilápia. (Jaco Galdino, jul. 2014).	131
Foto 65: Bagre africano, introduzido na Lagoa em 1980, que é salgado e vendido nas feiras livres. (Mateus Lima, jun. 2014).	131
Foto 66: Criança com o pescado em mãos, para venda. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014).	132
Foto 67: Marisqueira limpando o peixe agulha, para ser vendido nas barracas de praia em Ilhéus. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).	132
Foto 68: Ilhas flutuantes, um atrativo turístico na Lagoa Encantada. (Rui Rezende, maio. 2014).	134
Foto 69: Treinamento da “3ª Semana do Vôo Livre na Lagoa Encantada”. (Camille Vieira, dez. 2014)	135
Foto 70: Placa sinalizando os passeios de barco que saem da beira da Lagoa rumo às cachoeiras. (Barbara Lara, fev 2015).	136
Foto 71: Pesquisadora colocando “colete salva-vidas” para uma ida a campo. (Juliana Piovesan, ago. 2013).	137
Foto 72: Navegando pelas águas da Lagoa Encantada, rumo às cachoeiras. (Jaco Galdino, fev 2015).	137
Foto 73: Cachoeira do Apepique (Juliana Piovesan, ago. 2013).	138
Fotos 74: Trilha da fazenda São Paulo, e sua floresta. (Jaco Galdino, fev 2015).	139
Foto 75: Vista da trilha da fazenda São Paulo (Jaco Galdino, fev 2015).	139
Foto 76: Vista panorâmica da Trilha avistando a Lagoa Encantada. (Jaco Galdino,	140

fev. 2015).

Foto 77: Canoas ancoradas próximas às ilhas flutuantes (Jaco Galdino, fev. 2015). 140

Foto 78: Escorregadeiras do Rio Caldeiras (Jaco Galdino, fev. 2015). 141

Foto 79: Formação de poças no aspecto de caldeirão no Rio Caldeiras. (Jaco Galdino, fev. 2015). 141

Foto 80: Formação de pequenas cachoeiras no Rio Caldeiras. (Jaco Galdino, fev. 2015). 142

Fotos 81: Aspectos dos caldeirões formados pelo Rio Caldeiras (Jaco Galdino, fev. 2015). 142

Foto 82: Cachoeira Véu da Noiva. (Jaco Galdino, fev. 2015). 143

Foto 83: “Águas correntes”, cachoeira Véu da Noiva (Jaco Galdino, fev. 2015). 143

Foto 84: Afluente da Lagoa Encantada (Jaco Galdino, fev. 2015). 144

Foto 85: Águas cristalinas, braços do Rio São José (Jaco Galdino, fev. 2015). 144

Foto 86: Pesquisadora dialogando sobre o turismo com proprietário do restaurante e jovem estudante do curso técnico em Turismo (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014). 146

Foto 87: Devolutiva da pesquisa durante a reunião do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. (Paulo Paiva, set. 2015). 174

Foto 88: Exposição das fotografias durante a reunião do Conselho Gestor. (Paulo Paiva, set. 2015). 175

Foto 89: Criança observa fotografias durante a reunião do Conselho Gestor. 175
(Paulo Paiva, set. 2015).

Foto 90: Escolha das fotografias pós a reunião do Conselho. (Paulo Paiva, set. 176
2015).

LISTA DE ABREVIações

APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COPPA	Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
DIRUC	Diretoria de Gestão das Unidades de Conservação
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
PARNA	Parque Nacional
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEUC	Secretaria Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
ZZE	Zoneamento Ecológico Econômico
WWF	World Wildlife Fund

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ecologia

LAGOA ENCANTADA

ENTRE CANTOS E (DES)ENCANTOS:

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUBSÍDIOS PARA UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISANDO A GESTÃO DA APA DA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA (BAHIA)

Por:

MARIA CRISTINA NASCIMENTO VIEIRA

Agosto, 2015

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Machado Pádua

O presente trabalho teve como objetivo elaborar subsídios para o Programa de Educação Ambiental e Comunicação para o Plano de Manejo da APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, município de Ilhéus – Bahia, com base nas representações sociais da comunidade da Vila de Areias. A pesquisa foi realizada na “Vila de Areias”, tendo seu território localizado às margens da Lagoa Encantada. A Lagoa Encantada é a maior lagoa natural de água doce do Estado da Bahia, com aproximadamente 6 km² de extensão. Conhecida como um local de exuberante beleza natural e turística, em especial as cachoeiras. Como procedimento metodológico optou-se pela abordagem de cunho qualitativo e observação participante para realização deste estudo. No que tange à coleta de dados, utilizou-se entrevista semiestruturada, com gravações dos depoimentos, das narrativas visuais e aplicação de questionários, permitindo-se, assim compreender o universo das representações sociais, a partir da evocação de palavras e perguntas abertas, conforme os seguintes temas: Lagoa Encantada; Turismo; Pesca; Sustentabilidade; e Área de Proteção Ambiental. Desta forma, utilizou-se o *software* EVOC para realizar os cálculos das frequências das palavras, ordens de evocações, produzindo o quadro de quadrantes expressando a estrutura das representações sociais dos participantes. As narrativas visuais auxiliaram na compreensão da paisagem e na análise do contexto socioambiental a partir dos temas: a) a comunidade e o uso e ocupação do solo; b) a pesca na Lagoa Encantada; e c) atividades turísticas e de lazer. A proposta da construção do Programa de Educação Ambiental e Comunicação para os municípios da APA, foram sustentados em quatro eixos estruturantes, sendo: 1) Articulação Institucional; 2) Desenvolvimento de Comunidades; 3) Educação Ambiental e Questões Socioambientais; e 4) Comunicação, levando em conta a percepção dos moradores de Vila de Areias. Os resultados da pesquisa demonstraram que há uma real necessidade de ambientalizar as comunidades promovendo um processo educador permanente e continuado em prol da conservação socioambiental e qualidade de vida destas comunidades.

Palavras chaves: Educação Ambiental, APA da Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada e Representação Social.

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ecologia

LAGOA ENCANTADA

ENTRE CANTOS E (DES)ENCANTOS:

SOCIAL REPRESENTATIONS AND SUBSIDES FOR AN ENVIRONMENTAL EDUCATION PROGRAM FOCUSING ON APA MANAGEMENT OF LAGOA ENCANTADA AND RIO ALMADA (BAHIA)

By:

MARIA CRISTINA NASCIMENTO VIEIRA

August, 2015

Advisor: Profa. Dra. Suzana Machado Pádua

This work aimed to elaborate subsidies for the Environmental Education and Communication Program for the Management Planning of APA in Lagoa Encantada (Enchanted Lake) and Rio Almada (Almada River), Ilhéus city - State of Bahia, based on the social representations of the Vila de Areias community. This research was done at "Vila de Areias", located on the margins of Lagoa Encantada. Lagoa Encantada is the largest natural lake with fresh water of the State of Bahia, with approximately 6 km² of extension. It is known for being a place of natural exuberance and touristic beauty, especially due to its waterfalls. The methodological procedures adopted a qualitative approach and a participant observation. For the data collection, I used a semistructured interview, recorded testimonies, visual narrations and questionnaires. These approaches helped understand the universe of social representations based on the use of words after open questions were asked on the the following topics: Lagoa Encantada; Tourism; Fishing; Sustainability; and Environmental Protection Area. In this way, EVOC software was used to make the calculation of the frequency of the words, evocation orders, producing a quadrant table which expresses the structure of the participants' social representations. The visual narratives aided in the comprehension of the scenario and in the analysis of the social and environmental contexts raised from the following topics: a) the community and soil use and occupation; b) fishing in the Lagoa Encantada; and, c) the touristic/leisure activities. The subsidies for the Environmental and Communication Educational Program for the Management Planning of APA municipalities were based on four pivots: 1) Institutional Articulation; 2) Communities Development; 3) Environmental Education and Socio-environmental topics; and 4) Communication. The results of this research show that this Environmental Education and Communication Program has the potential to promote the emancipation of these communities by the potentialities founded on the education process, in favor of environment protection, socioeconomic development and quality of life improvement.

Keywords: Environmental Education; Lagoa Encantada and Rio Almada Watershed APA's and Social Representation.

1. INTRODUÇÃO

1.1 – Apresentação e justificativa

O meu envolvimento com a Lagoa Encantada e sua comunidade teve início em meados dos anos 1980, acompanhando um técnico do IBAMA, vindo de Brasília para Ilhéus, para uma inspeção técnica de avaliação da importância ambiental da área. Decidia-se a possível criação de uma unidade de conservação que protegesse essa paisagem de beleza cênica e sua biodiversidade. Na ocasião, eu trabalhava no órgão ambiental da Bahia, no Centro de Recursos Ambientais - CRA, em Salvador, exercendo a função de educadora ambiental.

Em 2013, através da Diretoria de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, acompanhei as reuniões do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada. Assim, fui compreendendo a problemática do processo de gestão.

Com a possibilidade de fazer o mestrado profissional de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável em Serra Grande, no município de Uruçuca (BA), promovido pela Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS, do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, acabei me mudando para Ilhéus de modo a ficar mais próxima da região da APA Lagoa Encantada. O IPÊ oferece um mestrado profissional para as pessoas que desejam a aplicação da pesquisa no campo profissional.

Durante o tempo que participei das atividades relacionadas à gestão da APA, constatei a frustração das pessoas e das instituições em relação à descontinuidade de projetos, políticas e iniciativas. A falta de projetos voltados para a sustentabilidade econômica e ecológica local e a descontinuidade das ações socioambientais, somados à ausência das gestões municipal e estadual nos locais, fazem com que as comunidades que vivem nestas áreas se sintam abandonadas e esquecidas. Um aspecto que observamos em outras áreas protegidas no Brasil.

Como gestora e educadora, entendo que numa situação de desesperança e frustração crônica em relação às mudanças ou aos benefícios que a existência da APA

pode trazer para a sociobiodiversidade, lidamos com uma situação de desmobilização e perda de confiança. Diante da perspectiva da implantação do Complexo Intermodal Porto Sul na região e dos impactos socioambientais crescentes do desenvolvimento regional é fundamental estabelecer com as comunidades e instituições que convivem no território da APA, novas conexões constituídas por confiança e esperança, que consigam mobilizar a energia necessária para o alcance dos objetivos de conservação e sustentabilidade da unidade de conservação – UC.

Na área de gestão ambiental, as atividades que atuam nos campos da interação, educação, mobilização e comunicação com os atores sociais envolvidos em qualquer ação e problemática ambiental são a educação ambiental e a comunicação, sempre aspectos complexos, mas altamente necessários.

No caso da APA Lagoa Encantada, apesar de ao longo dos 24 anos de existência de iniciativas de conservação na área e de ações de educação ambiental realizadas, a UC não conta com um programa institucional de comunicação e educação ambiental. O Termo de Referência nº02/2013, em negociação, que visa à contratação da elaboração do Plano de Manejo, não tem, entre os produtos contratados, um programa de educação ambiental. Apesar disso, há na coordenação de planejamento da Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC/INEMA, a intenção de elaborar e implantar um programa de educação ambiental e comunicação social nessa UC.

No entanto, entendemos que para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental e comunicação para a UC, que terá entre seus desafios estabelecer ou restabelecer canais de comunicação que efetivamente contribuam para a criação e a sustentação de um campo de diálogo entre todos que se relacionam com a APA, faz-se necessário que a área tenha o entendimento das subjetividades presentes nas mediações entre a gestão da APA e as comunidades e pessoas envolvidas.

A contribuição do presente trabalho foi identificar na comunidade de Areias, localizada na Lagoa Encantada, signo maior desta UC, quais representações sociais sobre questões estratégicas para sua gestão estão presentes e como mediam suas relações com a mesma. Assim, o presente trabalho tem o intento de apresentar propostas, diretrizes e sugestões. Com isso, espera-se que os resultados desta

pesquisa forneçam subsídios para elaboração e implantação do programa de educação ambiental e de comunicação para integrar o Plano de Manejo da UC, baseados na compreensão das diversidades socioculturais existentes, contribuindo assim para ampliar a participação social na gestão da APA e para o uso sustentável de sua biodiversidade.

1.2 – Contextualização e problemática

A APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada conta com um Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, pela Resolução Nº 1.802 de 23 de outubro de 1998 e teve seu Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE atualizado em 2002.

Desde 2013, tendo em conta os grandes projetos estatais previstos para a próxima década na região, o INEMA está em processo de encaminhamento do Termo de Referência Nº 02/2013 para a contratação de serviços de atualização do Plano de Manejo.

A UC está localizada na região onde está prevista a implantação do Complexo Intermodal Porto Sul, o que provoca o ajuste de seu planejamento à nova conjuntura socioeconômica e ambiental da região. Ações, programas e projetos já previstos para a UC vêm se adaptando aos novos desenhos da infraestrutura regional e, ao mesmo tempo, mantem-se a missão de implementação da UC e do alcance de seus objetivos.

Outro aspecto a considerar é que, com os baixos investimentos realizados pelos Estados e Governo Federal nas Unidades de Conservação, as compensações ambientais dos empreendimentos são oportunidades para financiar programas e projetos de conservação. A compensação ambiental tem sido, desde a Lei do SNUC, uma importante fonte de financiamento da implantação e gestão das UCs.

No caso da APA da Lagoa Encantada, em que as ações com intenção de conservação se iniciaram em 1991, com o decreto de tombamento municipal da área da Lagoa (Decreto Nº 026/91), decorridos 24 anos, apresentam até o presente momento pouca efetividade. A possibilidade de recursos financeiros decorrentes da compensação ambiental para fortalecer a implantação da política de conservação de

biodiversidade na região pode ser vista como uma oportunidade para avançar na implantação da UC.

Neste contexto de reformulações e de estruturação e implantação de ações que garantam os objetivos de criação da APA, consideramos que especial atenção deve ser dedicada à comunicação e à educação ambiental.

O documento que apresenta as Diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA (2006, p. 25) tem:

(...) em seus princípios o diálogo e a interatividade como resultado de uma comunicação e educação ambiental integradoras da diversidade de interesses e que mobilize a cooperação mútua, com o reconhecimento das diversas vozes e visões de mundo presentes e a busca de possíveis convergências.

No entanto, ao observarmos a comunicação institucional estabelecida na gestão da APA, percebemos que os conteúdos administrativos e institucionais são apresentados usualmente de forma técnico-científica, ou simplesmente burocrática, não se estabelecendo uma comunicação produtiva para os objetivos da sustentabilidade e da conversação entre os gestores e atores sociais.

Assim, em parte pelo desconhecimento das subjetividades envolvidas, acontece que questões estratégicas, apesar de comunicadas, não são apropriadas e entendidas, gerando-se ruído na comunicação, conflitos e distanciamento entre os diversos atores sociais no uso e conservação das áreas protegidas. O conceito de subjetividade indica proposto por Carvalho (2013, p 301) aponta ser:

(...) um modo de ser e estar no mundo que resulta em estilo de vida e valores adotados por indivíduos e grupos sociais nas suas relações com os humanos e não humanos”

Desta forma, entendemos que o estabelecimento de diálogo e participação social na gestão da APA passa pelo entendimento dos estilos de vida e valores dos diversos atores que vivem no território, regidos pelo sistema de normas e leis, que caracterizam as áreas de proteção ambiental.

A escolha desta localidade para o desenvolvimento da pesquisa deu-se em função do diferencial que o lugar apresenta: espaço de grande beleza cênica, cachoeiras, cascatas, rios e florestas ao redor de um imponente lago de água doce, com área aproximada de 6 Km². A Lagoa Encantada é a maior lagoa da bacia do Rio

Almada (Figura 1) e tem como principais contribuintes os rios Caldeira, Pipite e Inhaúpe. Além de estar diretamente ligada à história do município de Ilhéus e região cacaeira, tem grande potencial turístico e inspirou o nome da Área de Proteção Ambiental.

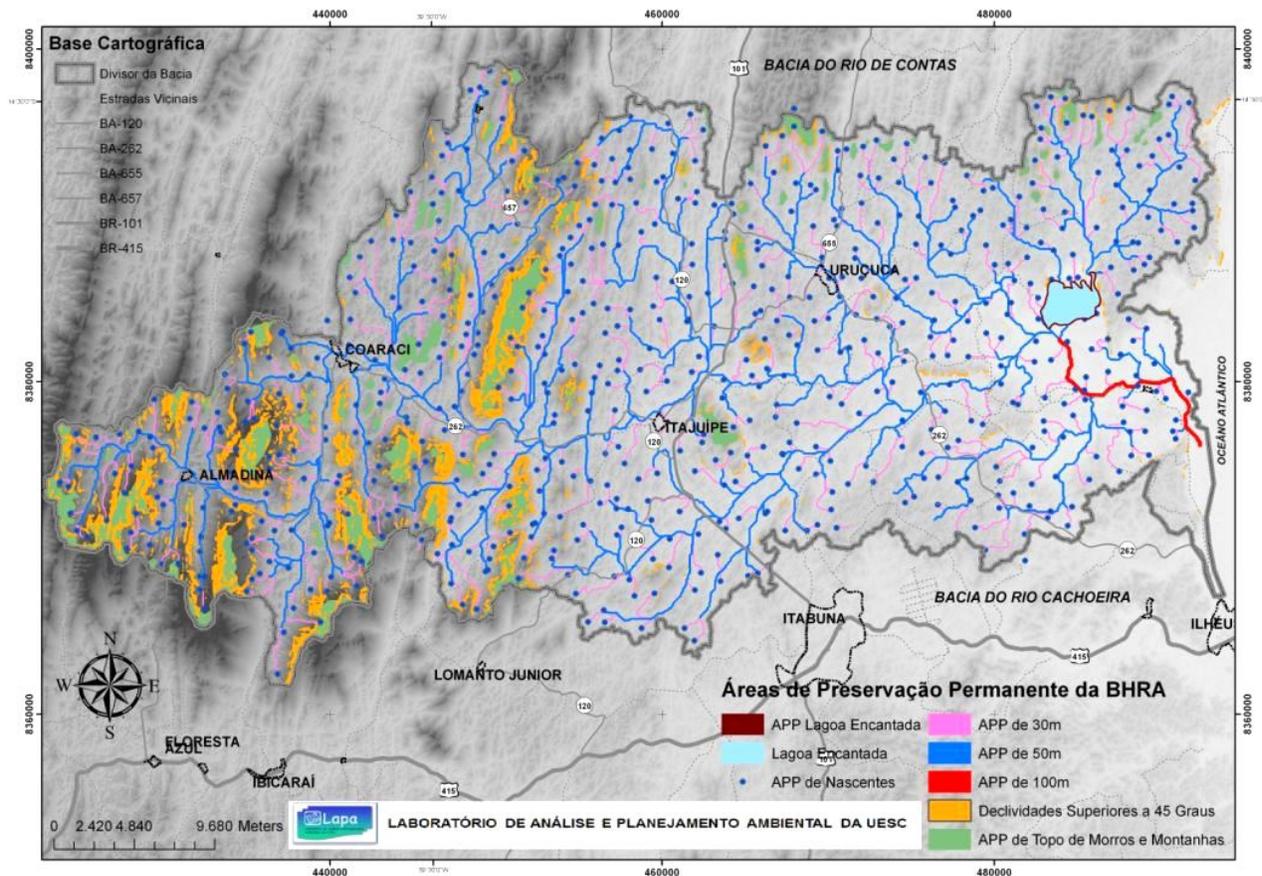


Figura 1: Bacia do Rio Almada e seus afluentes. Fonte: (LAPA, 2012).

A comunidade que vive na Vila de Areais foi deslocada de outro lugar para lá, sendo interessante estudar e compreender sua situação do ponto de vista topofílico¹ (TUAN, 1980). O desafio de vencer as barreiras comunicativas para a conservação da biodiversidade e o desejo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida desta comunidade inspiraram o presente trabalho.

¹ Topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.

A investigação realizada identificou representações sociais relacionadas com temas estratégicos para a Gestão da Unidade de Conservação: 1) Lagoa Encantada; 2) Pesca; 3) Turismo; 4) Sustentabilidade e 5) Área de Proteção Ambiental.

1.3 – Objetivos

1.3.1 – Objetivo geral

Elaborar subsídios para o Programa de Educação Ambiental e Comunicação para o Plano de Manejo da APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, município de Ilhéus – Bahia, com base nas representações sociais da comunidade da Vila de Areias.

1.3.2 – Objetivos específicos

- Identificar representações sociais da comunidade da Vila de Areia/Lagoa Encantada sobre os seguintes temas: Lagoa Encantada, Pesca, Turismo, Sustentabilidade e Área de Proteção Ambiental;
- Realizar o levantamento fotográfico, visando caracterizar as narrativas visuais que registrem as dinâmicas socioambientais da Lagoa Encantada.

1.4 – Estrutura Geral da Dissertação

Para cumprir com seus objetivos, a presente pesquisa é composta por 05 (cinco) etapas, que serão descritas a seguir.

A introdução foi subdividida em quatro momentos, sendo que a primeira se inicia com descritivo sobre minha trajetória, no intuito de apresentar toda minha carreira na área ambiental e criar vínculos com o leitor. No segundo momento, busca contextualizar a Lagoa Encantada e a dinâmica da Vila de Areias, demonstrando facilitar o entendimento dos fatos históricos ocorridos neste território. Em seguida, destaca o objetivo geral e os específicos da pesquisa e, por fim, a estrutura geral do trabalho.

No capítulo 2 – trata-se do referencial teórico, onde se evidencia a relevância das áreas protegidas, destacando alguns conceitos, potencialidades e limitações à expansão e gestão das UCs; Educação Ambiental sendo trazida numa linha do tempo até a atualidade e, por fim, se apresenta os conceitos sobre teoria das representações sociais.

No capítulo 3 – se descreve a metodologia de pesquisa, onde foi feita uma imersão no conceito de pesquisa exploratória, na qual identificou-se o estudo de caso como a forma mais eficaz para atender os objetivos propostos na pesquisa, além de análise documental e bibliográfica. Sobre as narrativas visuais presentes nas fotografias, as mesmas se transformam em textos, pois proporcionam momentos de mergulho na comunidade entrevistada.

No capítulo 4 – os resultados da pesquisa são apresentados. Além das análises dos dados em relação ao questionário, foram apresentados, através das narrativas visuais, aspectos da comunidade da Vila de Areias, tais como: uso e ocupação do solo, pesca e turismo.

O Trabalho é finalizado com os subsídios para a elaboração de um Programa de Educação Ambiental e Comunicação para o Plano de Manejo da APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

2.1 – Unidades de Conservação no Brasil

As áreas naturais e a biodiversidade são protegidas no Brasil por um conjunto de atores sociais, instituições, normas e recursos cujo entrelaçamento constitui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza – SNUC, que tem como estratégia central a criação e a gestão de UCs (BRASIL, 2000).

As UCs são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000).

O sistema foi criado com a promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A Lei do SNUC possibilitou a sistematização de categorias de manejo, integrou os níveis de administração municipal, estadual e federal e possibilitou uma visão de conjunto sobre as áreas protegidas no Brasil, além de definir os mecanismos que regulam a participação da sociedade na gestão das UCs.

A criação destas áreas, mesmo quando de iniciativa particular, como é o caso da categoria de manejo Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, é realizada pelos governos federal, estaduais e municipais. A decisão de criação de uma unidade de conservação deve ser precedida pela realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população. São áreas protegidas sujeitas a normas e regras especiais. Em relação ao uso dos recursos são classificadas como Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são aquelas em que o principal objetivo é a proteção da natureza. Nestas áreas é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aqueles que não envolvem consumo, coleta ou dano aos mesmos. Como exemplo deste tipo de atividade, podemos citar: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. As categorias de proteção integral são: Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica

(RB), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

As Unidades de Uso Sustentável são áreas que permitem o uso dos recursos naturais desde que praticado de forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos estejam asseguradas. As categorias de uso sustentável são: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FN), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Extrativista (RESEX, Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

As categorias de manejo criadas pela lei do SNUC estão adequadas aos critérios definidos pela União Internacional para Conservação da Natureza – UICN, colocando o sistema brasileiro em consonância com os padrões e normas internacionais, o que facilita a definição de estratégias para a captação de recursos, a realização de pesquisas, o intercâmbio de informações e experiências, o diálogo com agências internacionais e de outros países, a adoção de padrões diferenciados de gestão e a gestão de áreas transfronteiriças (DRUMMOND, FRANCO, OLIVEIRA, 2010).

Até 2007, a gestão das unidades de conservação federais era realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Em agosto deste ano, pela lei nº 11.516 e por desmembramento do IBAMA, é criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que passou a ser o órgão responsável pela execução das políticas de conservação da biodiversidade e pela administração das unidades de conservação federais. Entre as finalidades do ICMBio, estão o fomento e a execução de programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade em todo o Brasil. É órgão executor do SNUC.

A gestão do SNUC, conforme a lei de sua criação, é feita com a participação das três esferas do poder público (federal, estadual, municipal). As competências dos órgãos para a gestão do sistema vão desde a coordenação e acompanhamento, até a sua implementação propriamente dita.

O SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

- Órgão consultivo e deliberativo: representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a função de acompanhar a implementação do SNUC;
- Órgão central: representado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de coordenar o SNUC;
- Órgãos executores: representados na esfera federal, pelo ICMBio e IBAMA, em caráter supletivo, e nas esferas estadual e municipal pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Os órgãos executores do SNUC têm a função de implementá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

2.1.1 – Situação atual do SNUC

As unidades de conservação, além dos objetivos estritos de proteção da biodiversidade, oferecem uma série de serviços e bens ambientais que beneficiam grande parte da população brasileira, inclusive alguns setores econômicos em contínuo crescimento. Segundo Medeiros *et al* (2011, p.6):

(...) entre estes serviços podemos destacar a produção de água envolvida na geração da energia elétrica em hidrelétricas e a água para abastecimento público, no Brasil inteiro. Outros bens e serviços provisionados pelas unidades de conservação para a economia e sociedade brasileiras são: produtos florestais, uso público, sequestro de carbono e repartição de receitas tributárias.

Além destes, há outros serviços ambientais de grande impacto social, como a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa; a proteção de assentamentos humanos contra deslizamentos, enchentes e outros acidentes; conservação de recursos pesqueiros; e, conservação da biodiversidade (MEDEIROS *et al.*, 2011).

No entanto, o conceito de serviços ambientais ainda é pouco aplicado no Brasil, o que dificulta a apreciação positiva sobre a conservação da biodiversidade. A conservação ainda é vista como uma ação restritiva ao desenvolvimento por grande parte de setores econômicos e pelo próprio Estado.

Desde a criação do SNUC, o Brasil promoveu a expansão das áreas protegidas, conseguindo aproximar-se das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica – CBD, nos prazos estabelecidos. Para se ter uma ideia do esforço realizado, segundo o estudo *Expansion of the Global Protected Area System*, elaborado por Clinton N. Jenkins e Lucas Joppa, o Brasil foi responsável por 74% de todas as áreas protegidas criadas no mundo entre 2003 e 2008 (MEDEIROS et al. 2011).

No entanto, Medeiros *et al.* (2011, p.9) alertam para o fato:

(...) de que o ritmo de expansão não foi acompanhado pelo esforço para a efetiva implantação das UCs e criação de condições para a gestão do patrimônio tombado. Resulta disso o grande desafio, para a sociedade e para o Estado, de consolidar estas áreas, para que possam cumprir as funções que justificaram sua criação: conservação da natureza, visitação pública, pesquisa científica, exploração sustentável dos recursos.

As avaliações de especialistas sobre a situação atual do SNUC, após praticamente 15 anos de criação, são carregadas de preocupação diante das intervenções e das tentativas de setores da economia para limitar a ação de conservação da biodiversidade no Brasil. O superintendente do WWF-Brasil, Jean Timmers, em artigo originalmente publicado no relatório de atividades de 2013 da frente parlamentar ambientalista do congresso nacional, afirma: a existência das UCs não consegue frear os ímpetus de um modelo que busca o desenvolvimento econômico a qualquer custo. O resultado disso tem sido o surgimento, nos últimos anos, de uma série de projetos de lei que pretendem alterar os limites ou objetivos de criação dessas áreas (WWF-Brasil², 2013).

Entre os problemas destacados pelo WWF Brasil, em relação às unidades de conservação no Brasil, estão:

- a quantidade significativa das UCs brasileiras são de uso sustentável, categoria que oferece menos segurança para a conservação;
- a falta de investimentos - o orçamento destinado ao ICMBio, em 2013, representou 0,012% do PIB Nacional, o que significa um montante de R\$ 211 milhões, ou apenas R\$ 3,00 por hectare de área protegida;

²Disponível em: http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/?40382/Sistema-Nacional-de-Unidades-de-Conservacao-SNUC-completa-14-anos-de-avancos-e-desafios Último acesso em: 01 de maio de 2015.

- o baixo índice de regularização fundiária das UCs;
- projetos de leis, programas e projetos dos poderes legislativo e executivo, federal, estaduais e municipais que atacam o sistema nacional de áreas protegidas, pois pretendem desconstituir, reduzir ou jogar para baixo o nível de proteção de inúmeras unidades de conservação.

Dos 74.931.198 hectares de unidades de conservação federais, 40.672.038 (54,3%) são de proteção integral e 34.259.160 ha (45,7%) são de uso sustentável. A maioria das áreas de UCs federais de proteção integral (69%) está em Parques Nacionais, seguidos por Estações Ecológicas (19%) e Reservas Biológicas (11%). As Florestas Nacionais possuem 45,5% da área total de uso sustentável, 30% estão em Reservas Extrativistas e 24% em Áreas de Proteção Ambiental (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Em estudo realizado pelo WWF Brasil e ICMBio, as unidades de conservação federais brasileiras avaliadas apresentaram vulnerabilidade mediana. Entre as diferentes categorias de manejo, as Áreas de Proteção Ambiental, Monumento Natural e Reservas Extrativistas são as categorias mais vulneráveis. Os dados mostraram também que não há diferença expressiva entre níveis de vulnerabilidade dos grupos de proteção integral e uso sustentável (51% e 52%, respectivamente) (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Comparando os resultados de 2010 com a avaliação feita entre 2005 e 2006, realizadas com a mesma metodologia, o estudo mostrou que o percentual das Unidades de Conservação com efetividade de gestão, nos níveis alto e médio, aumentou consideravelmente em cinco anos de gestão e houve redução do grupo de UCs com baixa efetividade. Os resultados indicam que o padrão geral de gestão das UCs federais brasileiras tem se elevado (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Estes e outros dados integram a publicação “Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil, resultados de 2010”, lançada em 2012, possivelmente um dos retratos mais atuais do SNUC. O relatório é fruto da parceria entre o ICMBio e o WWF-Brasil para avaliar a efetividade da gestão das unidades de conservação federais a partir da aplicação do método **Rappam** – *Rapid Assessment*

and Prioritization of Protected Area Management. A avaliação foi realizada em 292 UCs federais durante o ano de 2010. Ao longo do texto são comparados os resultados das aplicações desse método nos ciclos de 2005-06 e 2010 (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Outra ação foi o lançamento do Observatório de Unidades de Conservação, iniciativa importante para a consolidação do SNUC. A interface pública do projeto é uma plataforma na web (<http://observatorio.wwf.org.br>), que oferece para cada unidade de conservação cadastrada, informações de várias categorias, organizadas em “dados gerais”, “vulnerabilidade”, “importância biológica” e, “documentos das UCs”, sendo que muitos documentos podem ser baixados. Em 2014, dois anos após o início das atividades, o projeto lançou documento com as informações compiladas no Observatório, entre os anos de 2011 e 2014. (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Nos últimos dez anos percebe-se um esforço contínuo no campo da conservação da biodiversidade para desenhar, estruturar e operar o sistema e também em relação à organização e publicação de informações e conhecimento. Assim, vão surgindo as condições para enfrentar os enormes desafios existentes para a conservação da biodiversidade brasileira, tais como: recursos humanos e financeiros escassos; pulverização das áreas de conservação no extenso território nacional; apropriação ilegal de terras públicas; impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura; desmatamento ilegal; garimpo; extração ilegal de madeira e biopirataria (ICMBio, 2014; IPÊ, 2014).

Inúmeras iniciativas positivas como as avaliações continuadas, a coleta, a sistematização e a publicação de dados sobre as UCs brasileiras, a definição de diretrizes comuns e capacitação, cursos, eventos sobre conservação da biodiversidade estão qualificando o campo da conservação no Brasil, criando e fortalecendo redes temáticas formais e informais pela sustentabilidade.

Entre estas iniciativas, destacam-se os lançamentos: Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC (ENCEA); as iniciativas de formação de pós-graduação nas universidades voltadas para a conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade; o Programa Áreas Protegidas da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente - ARPA/MMA e sua comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de UC na Amazônia (ENCEA, 2006).

2.1.2 – Instrumentos de gestão participativa das UCs: Consulta Pública, Plano de Manejo e Conselho Gestor

O SNUC definiu a participação social como elemento necessariamente presente na criação, implantação e gestão de UCs. Conforme determina o artigo 5º inciso III, da Lei 9985/2000, o sistema é regido por diretrizes que: “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000. p. 8)”.

Os instrumentos que estruturam formalmente a participação da sociedade são a consulta pública, o plano de manejo e o conselho gestor (MACEDO, 2008).

A consulta pública está relacionada à obrigatoriedade de consultar as populações locais nos processos de criação e ampliação de uma UC, período em que o poder público deve fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a todos os interessados. O instrumento de Consulta Pública tem caráter consultivo e são conduzidas pelo ICMBio, no caso de unidades de conservação federais, ou pelos órgãos estaduais de meio ambiente, no caso das unidades estaduais, ou ainda pelos órgãos municipais, se forem unidades municipais. Elas são realizadas por meio de reuniões públicas ou de outro mecanismo que permita a escuta e a participação popular (ISA, 2015).

O Plano de Manejo, segundo as definições da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC, é:

(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade (BRASIL, 2000).

Ele deve ser elaborado num prazo máximo de cinco anos após a criação da UC e estabelece as normas, restrições para o uso, as ações a serem desenvolvidas e o manejo dos recursos naturais da unidade, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas no interior da área de proteção, visando minimizar os impactos negativos, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais.

O plano define também medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas e apresenta as regras para visitação. Uma das ferramentas mais importantes do plano de manejo é o zoneamento da UC, que define as zonas espaciais sob diferentes graus de proteção e subsidia as regras de uso. Conforme dados de 2012, 115 UCs federais (37% do total) contavam com planos de manejo e 64 UCs (21%) estavam elaborando seus planos (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Uma contribuição importante da Lei do SNUC foi a exigência de conselhos consultivos e deliberativos para a gestão das unidades de conservação, democratizando e enraizando localmente a política de conservação. O decreto 4.340/02, que regulamenta a Lei, definiu no Capítulo V os setores que devem compô-lo, competências e funcionamento. Dados de 2012 indicam que 220 (71%) das 310 UCs federais possuíam conselhos, sendo 169 consultivos e 51 deliberativos (ICMBio; WWF-BRASIL, 2012).

Segundo Palmieri e Veríssimo (2009, p. 15) os objetivos do conselho consultivo são:

(...) oferecer transparência para a gestão da UC por meio de controle social; contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo; integrar a UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs, poder público, bem como às outras áreas protegidas situadas no entorno.

Os conselhos deliberativos têm, além destas, as funções de aprovar o plano de manejo e a contratação de OSCIPs para gestão compartilhada. O caráter deliberativo do conselho é uma exigência legal para as RESEX, RDS e Reserva da Biosfera. Como regra geral, as reuniões do devem ser públicas, ou seja, qualquer pessoa, mesmo que não seja conselheira, tem o direito de assistir.

O Conselho Gestor é o espaço essencialmente participativo de todo o Sistema. É onde deveria acontecer a constituição de um espaço de diálogo que dê suporte aos inúmeros acordos e consensos necessários para o bem comum e para o cumprimento dos objetivos de criação das UCs. No entanto, vários problemas vêm sendo identificados no funcionamento dos mesmos.

Tendo como eixo a pergunta “Como é a atuação dos conselhos na gestão, considerando-se os objetivos das UCs?”, o WWF Brasil desenvolveu uma série de

atividades com os integrantes dos Conselhos Gestores das Reservas Extrativistas Chico Mendes e do Cazumbá - Iracema - Florestas Nacionais do Macauã e de São Francisco e Parque Nacional do Juruena. Lançou, em junho de 2013, o documento relatório do processo. As conclusões que emergiram das dinâmicas de investigação e reflexão em relação à atuação dos conselhos gestores apontam para alguns problemas que podem ser considerados gerais (WWF Brasil, 2013) destacando: 1) a concentração entre os diferentes setores envolvidos e a operacionalização do espaço do conselho como estrutura de gestão não é facilitada pela atual forma de funcionamento dos conselhos; 2) os instrumentos de gestão das UCs não são apropriados pelo conjunto dos conselheiros de maneira igualitária; 3) o órgão gestor sofre sobrecarga de tarefas e não consegue desempenhá-las, causando inoperância, frustração e descrédito; 4) os instrumentos de gestão, como o plano de manejo, não são trazidos como referência de forma explícita e sistemática; 5) não há capacitação continuada para o exercício da função de conselheiro; as comunidades têm dificuldade em vislumbrar a relevância da unidade de conservação e do Conselho como espaços de poder e de decisão sobre suas vidas; 6) os recursos disponíveis, até o presente momento, não são suficientes para a viabilização de um fluxo contínuo e profícuo de atuação do Conselho, fragilizando o discurso da equipe gestora.

No entanto, mesmo com todos os desafios e problemas existentes, Macedo (2008) mostra: “que o sentimento dos integrantes em relação aos Conselhos é positivo, mesmo assim eles alertam para falta de efetividade em relação aos problemas concretos (2008, p.4)”.

Segundo o relatório anual do WWF 2013, evidenciou-se que, tanto para os gestores (funcionários do IBAMA/ICMBio), como para os integrantes dos conselhos, a criação desses espaços de participação representa um importante vetor de fomento de relações interinstitucionais e de parcerias. Além disso, possibilita um maior envolvimento comunitário e contribui para a transparência e legitimidade dos processos de gestão de Unidades de Conservação. Porém, ainda na opinião dos gestores e conselheiros, esses novos arranjos institucionais vêm se mostrando pouco efetivos quanto à mediação e resolução de problemas concretos das populações e quanto à promoção de mudanças nas dinâmicas de desenvolvimento local/territorial.

Conforme Tatagiba *apud* Macedo (2008, p.17) chama-se a atenção para:

(...) a presença de problemas comuns em praticamente todos os conselhos gestores de Políticas Públicas, como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, entre outros. Esta abordagem amplia a reflexão em direção a análises sobre o impacto que a participação dos atores sociais nos espaços públicos existentes tem na transformação das lógicas de poder e sobre os diferentes tipos de participação.

2.1.3 – Áreas de Proteção Ambiental e seus desafios no Brasil

De acordo com o SNUC, uma APA é uma unidade de uso sustentável. Isto implica na conciliação dos objetivos de conservação em geral com os usos econômicos e produtivos da área. Esta conciliação, fácil nos documentos, encontra inúmeros problemas na prática. A categoria foi criada no Brasil em 1981 como a primeira categoria de manejo, que possibilitou conciliar a população residente e seus interesses econômicos com a conservação da área a ser protegida. Foi regulamentada pelo Decreto 99.274, de seis de junho de 1990 e a partir da criação do SNUC passou-se a integrar o grupo de áreas protegidas de uso sustentável.

Um dos maiores problemas da categoria de manejo é que, por não exigir a desapropriação das terras, é muito utilizada para incrementar os sistemas estaduais de unidades de conservação, sem o correspondente compromisso de sua implantação pelos governos.

Para Dourojeanni e Pádua *apud* Euclides e Magalhães (2006, p.16):

(...) o essencial é reconhecer que o crescimento exagerado do número e da área das UCs de uso direto dá uma falsa sensação de tranquilidade, no que concerne a lograr o objetivo de proteger a natureza, em porcentagem significativa do território nacional. Esse crescimento também dilui a limitação da capacidade de gestão dos governos, já que dedica um esforço em UCs de uso direto que não é proporcional ao seu valor para preservar a biodiversidade.

Torres (2007) destaca alguns problemas relativos à categoria, em sua análise sobre a implantação de conselhos gestores em APAs na Bahia, destacando: **1)** dificuldade em implantar o manejo participativo³, tendo em vista que as relações que se estabelecem nesse processo nem sempre são pacíficas e envolvem interesses e conflitos de uso com os objetivos da conservação; e, **2)** normalmente a área de uma

³Manejo participativo é usado para descrever uma situação “na qual alguns ou todos os interessados pertinentes a uma unidade de conservação estão envolvidos de forma substancial com as atividades do manejo (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.12)”.

APA abrange diversos municípios e seus núcleos urbanos que trazem para o processo de gestão da UCs as dinâmicas da urbanização e seus problemas de infraestrutura, como pressões para ocupação de áreas sensíveis, falta de saneamento básico, comprometimento da qualidade da malha hídrica, entre outros. O conselho gestor é o espaço onde acontecem as parcerias institucionais e políticas que contribuem para a solução dos problemas.

No entanto, como vimos no item sobre conselhos gestores, um dos problemas é a ineficiência na intervenção e resolução de problemas concretos das populações e à promoção de mudanças nas dinâmicas de desenvolvimento local e territorial.

Segundo Murta *et al* (2015, p. 19):

...é possível perceber que as APAs que circundam Unidades de Conservação como Parques, e que servem como zona de amortecimento, estão em melhores condições. Isto provavelmente se dá devido à presença mais efetiva do poder público, tanto na forma de auxílio de manutenção quanto de fiscalização (MURTA *et al* 2015, p. 19).

Percebe-se que a temática da APA é bastante polêmica, principalmente devido à forma como a categoria vem sendo utilizada, gerando descrédito e questionamentos em relação à sua efetividade como instrumento de conservação. Devido ao caráter privado das terras na APA, excetuando-se aquelas em que o zoneamento e o plano de manejo são obedecidos, o uso dos recursos naturais desta categoria pouco difere de qualquer local onde se respeite a legislação orgânica em vigor.

Em 2013 foi realizado o 1º Seminário de APAs do Brasil⁴, com o objetivo de fortalecer a gestão das Áreas de Proteção Ambiental. A coordenação coube ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sob a liderança do Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA), da Cooperação Técnica Alemã (GIZ), da IUCN-Brasil e parceiros. O objetivo do seminário foi dar amplitude nacional ao debate sobre APA, enfocando não apenas a questão da gestão, mas também refletir sobre a categoria do ponto de vista conceitual e estruturante, elaborando e formalizando diretrizes para a regulamentação da categoria APA, promovendo oportunidade para a troca de

⁴Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiveridade/item/9554> Último acesso em 22 de junho de 2015.

conhecimento sobre conceitos e procurando criar um marco legal para a gestão de APA, a partir de experiências em curso e de novas referências (MMA, 2013).

No período, foi criado um grupo de trabalho pelo MMA com o objetivo de elaborar diretrizes específicas relacionadas ao processo de gestão das Áreas de Proteção Ambiental federais, que contou com a participação de 16 representantes. As diretrizes propostas pelo grupo são as seguintes (MMA, 2013):

- Incentivar práticas econômicas sustentáveis;
- Estabelecer como meta a integração com outros órgãos governamentais, em todas as esferas;
- Priorizar a elaboração do Plano de Manejo das APAs, pois a ausência de regras claras dificulta a gestão das unidades;
- Trabalhar a gestão da unidade com o estabelecimento de programas de manejo, tais como: programa de proteção, licenciamento, educação ambiental entre outros;
- Integrar o planejamento das atividades da unidade às metas do Instituto, utilizando o sistema de gestão por resultados;
- Avaliar a possibilidade e oportunidade de criar "selos verdes" de práticas sustentáveis nas APAs;
- Priorizar a sinalização das APAs, pois muitas vezes as pessoas nem sabem que estão dentro de uma unidade de conservação;
- Instruir Núcleos de Gestão Integrada - NGI onde houver sobreposição ou unidades próximas;
- Elaborar planos de manejo como instrumento de ordenamento territorial que se relacione com outros, tais como Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico, Comitês de bacia entre outros;
- Disponibilizar para as APAs cartilhas explicativas sobre como trabalhar a propriedade rural e os municípios com respeito à legislação ambiental;

- Manter conselho participativo, com reuniões minimamente trimestrais;
- Elaborar o planejamento e monitoramento das ações da unidade;
- Buscar parcerias com a sociedade civil para a gestão da unidade;
- Contribuir com o SISNAMA, estimulando a formação e o fortalecimento de COMDEMAS e secretarias municipais de meio ambiente;
- Priorizar e concentrar a proteção e monitoramento dos atributos principais que levaram à criação das APAs, dando foco em vez de diluir as ações;
- Trabalhar a introdução de modelos produtivos sustentáveis que possa aliar o desenvolvimento rural com a conservação, inserindo a assistência técnica especializada e a extensão rural qualificada;
- Realizar uma gestão transparente utilizando o conselho como veículo de divulgação das ações e da gestão da unidade de conservação;
- Promover os meios necessários para a efetiva participação ou representação das populações residentes nos processos decisórios da gestão da Unidade;
- Garantir a legitimidade da gestão da Unidade realizando os encaminhamentos efetivos das decisões do Conselho;
- Instituir grupos temáticos para análise e encaminhamento de processos e ou demandas específicas da UC.

2.2 – Unidades de Conservação na Bahia, a APA Lagoa Encantada e a Bacia do Rio Almada

2.2.1 – Unidades de conservação da Bahia.

As UCs criadas pelo Estado da Bahia são geridas pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e têm sua função definida pelas categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável, determinadas pela Lei nº 9.985/00 que criou – SNUC.

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, uma autarquia da SEMA, por meio de sua Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC, é

Os dois grupos de proteção, Uso Sustentável e Proteção Integral, com exceção das RPPN, estão detalhados na tabela abaixo:

Tabela 1: Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Bahia.

Unidades de Conservação de Proteção Integral – Bahia			
Nº	Categoria	Ano Criação	Área (ha)
01	Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães	1997	2.418
02	Estação Ecológica do Rio Preto	2005	4.536
03	Parque Estadual da Serra do Conduru	1997	9.275
04	Parque Estadual Morro do Chapéu	1998	46.000
05	Parque Estadual das Sete Passagens	2000	2.821
06	Parque Estadual da Serra dos Montes Altos	2010	Sem dados
07	Monumento Natural do Morro Doido	1998	400
08	Monumento Natural dos Canions do Subaé	2006	404,15
09	APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho	1985	11.900
10	APA das Lagoas e Dunas do Abaeté	1987	1.800
11	APA do Mangue Seco	1991	3.395
12	APA Lagoas de Guarajuba	1991	230
13	APA do Litoral Norte	1992	142.000
14	APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba	1992	43.300
15	APA de Guaibim	1992	2.000
16	APA da Bacia do Rio de Janeiro	1993	351.300
17	APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada	1993	157.745
18	APA Marimbus/Iraquara	1993	125.400
19	APA da Serra do Barbado	1993	63.652
20	APA da Costa de Itacaré/Serra Grande	1993	62.960,16
21	APA da Ponta da Baleia/Abrolhos	1993	34.600
22	APA de Caraíva/Trancoso	1993	31.900
23	APA da Coroa Vermelha	1993	4.100
24	APA do Rio Capivara	1993	1.800
25	APA de Santo Antônio	1994	23.000
26	APA das Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	1997	1.085.000
27	APA da Lagoa Itaparica	1997	78.450
28	APA do Lago de Pedra do Cavalo	1997	30.156
29	APA do Pratigi	1998	85.686
30	APA da Baía de Todos os Santos	1999	80.000
31	APA de Joanes-Ipitanga	1999	66.522
32	APA Serra Branca/Raso da Catarina	2001	67.234
33	APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu	2001	1.134
34	APA da Baía de Camamu	2002	118.000
35	APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	2003	230.296

Nº	Categoria	Ano Criação	Área (ha)
36	APA da Plataforma Continental do Litoral Norte	2003	362.266
37	APA do Rio Preto	2006	114.6162
38	APA do Lago de Sobradinho	2006	1.018.000
39	APA da Serra do Ouro	2006	50.667,62
40	APA de São Desidério	2006	10.961,14
41	APA Bacia do Rio de Janeiro	1993	351.300
42	ARIE Nascentes do Rio de Contas	2001	4.771
43	ARIE Serra do Orobó	2002	7.397

Fonte: INEMA, 2015. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp#/>

Os municípios também criam UCs. Neste nível da administração pública, a relação entre as unidades de Proteção Integral e as de Uso Sustentável é mais equilibrada. As áreas sob o regime de Proteção integral são totalizadas em 19, abrangendo as categorias Estação Ecológica, Parque, Reserva Ecológica, Reserva Biológica e as áreas de Uso Sustentável, todas na categoria APA, são 10. Os dois grupos estão detalhados nas tabelas 2 e 3:

Tabela 2: Unidades de conservação de proteção integral municipal na Bahia.

Nº	Categoria	Ano Criação	Área (ha)
1	Estação Ecológica da Ilha do Medo	1991	1
2	Reserva Biológica de Maracás	Sem dados	10
3	Parque Municipal Marinho do Recife de Fora	1997	1750
4	Parque Histórico Metropolitano de Pirajá	1978	1550
5	Parque Municipal Serra do Periperi	1999	1300
6	Parque Florestal e Reserva Ecológica da Ilha dos Frades	1975	910
7	Parque Municipal das Dunas de Abrantes	1977	700
8	Parque Municipal da Boa Esperança	1990	437
9	Parque Municipal São Bartolomeu	1978	75
10	Parque da Cidade Joventino Silva	1973	72
11	Parque Municipal de Mucugê	1999	270
12	Parque Zoobotânico da Matinha	Sem dados	24
13	Parque Municipal Natural da Serra das Almas	2002	Sem dados
14	Parque Marinho de Coroa Alta	1998	5000
15	Parque Ambiental do Vale Encantado	2007	Sem dados

Fonte: INEMA, 2015. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp#/>.

Tabela 3: Unidades de Conservação municipais de uso sustentável – Bahia.

Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável - Bahia			
Nº	Categoria	Ano Criação	Área (ha)
16	APA da Península de Marajú	1997	21200
17	APA de Candengo	1990	7000
18	APA Vale das Cascatas	1995	5880
19	APA do Lapão	2001	4300
20	APA da Costa Dourada	1999	3435
21	APA Serra das Candeias	1995	3051
22	APA Municipal Planície Costeira do Guaibim	2008	12000
23	APA Lagoa da CCC (Companhia de Carbonos Coloidais)	1993	189
24	APA de Cachoeira da Pancada Grande	1993	50
25	APA Recife das Pinaúnas	1997	Sem dados
26	APA Itapebi	1999	Sem dados
27	Reserva Ecológica Ilha de Maré	1982	1378
28	Reserva Ecológica e Arqueológica da Serra do Mulato	1997	39555
29	Reserva Ecológica de Juliana	1997	Sem dados
30	Reserva Ecológica Cachoeira do Pau	1997	Sem dados
31	Jardim Botânico de Salvador	2002	17

Fonte: INEMA, 2015. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/tabelas.wsp#/>

Entre as unidades de conservação federais existentes na Bahia temos, no grupo de Proteção Integral, quatro Parques Nacionais, duas Reservas Biológicas e três Reservas de Vida Selvagem. No grupo de Uso Sustentável: uma ARIE, quatro RESEX e duas Florestas Nacionais.

Além disso, no extremo sul da Bahia encontra-se o Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA, que abrange, entre outras UCs, quatro Parques Nacionais: Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil e Abrolhos. Nesta mesma região temos a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA e o Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento. Os corredores são extensas áreas geográficas definidas a partir de critérios biológicos, para fins de planejamento e conservação e atendem a necessidade de ampliar a conectividade entre áreas remanescentes e unidades de conservação em extensas áreas (MMA; CI, 2006).

Criado em 1999 pelas agências ambientais federais e governo da Bahia com o nome de “Corredor do Descobrimento”, cobre cerca de 12 milhões de hectares, na Bahia e no Espírito Santo, com aproximadamente 12% de sua área apresentando florestas nativas. É um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica para

plantas, borboletas e vertebrados e detém ainda dois dos maiores recordes de diversidade de plantas arbóreas em todo o mundo, um deles localizado em floresta próxima ao Parque Estadual da Serra do Conduru, na Bahia. O Corredor abriga também grande diversidade de espécies de vertebrados, incluindo mais de 50% das espécies de aves endêmicas e 60% das espécies endêmicas de primatas da Mata Atlântica (BRASIL, 2006).

Na Bahia, estão definidas cinco áreas focais de implantação do CCMA. O Corredor cobre cerca de 131 municípios baianos, distribuídos em 3 ecorregiões (Baixo-Sul, Sul, Extremo Sul), onde estão sendo implantados Mini Corredores ecológicos, sendo um deles, no Extremo Sul, um corredor marinho. (BRASIL, 2008).

2.2.2 – APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada: aspectos históricos e contextualização

A APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada integra o SEUC, a Reserva de Biosfera da Mata Atlântica e o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), tendo parte de seu território no Corredor Boa Esperança – Conduru (Figura 3).

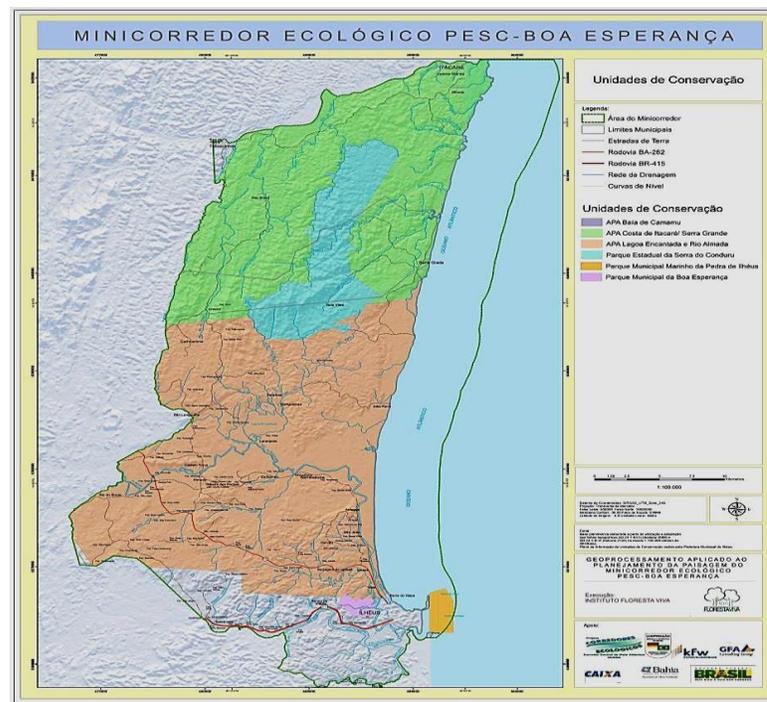


Figura 3: APA Lagoa Encantada, inserida no Corredor Ecológico Boa Esperança – Conduru (Fonte: Floresta Viva, 2011 <http://redeesperancaconduru.blogspot.com.br/> Acesso em 26 de junho de 2015).

O reconhecimento formal da importância ambiental e cultural da área iniciou em 1991, com proposição do conselho municipal de cultura de Ilhéus ao poder executivo, indicando a importância da conservação da Lagoa Encantada, o que deu origem ao Decreto 026/91, de tombamento das seguintes áreas, totalizando 11.800 ha de extensão:

a - Área às margens do rio Almada: descendo o rio, do Distrito de Castelo Novo inclusive, até o Distrito de Aritaguá inclusive, uma faixa para o lado direito com 1.000 metros e para o lado esquerdo com 500 metros”.

”b - Área da Lagoa Encantada: começando no rio Almada, na foz do rio Comprido, subindo por este até a foz do rio das Piabas; subindo por este até a estrada da Fazenda Serrapilheira, segue em direção reta até a foz do rio São José no rio Caldeira; deste ponto, na mesma direção 1.500 metros, daí toma a direção Norte-Sul, até cruzar o rio Almada, subindo por este até a foz do rio Comprido (ILHÉUS, 1991).

Posteriormente, em 1993, o governo do Estado transformou a área tombada em Área de Proteção Ambiental, integrando-a ao sistema estadual de áreas protegidas. O decreto estadual de criação da APA destaca a potencialidade da região para o turismo ecológico e o valor ambiental das áreas tombadas entre as razões para criação da UC, ficando sua administração sob responsabilidade da empresa estadual de Turismo (BAHIA, 1993). Em 1998, o Conselho Estadual de Meio Ambiente aprovou a elaboração do Plano de Manejo e zoneamento da unidade de conservação (BAHIA, 1998). Os estudos realizados para o zoneamento indicaram a ampliação das poligonais da APA, o que acabou acontecendo em 2003.

Com o Decreto 8.650, (ANEXO A), de 22 de setembro de 2003, a unidade de conservação passou a ser constituída por áreas dos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina, ficando então com 157.745 hectares de extensão. Na ocasião, sua denominação passou a ser APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, pois a ampliação objetivou incluir a bacia hidrográfica do Rio Almada no regime de proteção (BAHIA, 2003). Com a iniciativa, a APA passou a abranger partes de sete municípios da região: Almadina; Coaraci; Ibicaraí; Uruçuca; Barro Preto; Itajuípe; Itabuna; e, Ilhéus. A Bacia cobre 1572. 46 km² (Figura 4).

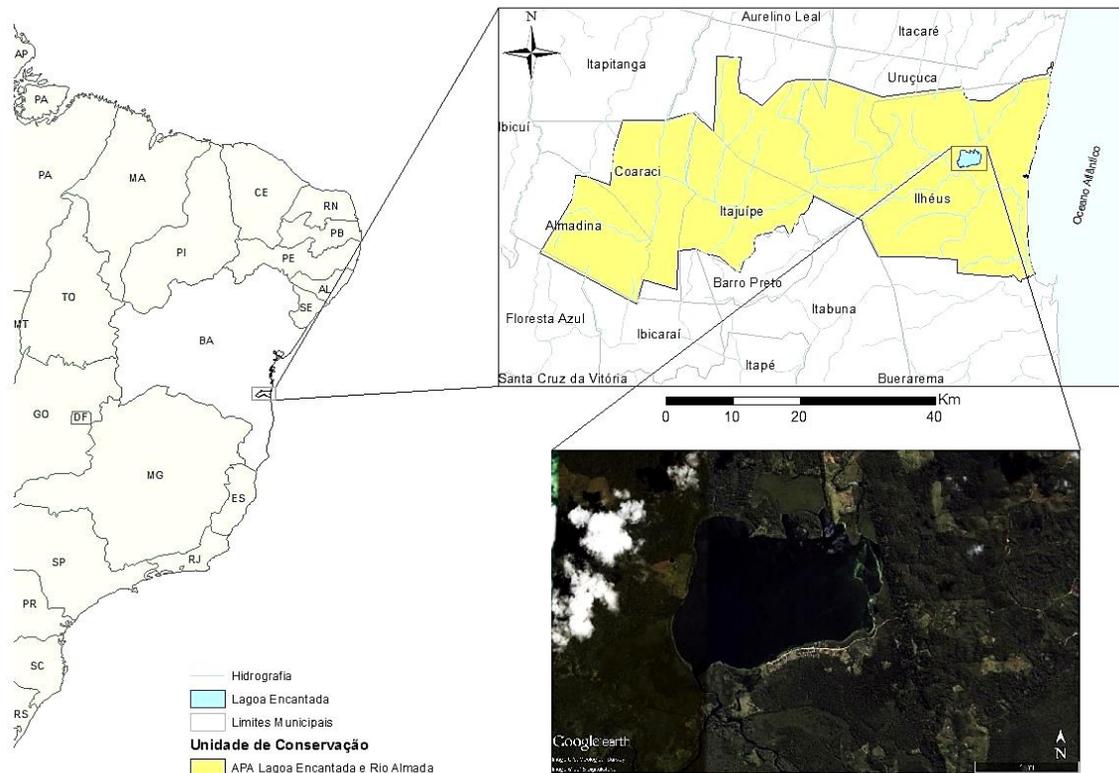


Figura 4: Poligonal da APA Lagoa Encantada e seus municípios.

A ampliação do território da APA visou disciplinar a crescente antropização da bacia do Rio Almada que apresenta característica ambiental e paisagística relevantes, com remanescentes da Mata Atlântica e exemplares endêmicos e raros da fauna e flora local e regional, além das florestas e sistemas de cabruca⁵, estuários e manguezais, sendo considerado importante patrimônio ambiental. A rede hidrográfica do Rio Almada banha a região cacauzeira da Bahia, onde o modelo agrícola utilizado – cabruca – conservou as formações florestais de Mata Atlântica.

Desde a década de 1990, com a queda do preço do cacau no mercado internacional, somado ao ataque intenso da vassoura de bruxa, praga que devastou grande parte das lavouras, a região atravessa uma crise econômica com impactos diretos na conservação ambiental. Com o abandono da monocultura do cacau, nas grandes e médias propriedades, as opções mais exploradas são a implantação de

⁵A cabruca é um sistema agroflorestal tradicional da região, em que o cacau é plantado sob a sombra da floresta nativa raleada. Sua adoção, por mais de 200 anos, contribuiu para a conservação de importantes fragmentos de Mata Atlântica, fauna e solo, além dos recursos hídricos regionais.

pecuária extensiva e a exploração comercial da madeira, que resultam numa intensa derrubada das florestas (FRANCO *et al.*, 2012).

A vocação turística da área sempre foi destacada no histórico de iniciativas conservacionistas e de desenvolvimento local na região. A APA apresenta aspectos relevantes para o turismo e lazer, os passeios com barcos ou canoas nos rios e na Lagoa Encantada: esportes radicais nas corredeiras e cachoeiras formadas pelos rios Pipite e Caldeiras. Segundo o INEMA⁶, do ponto de vista cultural e histórico, são: visita às comunidades de Sambaituba, Aritaguá e Areias; instalações remanescentes da antiga estrada de ferro, principalmente as pontes e as estações; os reisados, bois-bumbá, festas de padroeira, o São João, animadas pelos conjuntos folclóricos; o Festival do Peixe e a culinária local.

Entre os problemas socioambientais da APA estão: poluição dos mananciais por esgoto e lixo, ausência e fragilidade da política municipal de resíduos sólidos, ausência de saneamento básico na maioria das comunidades, pesca irregular, com malha fina, arpão, rede de arrasto, introdução de espécies exóticas de peixes, desmatamento da Mata Atlântica, das restingas e manguezais, loteamentos irregulares na área litorânea, queimadas, caça, coleta, comercialização e contrabando de animais silvestres, substituição da cabruca por áreas de pasto (FRANCO *et al.*, 2012)

A APA tem todos os instrumentos legais definidos na legislação: plano de manejo, zoneamento econômico ecológico e planos de gestão, elaborados em 1998, sendo que o ZEE teve uma atualização em 2002. Atualmente, o Plano de Manejo está em fase de atualização, considerando a implantação do Complexo Intermodal Porto Sul na região.

O processo de implantação de seu conselho gestor, na fase anterior à expansão da área, foi muito participativo, com promoção de reuniões com as comunidades locais. A informação e mobilização para formação do conselho foi um projeto da organização não governamental Associação Pró-bacia do Rio Almada – ABARA, que em parceria com o Centro de Recursos Ambientais, na época órgão estadual responsável pelas unidades de conservação. Foram criados subcomitês em cada comunidade da UC e,

⁶Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-lagoa-encantada-e-rio-almada/>

posteriormente, estes subcomitês indicaram seus representantes para compor o Conselho Gestor. Os órgãos governamentais, membros do colegiado, indicaram seus representantes (ABARÁ, 2003).

A reunião de instalação do Conselho da APA aconteceu em 10 de dezembro de 2002, em Ilhéus, durante o II Fórum da APA da Lagoa Encantada. A configuração inicial do Conselho permaneceu até a expansão da área, que aconteceu em 2003.

Para atender à necessidade de integrar novos representantes ao Conselho, devido à expansão da área, a associação civil ABARÁ executou o projeto “Gestão participativa na APA Lagoa Encantada e Rio Almada”, financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (ABARÁ, 2003). O grupo de conselheiros indicados tomou posse no “Seminário de lançamento do novo Conselho Gestor da APA Lagoa Encantada e Rio Almada”, em 2003. No evento também foi realizada uma avaliação do projeto Gestão Participativa.

Desta forma, podemos identificar que há, na história da APA, desde seu início, um fluxo, talvez intermitente, mas bastante frequente, de participação política e cultural dos atores sociais presentes no território, governamentais e não governamentais.

Entre as organizações não governamentais atuantes destaca-se a Abará, que desde 1999 vem realizando projetos em parceria com a gestão da APA e também apoiado por outros financiadores, visando sua implantação e o fortalecimento do processo de gestão participativa. Entre os projetos desenvolvidos pela organização destacam-se: Descobrimo a Natureza: Uma viagem inesquecível pelas terras e águas da lagoa Encantada; Gestão participativa na APA Lagoa Encantada e Rio Almada; Projeto de Fortalecimento Socioambiental das Comunidades Rurais e Urbanas do entorno da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada.

Também é frequente a realização de estudos históricos, culturais e socioambientais na área da UC, num rico processo de produção de conhecimento e ciência que é intensificado pela presença da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, e de outras instituições de pesquisa atuando na região.

Também o setor governamental tem realizado muitas iniciativas ao longo dos anos. Conforme Abará (2003) a APA possuiu diversos projetos e estudos realizados na área. Aparentemente todos na listagem apresentada, com exceção da “Pesquisa

socioambiental”, são governamentais: Diagnóstico Econômico de Ilhéus, 1996; Diagnóstico e Diretrizes para o Planejamento Ecoturístico da Lagoa Encantada, 1999; Diagnóstico CONDETUR, 1999; Plano estratégico de Turismo (PET), 2000; Plano Estratégico de Turismo de Ilhéus (PETI), 2000; Diagnóstico Participativo para a Construção da Cidadania, 2000; Plano de Referência Urbanístico Ambiental (PRUA), 2002; e, Pesquisa socioambiental, 2002.

2.3 – Educação Ambiental

2.3.1 – Educação Ambiental no Brasil

O caminho trilhado pelo ambientalismo e pela EA no Brasil acompanha o florescimento da consciência ambiental. Partindo desta abordagem, um possível início muito remoto da EA é descrito por Diegues (2001), ao citar que, já na época de seu descobrimento, o país, que teve seu nome associado a uma árvore - o pau-brasil, foi cenário das primeiras preocupações ambientais ligadas à preservação de uma espécie, no caso do próprio pau-brasil.

Impulsionado pela publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson em 1962, houve um alerta à questão do uso indiscriminado dos agrotóxicos em termos mundiais. O debate ambiental assume, no contexto nacional, uma preocupação com a expansão das fronteiras agrícolas e a destruição das florestas, impulsionando a criação no Brasil de doze parques nacionais entre 1959 e 1961 (PÁDUA, 2002).

Em 1968, surge o primeiro texto mais direcionado às questões ambientais associadas ao debate das relações dessa questão com o desenvolvimento em Roma, no Clube de Roma. “Os Limites do Crescimento”, publicado em 72, traz contribuições importantes como a colocação do problema ambiental numa esfera planetária, tornando-se uma referência internacional a políticas e projetos. Na sequência do Clube de Roma, outros encontros internacionais ligados à temática ambiental contribuíram na história da EA. O primeiro grande encontro a se destacar foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, sendo um fruto dos debates e conclusões do Clube de Roma. O PNUMA⁷ é um dos

⁷Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

frutos desta conferência, e vem com a função de coordenar as atividades dos organismos da ONU que tenham relação com o meio ambiente.

No Brasil, segundo Viola (2003), a Conferência teve um baixo impacto na opinião pública, por conta da grande repressão que o país atravessava, somada ao perfil de desenvolvimento da época, onde a instalação de grandes indústrias poluentes, que enfrentavam problemas nos países do primeiro mundo, era estimulada e associada à ideia de progresso. Apesar deste contexto desfavorável, em 1973 é criada a Secretaria especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.

O estabelecimento de objetivos, princípios e estratégias para a EA utilizadas como referência até os dias de hoje em todo mundo ocorre na Conferência Intergovernamental de EA de Tbilisi, em Geórgia (ex-URSS), em 1977, realizada numa parceria entre a UNESCO e o PNUMA. Esta conferência também reforçou o PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental da UNESCO) de 1975.

Refletindo o contexto mundial onde a questão ambiental ganha força, em 1981 é estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente, que segundo BRASIL (2014), traz em seu escopo a necessidade da inclusão da EA em todos os níveis de ensino e junto à comunidade, buscando ampliar seu campo de ação. A Constituição de 1988 segue esta tendência, estabelecendo em seu artigo 255, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Vinte anos após Estocolmo, em 1992, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92. Já não bastava mais conhecer “Os limites do Crescimento” (72), mas sim pensar conjuntamente, “Nosso Futuro Comum” (87), e assim ganha força a ideia de um desenvolvimento sustentável. Na Rio-92 a EA reflete esta visão mais integrada entre os aspectos ambientais, econômicos, políticos e culturais. A Agenda 21 também surge nesta época e, embora seja um documento que não traz explicitamente o foco em EA, contribui para as ações neste campo, sendo uma das referências até os dias de hoje.

Ainda em 1992 ocorre o II Fórum Brasileiro de Educação Ambiental com o lançamento da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, que traz como carta de princípios o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e

Responsabilidade Global. Outras redes de educação ambiental são criadas em diversos estados brasileiros nos anos seguintes. Na esfera pública, ao longo dos anos 1990 muitas ações da EA são financiadas pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente. Em 1991, surge no poder executivo o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC (futura COGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental - 1993) e a Divisão de Educação Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), consolidando a EA no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Um dos resultados desta ação dentro do Ibama é a criação (em 1992) dos Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais. Neste mesmo ano, na esfera governamental, ainda se destaca a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) é criado pela Presidência da república em 1994, envolvendo na época o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No setor privado este movimento se reflete no surgimento e fortalecimento de sistemas de gestão ambiental, em consonância com leis e normas, como as da série ISO 14000.

No contexto das grandes conferências e encontros, em 1997, ocorre a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade em Thessalonik – Grécia. A UNESCO elaborou um documento para esse evento, chamado: “Educando para uma Sustentabilidade Futura: uma visão transdisciplinar para uma ação orquestrada”. Acentua-se aqui a percepção da fragilidade do modelo clássico de ciência e a busca por uma alternativa que reforce a integração e superação da fragmentação da realidade.

No final da década, em 1999, foi criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), junto ao Ministério do Meio Ambiente, e foi aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. O Órgão Gestor da PNEA surgiu em 2002, com foco na execução desta Política sendo dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e Ministério da Educação – MEC.

A partir do ano 2000, observa-se que o amadurecimento das reflexões sobre questões ambientais contribui para a aproximação crescente da EA com outros grandes temas como globalização e desenvolvimento sustentável. Embora para muitos educadores ambientais esta percepção seja natural, ainda há necessidade de marcar estes pontos de contato. Alguns eventos recentes de âmbito planetário como os Fóruns Sociais Mundiais de 2001, 2002 e 2003, ocorridos em Porto Alegre, e a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em Johannesburgo, são exemplos desta convergência entre diversos movimentos socioambientais que, de alguma forma, relacionam-se com a EA. O mesmo pode ser observado na Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (de Setembro de 2002), um dos documentos assinados pelos países participantes deste evento promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A criação (em 2003) da Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (Cisea) com a participação de todas as secretarias e vinculadas ao MMA, visando articular as ações de EA deste Ministério. Com objetivo similar, o MEC promove no mesmo ano uma reestruturação da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA), vinculando-a à sua secretaria Executiva.

Em 2007 ocorre a divisão do IBAMA, o surgimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e com isto a extinção da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), responsável pela EA no Ibama. Atualmente a EA no ICMBio vincula-se à área das Unidades de Conservação e à gestão da biodiversidade.

Com a iniciativa e apoio do poder público, ainda merecem ser citadas, de acordo com BRASIL (2014, p. 21) algumas ações mais recentes, sendo elas:

(...) a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos estados da federação; a criação de Coletivos Educadores, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, fóruns locais da Agenda 21, inclusive no âmbito das escolas, com a constituição das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COMVIDA; a criação de redes de educação ambiental nos estados, regiões e municípios do país; a realização dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental; as Conferências Nacionais de Meio Ambiente em suas versões "adulta" e "infanto-juvenil"; a instituição de Salas Verdes em espaços não formais de educação; a expansão da educação ambiental nas instituições de ensino e o fomento de pesquisa e extensão em diferentes níveis do ensino formal; e, a inserção de práticas educativas relacionadas à temática ambiental em organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mobilizando grande parte dos educadores ambientais e outros atores que se relacionam de alguma forma com a EA, destacam-se, a partir de 2000, a I Conferência

Nacional do Meio Ambiente (CNMA) em suas versões adulto e infanto-juvenil, realizada em 2003, seguida de outras edições da Conferência adulta nos anos 2005, 2008 e 2013 e da Conferência infanto-juvenil nos anos 2006, 2009 e 2013. Em 2004 ocorre o primeiro encontro sobre políticas públicas de EA, destinado ao setor governamental, reunindo secretários e gestores públicos das três esferas de governo da área educacional e ambiental.

De âmbito internacional, ocorre em 2005 o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, promovido pelo Órgão Gestor da PNEA e vinculado a Rede de Formação Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Por parte do governo é lançado, ainda em 2004, uma nova versão do ProNEA. Mais recentemente, a Rio+20, realizada em 2012, abrigou dentre seus eventos a II Jornada Internacional da Educação Ambiental, onde houve o lançamento da Rede Planetária de Educação Ambiental ligada à implantação do Tratado de EA.

Organizado a partir da REBEA ocorrem os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, abrindo espaço para troca de experiências entre os educadores ambientais, divulgação de pesquisas no campo da EA e contato entre diferentes setores que atuam com EA, promovendo a divulgação de ações, o fomento de parcerias e o planejamento de ações futuras.

Atualmente é possível identificar os resultados do esforço de inserção da EA em políticas públicas ligadas a temáticas convergentes, tais como a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação (ENCEA); o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS; o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF; a Estratégia de Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos – EducaRes; o fortalecimento do componente de educação ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh; e o Programa Juventude e Meio Ambiente (BRASIL, 2014).

Uma análise no histórico descrito até aqui evidencia o quanto o campo da EA é diverso, refletindo a variedade de práticas e conceitos associados. Seria possível traçar um histórico muito mais elaborado, se fossem incluídos todos os pontos de contato que a EA faz com outros campos do saber tais como a educação, sociologia, ecologia,

gestão, cultura, saúde, para citar somente alguns. O caráter múltiplo da EA a coloca em diálogo com todo o conhecimento implicado no viver e sobreviver humano. Neste sentido, Carvalho (2010, p. 40) afirma que:

(...) as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas, entre tantas outras.

Frente à variedade de abordagens e fazeres ligados à EA, destacamos a educação ambiental crítica, contemplada no ProNEA, entendendo que em seu escopo está a flexibilidade, a abertura necessária para o enfrentamento dos desafios atuais, que exigem ampla comunicação e construção de esforços conjugados de todas os campos do saber. Carvalho (2010, p 45) traz algumas características que identificam a educação ambiental crítica:

(...) promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; considerando o ambiente como o conjunto das inter-relações que se estabelecem entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos.

Sorrentino e Ferraro Junior (2010, p.51) colocam ainda que:

(...) o termo educação ambiental crítica vem se consagrando como um diferenciador de uma EA que não se configure como subsistema da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável (SORRENTINO e FERRARO JUNIOR 2010. P. 51).

Do corpo do ProNEA destaca-se ainda que educação ambiental tratada neste enfoque fala de participação e controle social, exercido por grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso.

Os princípios que balizam esta abordagem ensejam a sensibilização afetiva e a compreensão cognitiva da complexidade ambiental, estimulando um saber ambiental e fortalecendo a potência de ação dos diversos atores e grupos sociais que compõe uma realidade.

Da EA crítica surge um processo formativo que coloca nas mãos das (os) educandas (os) as decisões quanto às mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor ou produtor, escolha quanto às modificações tecnológicas, e outros fatores que afetem sua qualidade de vida. Com isto, é dado espaço para influência do contexto cultural, político e ambiental.

Neste processo formativo, a relação educador(a)-educanda(o) é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida. Há o estímulo aos processos autônomos de uma conscientização individual e coletiva em favor da sustentabilidade das sociedades. Neste âmbito, o desenvolvimento coloca-se como um processo natural, idiossincrático, peculiar a cada contexto e cuja configuração é desconhecida por todos os sujeitos, ou seja, o futuro não está pré-definido.

É preciso, no entanto, estar ciente de que boa parte da sociedade não possui vivência ou recursos disponíveis para por em prática a abordagem de EA apresentada, carecendo assim de ações que vão além do caráter informativo e adentram o campo da formação do indivíduo e dos coletivos dos quais fazem parte. Desta forma, é de fundamental importância a criação de espaços para construção e reflexão das práticas, buscando o enraizamento da EA no contexto das comunidades e das instituições como um todo. Estamos falando de uma educação ambiental que não busca o enquadramento dos educandos em uma norma, mas sim a sua adesão a um processo autônomo de construção pessoal e participação na transformação de sua realidade social e ambiental.

2.3.2 – Educação Ambiental e ações de Educomunicação em unidades de conservação

Parte importante do contexto legal das UCs tem foco nos processos de gestão participativa, que acabam remetendo a inserção da educação ambiental. As ações nesta área, por parte da dimensão governamental, se enquadram na ENCEA, no âmbito do SNUC, que teve seu início em 2006. Segundo MMA (2006), a intenção é que a ENCEA:

...seja considerada documento orientador efetivamente utilizado por todos os atores e instituições envolvidos com o planejamento e execução de ações de comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação e seu entorno, sendo relevante frisar que esta política pública deve caracterizar-se como um primeiro passo para que a elaboração de documentos e políticas abranjam a diversidade de áreas destinadas à conservação ambiental e à ocupação por minorias étnicas.

De acordo com o documento Mapeamento e Diagnóstico das ações de comunicação e educação ambiental, no âmbito do SNUC de julho de 2008 (MMA), a evolução das ações de comunicação e educação ambiental nas UCs brasileiras vem despontando e acontecendo a partir dos anos 1930, com a criação das primeiras UCs

brasileiras, sendo percebida também nas décadas de 1960 e 1970. Mas, só a partir dos anos 1980, é que a EA ganha força, embora desenvolvida ainda de forma pontual, passando a se firmar definitivamente nos anos 1990 e nos anos 2000, percebendo-se, assim, a inexistência destas ações com a diminuição de planos de manejo ativos (Figura 5).

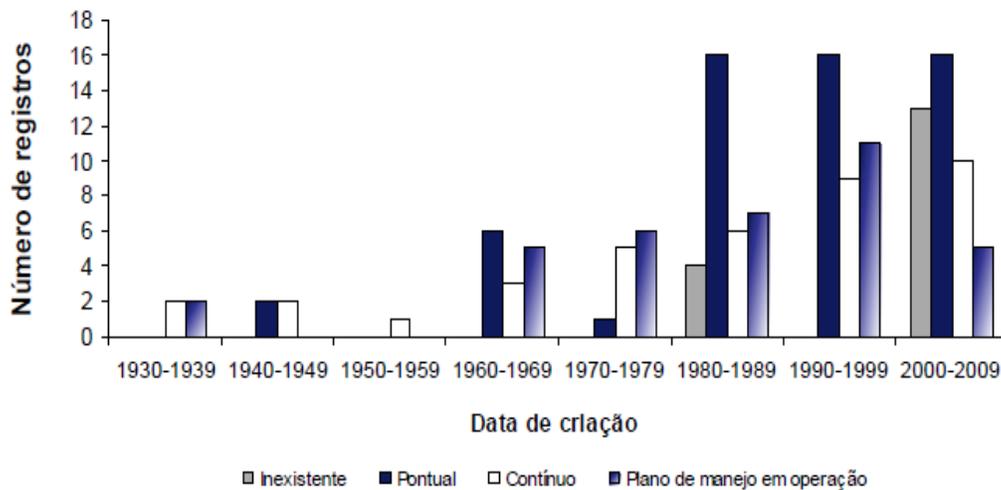


Figura 5: Trajetória evolutiva das ações de Comunicação e Educação Ambiental conforme o histórico de criações das UCs Brasileiras (ENCEA, 2006).

Entre as diretrizes da ENCEA está à democratização e facilitação do acesso à informação sobre os processos relacionados à gestão de UCs, promovendo troca de informações e saberes, com linguagem acessível e voltada aos diferentes públicos envolvidos, a promoção dos processos educativos continuados, elaboração e implementação de programas e estratégias de projetos e ações de EA e comunicação que valorizem a troca de saberes entre os diferentes segmentos que se relacionam com a gestão da UC.

O estabelecimento desta estratégia reflete, de certa forma, a trajetória de muitas outras iniciativas e discussões, que tem sido feitas acerca da educação ambiental em unidades de conservação, se inserindo na dimensão da gestão participativa das UCs. Independente do setor ou grupo de origem na sociedade, há um reconhecimento do potencial transformador que a EA possui para a mudança da percepção que a sociedade tem sobre a questão da biodiversidade e sua conservação, bem como de sua competência para promover a participação social na gestão destes espaços.

Compreendem-se estes espaços das áreas protegidas, como sendo potencialmente educador. Segundo Trajber e Sato (2010, p. 71):

(...) espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que contribuem para repensarmos a relação entre os indivíduos e destes com o ambiente. Compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, mais qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Neste contexto, estes espaços estão sendo alvo de práticas de educação ambiental, desde a gestão participativa diretamente ligada aos conselhos gestores, à pesquisa de campo e modalidades que se aplicam ao ecoturismo⁸, como às trilhas interpretativas (MENGHINI; MOYA-NETO *et al*, 2007 *apud* VALENTI,2009), 2) vivências na natureza (MENDONÇA, 2007); e, 3) atividades contemplativas.

De acordo com Loureiro (2006) os objetivos principais da gestão participativa em UCs são: 1) minimizar as desigualdades de poder, promovendo a justiça socioambiental; 2) trazer responsabilidade quanto aos direitos sobre o uso dos recursos naturais; e, 3) revisar, planejar e propor melhorias na gestão da área protegida, através de parcerias científicas e políticas, objetivando o desenvolvimento sustentável e local.

Estas ações carregam a característica de promover o papel da educação na conservação da biodiversidade, a partir das reflexões, percepções ambientais, tomadas de decisões e até o gerenciamento dos conflitos socioambientais, indicando metodologias que valorizem os diferentes tipos de saber no contexto político, socioeconômico, cultural e ambiental, valorizando o diálogo e a participação dos atores envolvidos na ação.

Na gestão das UCs, o desenvolvimento de ações de comunicação e EA se apresentam como importantes recursos ao enfrentamento dos conflitos socioambientais, propiciando informação, reflexão e melhores condições à participação social.

Adotar a EA no contexto da gestão de unidades de conservação, além de ser

⁸O Ecoturismo, entendido como instrumento de Educação Ambiental que possibilita o contato intenso e dirigido com a natureza, pode contribuir para a construção de representações e significados no imaginário social e transformar a relação do ser humano com o ambiente. (ZYSMAN, 2007)

uma diretriz legal, constante no Programa Nacional de Áreas Protegidas, é estratégico, objetivando estreitar o vínculo dos atores sociais com a sua gestão, construindo valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação da sociedade dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo nestes indivíduos habilidades, aptidões e atitudes necessárias para esta transformação.

A educomunicação pressupõe formação de pessoas para utilizarem a comunicação como ferramenta de intervenção da realidade em que vivem, produzindo seus próprios canais de comunicação de forma coletiva. Segundo o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o conceito de educomunicação é:

(...) um campo de conhecimento emergente, forjado na interface entre a educação, comunicação e cultura. É uma referencia conceitual e metodológica que ao se transformar em política pública inspira modelos democráticos e participativos de produção e gestão da comunicação ambiental, em que o valor educativo não reside apenas nos conteúdos das mensagens e dos produtos mediáticos, mas também em seu processo de produção e criação (PNEA, 2006 p.31).

Nesse contexto, a comunicação não corresponde apenas às ações para divulgação de políticas ou projetos de educação e gestão ambiental, pois requer adequada inserção num projeto político-pedagógico local e está relacionada a processos formativos participativos e permanentes. Implica ainda que a produção de materiais comunicativos tem por foco todo o processo envolvido na produção destes materiais, desde o aprendizado do "como fazer", até os desdobramentos que a disseminação e circulação deste material, podendo acarretar abertura de canais de negociação, conquistas, fortalecimento da organização social e valorização da cultura local.

2.4 – Teoria das Representações Sociais

2.4.1 – Visão geral da teoria das representações sociais

A expressão Teoria das Representações Sociais – TRS engloba um campo de estudos científicos interdisciplinares em desenvolvimento, ativo e de grande complexidade. Uma visão panorâmica da teoria e dos seus desdobramentos pode ser

vislumbrada na publicação da 2ª edição da obra “Teoria das Representações Sociais: 50 anos”.

A atividade e atualidade do campo de pesquisa relacionadas a TRS também está relacionada à postura de Moscovici em relação ao seu trabalho, evitando apresentar uma teoria fechada, com conceitos acabados. Desde sua primeira obra, o pesquisador evita propor uma única definição de representações sociais, tratando-o como um conceito em desenvolvimento, em trabalho. Como descreve Lahlou, “as propostas teóricas de Moscovici cobrem apenas parte do campo que foi marcado” (2014, p. 86).

Para o autor:

(...) as Representações Sociais são um campo e não uma teoria, o que explica longevidade do campo. Este campo tem uma particularidade: ele cruza um dos problemas fundamentais das ciências sociais (a relação entre indivíduo e sociedade) com um problema ao mesmo tempo epistemológico e psicológico (a relação entre o material e o ideal) [...] É por isso que o conceito está na encruzilhada de várias disciplinas (Lahlou, 2014, p. 87, p. 89).

A citação que segue é longa, mas esclarecedora sobre o fenômeno da produção da representação social e suas diferentes funções. Na visão de Moscovici, 1976, p. 26 *apud* Lahlou, 2014, p. 105):

(...) toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns. Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto, de um feixe de ideias que lhe são exteriores. É neste sentido que nos referimos frequentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista e daí por diante. A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel é modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam, de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) uma infinidade de interações sociais. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado, no contexto dos valores, das noções e das regras, de que se torna doravante solidário. Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. A linguagem se aproveita disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico. Por isso, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e os significados das respostas a dar-lhes. Em uma palavra como em mil, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.

Segundo Moscovici (2004) *apud* Reis e Bellini (2011, p.152):

(...) para compreender o fenômeno de algumas Representações Sociais, temos que perguntar: Por que criamos essas representações?”. Considerando que a finalidade de toda a representação social é tornar familiar algo que é não-familiar, dois processos básicos podem ser considerados na geração da RS: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem é o processo pelo qual classificamos, nomeamos e encontramos um lugar para encaixar o não-familiar. Como nos sentimos ameaçados com o que é estranho, diferente, novo, a dinâmica de ancoragem possibilita pela classificação e nomeação do objeto ou fenômeno em questão, mesmo que vagamente, que possa ser então representado, elaborado. A objetivação, mais ou menos direcionada para o processo de interação e comunicação, concebe conceitos e imagens para reproduzi-los nas dinâmicas sociais (MOSCOVICI, 2004 *apud* REIS, BELLINI, 2011).

Patriota (2007) explica que, a partir da matriz teórica de Moscovici, se desenvolvem três vertentes de investigação e de análise no campo de estudos das representações sociais: a de Denise Jodelet, a de Wille Doise e a de Jean-Claude Abric. Considera a pesquisadora que Jodelet está à frente do grupo que mantém a abordagem teórica mais próxima da de Moscovici. Os pesquisadores deste grupo estão preocupados em entender a gênese histórica de uma representação social.

O ato de representar não é um processo simples, pois além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico. Há quatro características fundamentais no ato de representar:

- a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- a representação social tem como seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações);
- a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento;
- qualificar esse saber prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o Mundo e o outro (REIS e BELLINI, 2011).

Por sua vez, escolhe-se uma perspectiva mais sociológica da abordagem, buscando entender como as inserções sociais concretas dos sujeitos condicionam suas representações. Assim, considera-se as representações como princípios geradores de

tomadas de posição, associadas às inserções específicas do sujeito no conjunto das relações sociais (PATRIOTA, 2007).

Para Abric (2000, p. 28): “a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade e rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, e ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas sociais”. Conforme Abric (2000) sugere, identificam-se as seguintes funções nas representações sociais, todas com papel fundamental nas dinâmicas interacionais e nas práticas sociais:

- **Função de saber ou cognitiva:** quando permitem compreender e explicar a realidade;
- **Função identitária:** quando elas definem a identidade, protegendo a imagem positiva que os grupos têm de si mesmo;
- **Função orientadora:** as representações guiam os comportamentos dos indivíduos;
- **função justificadora:** justifica as tomadas de decisão, a manutenção ou reforço de comportamentos de diferenciação social assumidos (PATRIOTA, 2007).

Ele enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações sociais. Conforme sua abordagem, a representação social organiza-se em torno de um núcleo central mais estável e apresenta elementos periféricos, que correspondem aos componentes mais acessíveis e concretos da representação.

Para Abric (2000 p. 31) núcleo central é:

(...) determinado, por um lado, pela natureza do objeto representado, de outro, pelo tipo de relações que o grupo mantém com este objeto e enfim, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo. [...] Além disso, ele tem uma propriedade; trata-se do elemento, ou elementos, o mais estável da representação, aquele que assegura a continuidade em contextos móveis e evolutivos.

Segundo Abric (2000), chama-se a atenção para a dimensão qualitativa do núcleo central, pois sua centralidade não está relacionada a critérios quantitativos. Não é sua presença maciça que lhe confere a posição de centralidade, mas sim o fato que ele dá significado à representação.

Os elementos periféricos são os componentes mais acessíveis, vivos e concretos de uma representação e têm três funções, conforme descrito a seguir:

- **Função de concretização:** dependendo diretamente dos contextos, os elementos periféricos resultam da ancoragem da representação na realidade, constituindo a interface entre o núcleo central e a situação concreta na qual a representação é colocada em funcionamento;
- **Função de regulação:** os elementos periféricos têm papel essencial na adaptação da representação às evoluções do contexto. As novas informações são integradas na periferia da representação;
- **Função de defesa:** como o núcleo central de uma representação resiste à mudança, o sistema periférico funciona como um sistema de defesa. É no sistema periférico que poderão aparecer e ser toleradas as contradições.

Para Arruda (2002), uma importante contribuição da TRS foi a possibilidade de trabalhar o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade, ao reconhecer que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, como, por exemplo, a consensual e a científica, gerando universos identificados com seus propósitos, que são diferentes. O universo consensual é aquele produzido na conversação informal, na vida cotidiana. Já o universo reificado é aquele constituído no espaço científico, seguindo padrões de linguagem e hierarquias próprias. É o campo dos especialistas. A novidade do método de Moscovici é que ambas as abordagens são eficazes e indispensáveis, fazendo parte da vida. A TRS reabilita o senso comum, o saber popular, o conhecimento da pessoa comum e questiona a centralidade da racionalidade científica, como única abordagem válida dos fenômenos.

2.4.2 – A Teoria de Representação Social no Brasil

O lançamento da obra inicial de Moscovici em 1961 teve pouco impacto no Brasil. Vamos verificar o crescimento e a consolidação da teoria apenas a partir do período de transição para a democracia. Ressalta Castro (2002), analisando a

disseminação da TRS no país, que as pesquisas sobre representações sociais não poderiam proliferar no período ditatorial. Não poderíamos estudar e analisar o senso comum e o pensamento social que deriva do cotidiano em um regime autoritário. As ditaduras promovem o pensamento único e toda a diferença é vista como ameaça.

Apesar deste distanciamento inicial, os pesquisadores brasileiros têm se inserido ativamente na construção gradativa do campo de estudo das representações sociais, integrando a rede global de sobre TRS. A partir da difusão das ideias e do engajamento de pesquisadores brasileiros foram criados no Brasil dois centros de estudos. Serge Moscovi foi ativo na articulação das duas iniciativas. São eles: 1) CIERS-ED – Centro Internacional de Estudo em Representações Sociais, Subjetividade e Educação; e 2) Centro Moscovici - Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici.

Além da atividade destes dois Centros, desde 2001 acontecem regularmente no Brasil, de dois em dois anos, a Jornada Internacional sobre Representação Social (JIRS) e a Conferência Brasileira sobre RS. São eventos internacionais e nacionais itinerantes, transdisciplinares, que reúnem pesquisadores e professores participantes de diversos países. Em 2015, a IX JIRS e VII Conferência Brasileira sobre Representações Sociais terão lugar em Teresina, Piauí, em novembro, quando se completará um ano do falecimento de Serge Moscovici.

O volume de produção científica baseada na aplicação da TRS em diversos campos do conhecimento no Brasil, a existência de centros de pesquisa dedicados ao estudo, desenvolvimento e aplicação da TRS e a realização regular de eventos reunindo pesquisadores nacionais e internacionais, com a publicação de Anais, mostram a força do campo aberto por Moscovici, sua plasticidade e atualidade no país. A TRS é muito utilizada nas áreas de Psicologia Social propriamente dita, na Saúde, Educação, na Sociologia e também na EA, pois é uma abordagem que oferece a “perspectiva para se poder ‘ler’ os mais diversos fenômenos e objetos do mundo social” (REIS e BELINI, 2011).

No campo da pesquisa em Representação Social, no Brasil, Souza Filho e Spink (1995) *apud* Reis e Belini (2011) identificam os procedimentos mais explorados:

- **Observação:** o método de observação sistemática serve de pré-requisito para qualquer passo à frente no campo. É a observação que, juntamente com a teoria e métodos analíticos, proporcionará os meios para o entendimento da gênese e da estrutura das representações sociais, nos locais e contextos onde são elaboradas;
- **Coleta de dados:** procura-se trabalhar com pequenas amostras de diferentes populações para evidenciar processos e produtos sociais a serem estudados, usando uma linguagem que seja a mais próxima possível da realidade natural de onde o fenômeno ocorre. As técnicas adotadas devem facilitar a expressão e a interação, observada ou relatada, dando ao pesquisador o acesso à realidade vivida pelo sujeito com outros sujeitos e com seus objetos de representação. Entre as técnicas utilizadas estão: a observação participante; entrevistas com roteiros abertos, mesmo que tenham temas geradores; entrevistas semiestruturadas; associação livre ou evocação livre; levantamento de dados secundários; grupo focal;
- **Análise de conteúdo:** o objetivo é identificar os núcleos organizadores dos discursos, as variáveis e as categorias, além de visualizar os conflitos e consensos estabelecidos. A análise supre duas funções complementares: a ação exploratória que amplia a descoberta dos conteúdos e a confirmação ou informação das hipóteses;
- **Tratamento quantitativo:** os testes paramétricos são os mais usados para levantamentos extensivos na validação quantitativa de uma análise de RS. Já os não paramétricos são adotados para fazer inferências em pequenas amostras.

2.4.3 – Uso da teoria das representações sociais na educação ambiental

As representações sociais do meio ambiente e os valores atuais que contemplam as relações humanas em seus contextos vivenciais têm sido foco de pesquisas por parte de órgãos governamentais e educadores que atuam no campo da sustentabilidade e do meio ambiente no Brasil. Para Reis e Bellini (2011 p. 157):

(...) há um consenso entre os educadores ambientais, técnicos e pesquisadores em meio ambiente que qualquer programa de educação ambiental precisa levar em consideração as representações sociais que o grupo social ou comunidade envolvida pelo projeto faz do meio ambiente e de sua relação com ele.

A aplicação da teoria das representações sociais no estudo das questões ambientais tem sido feita por vários pesquisadores, tendo início nos anos 90, destacando-se entre eles: Reigota (1995); Alves e Gomes; *et al* (2005); Reis e Bellini (2009), Figueiredo (2000, 2006, 2011).

Reigota (2007), em seu trabalho sobre o estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil, inclui os estudos de TRS na vertente do imaginário e identifica, no período estudado (1984 a 2002), a abordagem sendo utilizada em “pelo menos 8 dissertações (ANGONES, 2000; FIGUEIREDO, 2000; LEÃO, 1996; OKAMURA, 1996; SILVA, 2000) e uma tese de doutorado (REIGOTA, 1990)” (REIGOTA, 2007, p. 50-51).

Um dos grandes desafios para a gestão ambiental é a implementação de gestão participativa, que depende da construção de espaços dialógicos que integrem os diferentes grupos sociais ativos em contextos específicos, como empreendimentos, unidades de conservação, bacia hidrográfica ou município. Entre as dificuldades existentes está a de estabelecer uma comunicação que considere a pluralidade dos envolvidos. Neste aspecto, a abordagem da TRS traz inúmeros benefícios, ao identificar as diferentes visões sobre um fenômeno ou objeto e as inúmeras representações sociais de natureza, dando espaço para a polissemia e polifonia de vozes que constituem as dinâmicas socioecológicas dos contextos de atuação.

Como afirmam Alves *et al.* (2005, p. 42):

(...) partindo-se do pressuposto de que na base da problemática ambiental está a relação homem-natureza, sociedade humana-natureza, supõe-se que o estudo das representações sociais de natureza (RSN) apresenta-se como um fértil campo para a aquisição de conhecimento, interpretação e reflexão dos diferentes olhares, valores, interesses, posições e práticas que circulam entre os RS acerca desse objeto.

Entre os pontos de afinidade entre a TRS e a EA, identificados por Alves *et al.* (2005) estão: a ótica da complexidade e plasticidade; a perspectiva relacional individual/social; o reconhecimento da existência do espaço relacional dialógico entre o senso comum e o conhecimento científico; e, por fim, o caráter dinâmico do conceito de representação social, aberto às possibilidades de mudança social.

3. PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

A presente pesquisa possui um caráter qualitativo, sendo que o estudo ocorreu entre o ano de 2014 e início de 2015. Foi realizado um estudo de caso na Vila de Areias/Lagoa Encantada, representando uma localidade situada na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, localizada no município de Ilhéus - BA.

3.1 – Pesquisa qualitativa e a observação participante

A pesquisa qualitativa tem como berço o campo da antropologia e da sociologia e vem ganhando espaço nos mais diversos estudos científicos. Este formato de se fazer ciência é definido como: “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996, p.1)”.

Do seu ponto de vista de Neves, a pesquisa qualitativa em sua essência:

(...) costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

De acordo com o autor, na pesquisa qualitativa o pesquisador se aproxima de forma mais envolvente do seu objeto de estudo. Desta forma:

(...) é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situi sua interpretação nos fenômenos estudados. [...] Além disso, ao se utilizar o método qualitativo, o interesse do pesquisador está mais direcionado a compreender o processo social de modo global, seu contexto e está mais próximo da realidade estudada de maneira integrativa, buscando distintos meios de entendimento do fenômeno (NEVES, 1996, p.1 - 2).

A pesquisa qualitativa pode ser trabalhada de diversas formas e, na concepção de Godoy (1995, p.21 *apud* Neves, 1996, p.3), há três possibilidades de abordar a modalidade qualitativa: “pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”. Neves (1996, p.3) coloca que:

(...) a pesquisa documental constitui-se pelo “exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova e complementar.

Ainda segundo o mesmo autor, o estudo de caso tem como objetivo:

(...) a análise profunda de uma unidade de estudo"; já a perspectiva da etnografia engloba "longo período de estudo em que o pesquisador fixa residência em uma comunidade e passar a usar técnicas de observação, contato direto e participação em atividade (NEVES, 1996, p.3).

No caso do presente estudo, utilizou-se uma associação da pesquisa documental com o estudo de caso e alguns aspectos do estudo antropológico, contando com outras estratégias metodológicas. Apesar de ser um método rico em coleta, a pesquisa qualitativa pode apresentar desafios e dificuldades. Conforme Duarte (2002, p.140): a definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora no final".

Assim, para este estudo, optou-se pelo método qualitativo, pois diante da proposta de se criar subsídios para o programa de EA e comunicação no plano de manejo e para que estes possam alcançar a efetividade é necessário envolver os sujeitos e a comunidade da qual fazem parte, como um todo. Segundo Cunha e Leite (2009), a pesquisa qualitativa, apesar de suas dificuldades na coleta, interpretação e análises, permite obter resultados mais próximos da realidade. Entretanto, sabe-se que essa é uma das limitações deste tipo de pesquisa, pois ao se trabalhar com formas subjetivas, seus resultados, na maioria das vezes, não podem ser generalizados, dizendo respeito a uma realidade específica, que tem um histórico sócio cultural distinto de qualquer outro.

Minayo (2012) coloca que para manter a fidedignidade da análise na pesquisa qualitativa é fundamental seguir "termos estruturantes", como o de compreender e interpretar, utilizando-se de aportes teóricos e técnicas e que envolvam experiência, vivência, senso comum e ação social. Sob o ponto de vista da autora, a pesquisa qualitativa tem como ação principal para sua análise a compreensão que permite interpretar, através da apropriação do conhecimento sobre determinada realidade. Para tal: "é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total (2012, p.623)". A autora argumenta ainda que: "fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente" (MINAYO, 2012, p.622).

A observação participante consiste em uma maneira de se trabalhar em pesquisa qualitativa e é considerada uma forma de coleta de dados para galgar informações sob determinados aspectos da realidade ou de uma realidade específica, na qual o pesquisador se integra e passa a fazer parte de modo ativo. Segundo Boni e Quaresma (2005, p.71), a observação participante apresenta sua particularidade, podendo ser definida como: “assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle”.

Deste modo, o pesquisador se insere em uma situação social e passa a se fazer presente, em contato direto, que propõe implicações tanto para o investigador quanto para o contexto no qual se tornou membro.

Cunha e Leite (2009) colocam a observação participante como fundamental, principalmente quando se trata de alcançar condições de argumentação para possíveis soluções dos problemas que foram surgindo ou até mesmo as questões em estudo. Além disso, os mesmos autores destacam que com a observação participante o pesquisador tem a possibilidade de descobrir aspectos que não foram revelados em conversas, entrevistas semiestruturadas ou informais, dentre outros e que sejam relevantes para a temática em estudo.

Segundo Lakatos (1996) *apud* Boni; Quaresma, 2005, p.71) a observação em campo permite “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Desta forma, a pesquisa qualitativa envolve diretamente o pesquisador, que precisa seguir alguns critérios para que a tipologia do estudo seja bem aplicada, não deixando de ponderar que o trabalho qualitativo ocorra processualmente, isto é, através de um processo de construção, de modo que os princípios e fundamentos da pesquisa qualitativa sejam respeitados, sem se distanciar do problema em estudo, da pesquisa.

3.2 – Vila de Areias/Lagoa Encantada: caracterização da área de estudo

A Lagoa Encantada, em cujo entorno está localizada a Vila de Areias, foi citada pela primeira vez, em 1570, pelo historiador português Pero Vaz Gândavo, que relatava

inclusive tubarões e peixes-boi em suas águas. O local, desde os primórdios da época colonial tem atraído o interesse de historiadores, viajantes e cientistas (JORNAL APA, 2009).

Foi no início do século XIX, após a abertura dos Portos do Brasil para os estrangeiros, que os viajantes alemães Maximiliano de Wied-Neuwied e Spix e Martius redescobriram a região ainda intacta. No entanto, a partir do final do século XIX, a região foi ocupada pelas grandes fazendas de cacau que, de certa forma, usando a técnica da cabruca (plantio do cacau sob o sombreamento das árvores nativas da Mata Atlântica) e diante da impossibilidade de utilizar as grandes áreas inundáveis ao longo do Rio Almada e da Lagoa, preservaram o aspecto natural da mata da região. (BAHIA, 2002)

A vila de Areias é resultado de um processo de formação urbana bem recente. Todavia, essa estreita faixa de terra firme entre a Lagoa e seus baixios inundáveis – um grande banco de areia, praticamente uma ilha – já serviu por muito tempo aos pescadores como abrigo na época das enchentes do rio Almada (BAHIATURSA, 1996)

A ocupação aconteceu em 1980, durante uma grande enchente na região. A área foi escolhida pela Prefeitura Municipal de Ilhéus e lideranças locais para o assentamento definitivo dos desabrigados do extinto povoado de Laranjeiras (BAHIATURSA, 1996).

Na ocasião, foi desapropriada da fazenda de Areias uma área de 10 ha com cerca de 200x500metros. O parcelamento foi realizado em lotes de 10x20 metros, agrupados em quadras improvisadas e ocorreu sem nenhum rigor técnico ou esquadramento. Porém, tinha como articuladores principais duas ruas, a da praia e a do meio. O resultado sugere, com seu aspecto espontâneo e irregular, a imagem e bucolismo de uma vila de pescadores crescia ao longo do tempo.

O assentamento inicial aumentou rapidamente absorvendo a demanda natural em habitação da região e posteriormente teve o acréscimo de um parcelamento informal, promovido pelos proprietários da fazenda Areias, que praticamente duplicou a área urbana, seguindo os mesmos princípios do assentamento. No entanto, segundo o Plano de Referência Urbanístico Ambiental Vila Turística Areias, “sem a generosidade dos seus espaços públicos”.

Em 1996, por ocasião dos estudos para a APA Lagoa Encantada, foram registradas 100 casas para cerca de 500 habitantes numa ocupação ainda bastante rarefeita. Em 2002, a Vila quase duplicou o número de casas: 180 casas e cerca de 900 habitantes, num processo acelerado motivado pelos problemas socioeconômicos da região e também pela expectativa de um futuro melhor para Areias. Essa pressão urbana se expressou pelo crescente número de construções de casebres de taipa, inclusive invadindo a faixa da orla da Vila e comprometendo seriamente sua base econômica tradicional – a pesca na Lagoa Encantada, e a sua emergente vocação turística.

Segundo estudos realizados por Boing (2015 p. 57), foi possível apurar na localidade da Lagoa Encantada, um total de:

(...) 158 casas habitadas no entorno imediato: na Vila de Areias havia 220 casas, das quais 143 eram habitadas, 63 eram de veraneio, estavam para venda ou abandonadas, e 14 estavam em ruínas ou sua construção estava inacabada; e nas propriedades rurais, identificaram-se 15 casas habitadas”.

Em relação ao sistema viário, apenas a via principal de acesso, a rua da orla, encontra-se cascalhada precariamente, bem como todo o seu trajeto de 11,5 Km à BA-001, que tem como ponto crítico uma íngreme descida na chegada da Lagoa. Além do acesso rodoviário, há acesso hidroviário pelo Rio Almada. As áreas urbanas, ruas e ruelas, encontram-se ainda com areia e grama natural, o que induz um aspecto primitivo à vila de pescadores.

Este aspecto de Vila praiana integrada à natureza é ainda reforçado por generosas áreas verdes – o jardim natural da sua orla –, mas que está ameaçada por ocupações irregulares e invasões, que já estão seriamente comprometendo a paisagem.

A Vila conta com uma escola nucleada, com três salas de aula que atendem até o 5º ano (antiga 4ª série), e tem 26 alunos matriculados. A energia elétrica é ofertada pela Coelba. Não há esgotamento sanitário e o abastecimento de água não atende todas as casas.

Há uma pousada em funcionamento e outra em construção. As pousadas e uma carpintaria, três restaurantes, oito bares e dois mercados compõem o universo de

serviços da Vila. Para lazer, há um campo de futebol e as atividades culturais promovidas pela associação de moradores e pela Casa Arte da Criança. As duas organizações têm sede na vila. Além disso, a vila tem três igrejas (Católica, Assembléia de Deus e Nova Canaã), A coleta de resíduos sólidos é feita duas vezes ao mês. A segurança pública é feita esporadicamente, e não há posto telefônico. O Posto de Saúde está inativo.

Entre 2002 e 2004 funcionou um projeto comunitário com tanques rede, fomentado pela Bahia Pesca e coordenado pela associação local. No primeiro ano do projeto, foram obtidos bons resultados, sendo que após ser passada a gestão para a associação, o mesmo ficou bem fragilizado por motivos de incapacidade técnica e falta de apoio.

3.3 – Pesquisa documental e bibliográfica

Inicialmente, a fim de obter uma visão mais ampliada e panorâmica da área de estudo, realizou-se uma coleta de dados secundários, tal como: Plano de Manejo da APA, Plano de Referência Urbanístico Ambiental da Vila Turística Areias e na biblioteca universitária da Universidade Estadual Santa Cruz – UESC foram identificadas às teses e trabalhos acadêmicos realizados pelos alunos, em buscadores online como SCIELO, CAPES (banco de teses) e GOOGLE acadêmico.

Outro tipo de material investigado foi a mídia impressa – informativo da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada – “EM CANTOS DA LAGOA”, vídeos documentários sobre trabalhos já realizados na Vila e material encontrado no meio eletrônico, que tinha como foco a divulgação da Lagoa Encantada. Foi realizado ainda, contato com a editora Technopolitik, que disponibilizou online o livro da Teoria das Representações Sociais: 50 anos, que ainda não havia sido lançado.

3.4 – As visitas de campo: momentos e procedimentos

No primeiro momento realizou-se visitas à comunidade com a finalidade de caracterização e identificação do contexto, reconhecimento da área de estudo,

aproximação e conhecimento do objeto de estudo e apresentação para a comunidade mediante rodas de conversas, registro fotográfico, observações e entrevistas individuais espontâneas e coletivas, com o objetivo de reconhecer e identificar as problemáticas colocadas pela comunidade. Em cada visita foram realizadas coletas de imagens, interação com a comunidade, aplicação de questionário e gravações.

3.4.1 – Primeira visita

A primeira visita ocorreu no início de junho de 2014, versou sobre uma perspectiva exploratória da realidade estudada, buscando o reconhecimento da área, apresentação, identificação da realidade local, registro fotográfico, depoimentos, histórias de vida e aproximação com os membros da comunidade.

Neste momento, a pesquisadora apresentou a sua proposta de estudo e informou os objetivos, buscando assim um primeiro contato com a Vila de Areias, identificando os sujeitos sociais e lideranças.

3.4.2 – Segunda Visita

A segunda visita de campo ocorreu em meados de junho de 2014. Nesta visita, realizou-se roda de conversa com moradores e um encontro na escola Municipal Nucleada de Castelo Branco. A atividade realizada neste encontro foi a construção da “Linha do Tempo da Comunidade”, a história dos moradores no espaço da Lagoa Encantada e suas especificidades. Foram descritos os fatos históricos e as datas em que ocorreram construindo, assim, graficamente, a Linha do Tempo.

3.4.3 – Terceira visita

A terceira visita foi em julho de 2014. Esta visita teve como propósito realizar um trabalho em grupo. Prezava pela integração e reflexão a partir do estabelecimento de um caminho cooperativo e sistêmico de abordagem com a comunidade de Areias/Lagoa Encantada.

O propósito principal foi o estudo do lugar onde os próprios moradores pudessem ser agentes da pesquisa. Além disso, buscou-se proporcionar o resgate do

histórico e da ancestralidade de cada participante e do grupo, suas influências no modo como os moradores direcionam suas vidas.

3.4.4 – Quarta visita

A quarta visita ocorreu em setembro de 2014, com a participação de um dos orientadores deste estudo. Nesta visita buscou-se um diálogo com a comunidade e aprofundamento de alguns temas e dificuldades da população, bem como o conhecimento de aspectos da esfera sociocultural e o imaginário dos moradores da comunidade de Areias. Além disso, realizou-se registro fotográfico.

Em conversa com os moradores, algumas temáticas foram aprofundadas como: a questão do abastecimento de água, a pesca predatória, agressão à biodiversidade, problemas estruturais de acesso à localidade (estrada), o lixo, o barco-escola e o turismo. Aproveitou-se esse momento de vivência direta com a realidade para a definição dos recortes da pesquisa e identificação dos enfoques destacados.

3.4.5 – Quinta visita

A visita à Vila de Areias ocorreu em dois dias do mês de novembro de 2014, tendo como objetivo identificar os diversos olhares sobre a realidade da Lagoa e perceber a relação deles com este espaço, suas conquistas e a importância do mesmo para eles. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores locais, líderes comunitários e instrutores da “Terceira Semana de Vôo Livre”, atividade que estava acontecendo na Lagoa.

Neste evento foi possível realizar alguns diálogos com os participantes e organizadores do evento e observar a conexão que as pessoas estabeleciam com a natureza, respeitando o espaço e interagindo bem com a comunidade.

3.4.6 – Sexta visita

Esta visita ocorreu em fevereiro de 2015 e teve como objetivo o reconhecimento dos recursos turísticos e ambientais da Lagoa Encantada, através de passeios nas trilhas e cachoeiras, realizando o percurso do outro lado da Lagoa e no seu entorno.

Em todos os momentos foram realizados registros fotográficos do contexto e observação direta dos espaços turísticos.

3.4.7 – Sétima visita

A sétima visita aconteceu no final do mês de fevereiro de 2015, quando a pesquisadora passou três dias na comunidade de Areias (Figura 6) e realizou a aplicação de questionários (APÊNDICE A) para a coleta de dados (Foto 1). Esta visita possibilitou ampliar a percepção da localidade e vivenciar a realidade dos moradores de modo mais intenso, o que desencadeou uma motivação mais ampla para compor e expandir as propostas de subsídios.



Figura 6: Imagem satélite da Vila de Areias, Lagoa Encantada, Ilhéus, 2015 (Google Earth, 2010). (Os pontos indicados referem-se às entrevistas realizadas).



Foto 1: Testando o questionário com uma moradora da Vila de Areias, Lagoa Encantada, Ilhéus.
(Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 2: Aplicação do questionário na comunidade, Lagoa Encantada, Ilhéus.
(Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 3: Aplicação de questionário – roda de conversa com os jovens.
(Maria Cristina Vieira, fev. 2015).

3.4.8 – Oitava visita

Na primeira quinzena do mês de março de 2015, acontece o último contato com os moradores para fins deste estudo. Neste oitavo momento foram realizadas observações do contexto e reflexões do que foi vivenciado e das possíveis e futuras possibilidades de intervenção para a construção de subsídios por este estudo.

Em todas as visitas e idas ao local foram registradas fotografias e a observação das características do local, suas particularidades, potenciais e dificuldades. Estas observações possibilitaram o contato com as múltiplas dimensões, como as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais, imbrincadas no contexto estudado e no cotidiano da vida dos moradores ribeirinhos da Vila de Areias.

No primeiro momento havia um afastamento e distanciamento das pessoas para com a pesquisadora, por se tratar de uma pessoa estranha àquela realidade. No

decorrer das idas e a permanência no local para a coleta de informações, as aproximações foram acontecendo. E, a partir dos diálogos, entrevistas, das rodas de conversa, dos encontros pelos caminhos, dos bate-papos informais, os moradores foram mostrando os potenciais da localidade, isto é, o que têm de melhor. Assim sendo, apresentavam as identificações com o contexto, os problemas e expectativas de que seus potenciais sejam reconhecidos, melhorados e desenvolvidos. Pode-se dizer que almejam a esperança de uma possível mudança ou até mesmo uma transformação.

3.5 – A construção das narrativas visuais e os procedimentos utilizados

Buscou-se na presente pesquisa trabalhar com a produção de fotografias enquanto narrativas visuais, assim como feito por Figueiredo (2010), objetivando compreender a caracterização imagética da comunidade da Vila de Areias, auxiliando na compreensão da paisagem e análise do contexto socioambiental.

Para Nobre (2003 p. 20), a fotografia como narrativas visuais caracteriza-se:

(...) por conter a presença de códigos visuais selecionados pelo fotógrafo e captados do cenário sociocultural representado, configurando-se em exponentes desse espaço e tempo, dos atos denotados pelos personagens, das representações praticadas, da história, da memória e objetos, como elementos possíveis de serem explicados como algo conhecido e que pode se passar a constituir, através de uma análise individual ou coletiva, uma narração esclarecedora da mensagem análoga ao que foi apreendido e congelado em uma imagem fotográfica, sendo fonte geratriz de outras narrativas.

Conforme Andrade *et al* (2010 p.2467), o trabalho com fotografias:

(...) possibilita relações entre saberes, entre vozes e silêncios: outras expressões com/nas/das imagens, possibilitando conhecimentos, sensações, registros, memórias, divulgação. Sentimentos que nos movimentam pelas imagens e nos colocam a entendê-las como intensivas personagens na contemporaneidade.

Assim, as fotografias fazem parte de nossas lembranças e esquecimentos, vivências e invenções, cadernos e cadernetas, num tempo permanente e efêmero. Para Sontag (2004 *apud* Andrade *et al* , 2010, p. 2467):

(...) as fotografias geralmente são os bons momentos que são escolhidos para serem eternizados. Restos a serem mantidos, sentidos dignos de serem imortalizados. Os encontros passam, morrem; morremos e as fotografias são objetos que se oferecem a sobreviver.

As fotografias nesta pesquisa foram tiradas na medida em que se realizavam as visitas de campo e o material produzido explora o conteúdo narrativo, tratando-se do

contexto socioambiental. Essas foram organizadas de acordo com os temas: a comunidade, o uso e ocupação do solo e sua relação com a Lagoa Encantada; A pesca na Lagoa Encantada; e, Atividades turísticas e de lazer na Lagoa Encantada.

Utilizou-se da fotografia para explicar a dinâmica de interação entre a vida do cotidiano, os hábitos da comunidade e a paisagem da Lagoa. A ideia é que as fotos anunciem livremente o conteúdo narrativo das imagens e permita que cada leitor, a partir da produção de imagens, interprete ao seu modo e possa “passear por lá”.

As fotos foram tiradas durante o trabalho de campo, no período da pesquisa no ano de 2014 e 201. Além da pesquisadora, tiveram participação o jovem colaborador Mateus Lima, o fotógrafo Jaco Galdino, a fotógrafa Bárbara Lara, duas fotos cedidas pelo fotógrafo Rui Rezende e outras do arquivo técnico da Diretoria de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

3.6 – A entrevista e a evocação de palavras: procedimentos de coleta de análise

Nesta pesquisa, a TRS foi a base teórica para o desenvolvimento do instrumento metodológico, que vai propiciar a consideração de um conjunto de investigações e reflexões sobre o espaço protegido e as diversas maneiras pelas quais as questões relativas à conservação e uso sustentável dos recursos locais são apropriadas, resignificadas, vivenciadas, elaboradas e expressas pelos moradores da comunidade de Areias/Lagoa Encantada.

A expectativa é que as representações sociais identificadas possam contribuir para ampliar e qualificar a percepção e o entendimento sobre a comunidade que integra o espaço e o território da APA e poderão inspirar estratégias educativas e comunicativas, construindo subsídios com a finalidade de contribuir para ações futuras da unidade e para o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social no âmbito do Plano de Manejo da APA Lagoa Encantada e Rio Almada, município de Ilhéus (Bahia).

Como abordagem, foi adotada a identificação do núcleo central das representações sociais relativas ao meio ambiente. Os temas indutores são: **1) Lagoa Encantada; 2) Pesca; 3) Turismo; 3) Sustentabilidade e Área de Preservação**

Ambiental. Na coleta de dados, utilizou-se o método da associação livre de palavras, com a observação do universo semântico e entrevistas semiestruturadas.

No campo das ciências sociais, as entrevistas, como técnicas de coleta de dados, são bastante empregadas e recomendadas. Existem diversas formas e tipos de se utilizar as entrevistas. Alguns autores discorrem sobre as etapas e processos que o pesquisador deve ponderar para fazer uso das entrevistas. Como exemplo, temos as indicações de Lakatos (1996 *apud* BONI e QUARESMA, 2005, p.72):

(...) preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista, que deverá ser marcada com antecedência, para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

Diante destes aspectos, este estudo fez uso de entrevistas semiestruturadas que visam combinar perguntas objetivas e subjetivas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem o julgamento de suas respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Além disso, o entrevistador pode realizar questões adicionais para elucidar pontos de maior interesse ou algum conteúdo que não tenha apresentado clareza (BONI; QUARESMA, 2005). Sendo assim, este formato de entrevista requer do pesquisador um roteiro prévio de temas a serem abordados ou de algumas questões disparadoras ou norteadoras.

Para este trabalho, as entrevistas semiestruturadas tinham como temáticas: conhecer o histórico da comunidade de Areias; saber sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores, os problemas socioambientais e econômicos, a potencialidade local; entender a percepção que os habitantes da Lagoa Encantada têm acerca de seu contexto e o que este representa para os mesmos.

3.6.1 – Sujeitos envolvidos e a realização das entrevistas

Participaram deste estudo pescadores e marisqueiras, comerciantes, líderes religiosos, guias turísticos, administrador local, fazendeiros que residem às margens do

outro lado da Lagoa, estudantes (crianças e jovens), professoras, aposentados, membros da associação e donas de casa.

A aplicação dos questionários foi realizada na sétima visita na comunidade da Lagoa Encantada. Quanto aos participantes que responderam aos questionários, de acordo com a tabela 4, participaram 52 moradores da Vila de Areias/Lagoa Encantada, destes 51,9% (n=27) são do sexo masculino e 48,1% (n=25) do sexo feminino, com média de idade de 37,6 anos (SD⁹=20,2 anos), variando de 11 a 78 anos.

Desses entrevistados 36,5% (n=19) são pescadores, 32,7% (n=17) estudantes, 9,2% (n=5) marisqueiras e os 21,2% (n=11) se intitularam em outras categorias como, por exemplo, professor, aposentado, administrador, dentre outros. O questionário aplicado em crianças e jovens, com idade entre 11 e 18 anos, foram respondidos mediante a presença dos pais. Essas entrevistas foram realizadas após a pesquisadora notar que esses jovens demonstraram uma enorme curiosidade e desejo de participar da pesquisa. Com isso, foram aplicados 15 questionários para esse público. Nesta oportunidade, a forma de aplicação dos questionários ocorreu de maneira didática, onde a pesquisadora aproveitou a curiosidade das crianças e dos jovens para explorar as inter-relações entre os temas abordados nos questionários e provocar um momento de trocas e saberes.

Quanto à escolaridade 58,8% (n=30) apresentam o ensino fundamental, 17,6% (n=9) o ensino médio, 15,7% (n=8) relatam não terem tido chances de estudar, e 7,8% (n=4) têm nível superior. No que se refere à renda 74,2% (n=23) dispõem de até um salário mínimo, 25,8% (n=8) apresentaram renda entre 2 e 4 salários mínimos.

A tabela abaixo demonstra os dados sociodemográficos dos entrevistados.

Tabela 4: Dados sociodemográficos dos participantes.

Sexo	Pescadores	Estudantes	Marisqueiras	Outros	Número de participantes
Masculino	12 (63,2%)	9 (52,9%)	-	6 (54,5%)	27 (51,9%)
Feminino	7 (36,8%)	8 (47,1%)	5 (100%)	5 (45,5%)	25 (48,1%)
Total	19 (100%)	17 (100%)	5 (100%)	11 (100%)	52 (100%)

⁹ SD é a abreviação de "Standard Deviation" que em português significa Desvio Padrão.

3.6.2 – Instrumento para coleta de dados: o questionário

Optou-se por realizar um “questionário teste” para a aplicabilidade do formulário. Foi feita uma ida à localidade, Vila de Areias, especialmente para a sua aplicação, em final de fevereiro de 2015. Os questionários incluíram questões sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade, renda, dentre outros); cinco perguntas utilizando evocações de palavras a partir dos termos indutores: Lagoa Encantada, Turismo, Pesca, Sustentabilidade, Área de Proteção Ambiental. Para cada um desses termos foram solicitadas três palavras-chave.

Havia também 11 perguntas abertas e fechadas, e apresentação de fotografias em dois momentos do questionário. Como exemplos das perguntas abertas podemos citar “Quem você acha que deveria ter responsabilidade pela conservação ambiental da Lagoa Encantada - Vila de Areias? Justifique.”, “Que nota você daria para o estado geral de conservação ambiental da Lagoa Encantada - Vila de Areias (0 a 10)? Justifique.”, “O que você poderia fazer para ajudar nesta conservação?”, “Você gosta de viver na Lagoa Encantada - Vila de Areias (explique os motivos)?”.

3.6.3 – Procedimentos para a análise de conteúdo

Tendo como base os estudos teóricos, o tratamento dos dados foi realizado mediante análise de conteúdo, elaboração de categorias que expressem a dinâmica da localidade da Lagoa Encantada, além de descrições sistemáticas dos modos de vida e da realidade dos moradores em sua particularidade, possibilitando uma compreensão mais ampla na busca pelo fornecimento e criação de subsídios para ações futuras na gestão da UC e do programa de EA e Comunicação no âmbito do plano de manejo da APA Lagoa Encantada e Rio Almada, município de Ilhéus (Bahia).

As atividades desenvolvidas na análise de conteúdo do material coletado foram orientadas por Bardin (1977) e envolvem três polos cronológicos, a saber, pré-análise: a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Conforme Bardin (1977, p.95) a pré-análise tem: “por finalidade a organização, ao “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de

análises”. Esta fase propõe três missões de realização que ocorrem de modo paralelo sem ordem cronológica, sendo a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores basilares a interpretação final. A primeira missão permite a demarcação do universo a ser estudado, tornando-se imperativo o estabelecimento de um corpus que será submetido a processos analíticos.

De acordo com Bardin (1977), estes processos são permeados de atividades que devem ser realizadas para se alcançar o desenvolvimento de uma análise. Dentre estas, temos a leitura flutuante, que tem por meta estabelecer contato com os documentos, analisar e conhecer os textos, deixando-se invadir por impressões e orientações. Segundo o mesmo autor, outra atividade é a escolha dos documentos que equivale a: “escolher o universo de documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (BARDIN, 1977, p.96).

Para esta atividade são necessárias algumas regras como de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. No que se refere à exaustividade, serão considerados todos e quaisquer dados e conteúdos de análises. Na representatividade considera-se que a análise possa ser feita a partir de uma amostra representativa diante do universo ou do todo e que seus resultados poderão ser generalizados para a população em geral. Na regra de homogeneidade: “os documentos devem preencher a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 1977, p.98). Já na regra de pertinência, a autora coloca que: “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise (p.98)”.

Uma terceira atividade refere-se à formulação de hipóteses e objetivos. As hipóteses podem ser compreendidas como:

(...) uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros”, enquanto que os objetivos equivalem “a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados (BARDIN, 1977, p. 98).

A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores compõem outra atividade a ser realizada. Esta etapa tem como objetivo a escolha de índices surgidos

das análises e a sua organização e sistematização em indicadores. Neste caso, o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem (BARDIN, 1977).

Outra ação a ser realizada refere-se à preparação do material, em que o pesquisador, munido de todos os dados e materiais para as análises, devem ser preparados para tal.

Para o presente estudo, primeiramente foi realizada uma seleção e preparação dos dados a serem analisados. Após a organização, todas as respostas do questionário foram digitadas em um banco de dados, criado em planilha do Excel. Posteriormente, as respostas das questões abertas dos questionários foram dispostas em um arquivo Word, contendo todas as respostas dos participantes. Já o conteúdo das entrevistas foi organizado apenas em um arquivo de Word. Após esta etapa, foi realizada uma leitura de todas as respostas, o que ocorreu por várias vezes com o intuito de obter familiaridade com os dados. Para as entrevistas semiestruturadas foi feito o mesmo procedimento.

Deste modo, os conjuntos de atividades realizadas convergem para a obtenção de organização, padronização, sistematização e resultados aprimorados e coerentes. Assim, o tratamento dos dados obtidos ocorre de forma significativa e válida, como sugere BARDIN (1977). Mediante a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (1977, p. 117), as entrevistas foram julgadas por meio do processo de categorização, definido pelo autor como: “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Assim sendo, o próximo passo deste estudo consistiu no processo de categorização, em que foram criadas diversas categorias temáticas a partir das respostas dos participantes. Estas foram sendo agrupadas, permitindo a geração de categorias (mais amplas) e subcategorias (mais específicas). O mesmo processo foi realizado para as perguntas dos questionários e para as entrevistas semiestruturadas.

3.6.4 – O Programa EVOC e sua utilização

Nos questionários, dados foram coletados a partir do método de evocação de palavras, proposto por Vergés (2002), em que se combinam a frequência e a ordem

com que diferentes palavras ou expressões são evocadas. Desta forma, foi utilizado o software EVOC para a análise desta parte do questionário. O EVOC realiza o cálculo da frequência simples de cada palavra evocada, as ordens médias de evocação e a média das ordens médias de evocação. A partir daí, se torna possível levantar as cognições como possíveis elementos dos núcleos centrais de cada uma das representações.

O EVOC expõe resultados que demonstram a estrutura da representação social, mostrando-se como um instrumento facilitador diante da análise da estrutura e sistematização de uma representação social.

Para compreender como se estrutura e se constitui a representação é necessário ponderar que, segundo Abric (1994b, p.77-78, *apud* SÁ, 1996): “as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis e são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais”.

Ainda conforme o mesmo autor, as representações sociais formam uma “entidade unitária” que é conduzida por dois elementos internos, onde cada um exerce sua função, mas de modo complementar e associado (SÁ, 1996). Estes dois elementos são os núcleos central e periférico. Assim sendo, o programa EVOC apresenta um quadro de quatro casas que dispõem de modo gráfico a estrutura da representação social.

Na primeira casa, também denominado de primeiro quadrante ou núcleo central, temos a representação central, que tem atributos próprios destacados por Sá (1996, p. 22) como:

(...) 1.marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio-históricas e os valores do grupo; 2. constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3. é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4. é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta.

O primeiro quadrante é composto por palavras de maior frequência e maior importância, também denominada de zona do núcleo central.

As outras três referem-se ao núcleo periférico e apresentam suas características expostas por Sá (1996, p.22.): “1. permite a integração das experiências e histórias

individuais; 2. suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições; 3. é evolutivo e sensível ao contexto imediato (SÁ, 1996, p. 22)”.

O segundo quadrante é intitulado de primeira periferia e é constituído dos termos de maior frequência e baixa importância. Este, em conjunto com o terceiro quadrante, formam a zona intermediária da representação que pode estar próxima do núcleo central ou da periferia mais distante, que é o caso do quarto quadrante. A terceira casa é composta dos elementos de menor frequência e maior importância, enquanto que a quarta casa é formada pelas evocações de menor frequência e menor importância (Tabela 5).

Tabela 5: Quadrantes de distribuição estrutural das Representações sociais de ABRIC.

<p>Primeiro quadrante NÚCLEO CENTRAL Elevada frequência Maior importância</p>	<p>Segundo quadrante NÚCLEO PERIFÉRICO Elevada frequência Menor importância</p>
<p>Terceiro quadrante NÚCLEO PERIFÉRICO Baixa frequência Maior importância</p>	<p>Quarto quadrante NÚCLEO PERIFÉRICO Baixa frequência Menor importância</p>

Para este estudo, os dados obtidos nas evocações dos questionários foram primeiramente transferidos para um banco de dados na planilha Excel, contendo apenas dados de identificação e as palavras evocadas. Este arquivo foi salvo em formato CSV (separado por vírgulas), para posteriormente ser tratado no programa EVOC. Para cada pergunta foi criado um banco de dados específico.

No programa EVOC realizaram-se os cálculos das frequências das palavras, ordens de evocações e das ordens médias das evocações que, por fim, produziu o quadro de quatro quadrantes. Estes quadrantes expressam a estrutura das representações sociais dos participantes para cada questão evocadora. Por fim, foi feita a análise e discussão dos resultados produzidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa partiram das narrativas visuais, permitindo trazer um olhar diferenciado de como se apresenta a comunidade de Areias na sua estrutura de funcionamento e suas inter-relações, o uso e ocupação do solo em relação a Lagoa Encantada, especificando a pesca e o turismo como temas de destaque.

4.1 – A comunidade da Vila de Areias e suas narrativas visuais

Começo da viagem à Lagoa. Estrada de chão com muito buraco e a vegetação feliz pela chuva do dia anterior, vegetação esta da mata de cabruca com cacau. O povoado tem nome de terra prometida. Barracos de lona preta dentro da cerca; ladeiras, buracos e árvores, arbustos e vegetação nativa em abundância, cacau e mata; outro assentamento com lonas retiradas secando amêndoas de cacau. Apareceram algumas placas indicando a quilometragem e alguma atividade tipo: trilha e cachoeiras.



Foto 4: Estrada, barracos de lona – Povoado Terra Prometida.
(Luiz Afonso Figueiredo, set.2014).

Seguindo na Estrada, deparei-me no mirante. Deslumbrada com o visual, aqui se iniciavam os registros fotográficos.



Foto 5: Panorâmica do mirante da Lagoa Encantada, com o Parque Estadual da Serra do Conduru ao fundo. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).

O primeiro contato com a comunidade foi em frente ao restaurante “Peixe da Lagoa”, que durou todo o período da manhã, almoço e início da tarde. Este restaurante foi construído no ano de 1992 para atender a demanda local e se trata de um empreendimento familiar.

Tudo acontecia ali naquele instante. Todas as pessoas que passavam paravam e era uma “prosa” de conversa. Os contatos foram feitos com os pescadores que chegavam oferecendo o pescado; com o administrador local que trazia sua realidade de trabalho; com o presidente da associação com suas expectativas de melhorias; a chegada dos policiais que guardam o lugar nos fins de semana e suas condições de trabalho. A realidade da Vila de Areias começava a ser desvendada.



Foto 6: Primeira conversa na comunidade.
(Jaco Galdino, jun. 2014).

A conversa seguia com a chegada das jovens que vinham de um culto religioso e eles contavam onde estudavam e o que faziam. O diálogo fluiu com vários assuntos sobre a questão ambiental na comunidade e também sobre a situação da escola local, iniciada sua construção no ano de 1982, com o nome de “Gilberto Freire”, que mais tarde passa a ser chamada de Escola Nucleada de Castelo Novo. Este grupo de jovens são unido e coeso. A conversa foi bem animada dando a entender que teria um desdobramento futuro em prol das questões da comunidade.

Neste momento, foi discutida a situação dos 55 (cinquenta e cinco) alunos adolescentes que frequentam o Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP, na zona urbana de Ilhéus, sendo que estes não podem utilizar do transporte escolar municipal, causando assim, um impacto econômico no rendimento familiar para o deslocamento destes jovens à escola, visto que foi retirado o ensino fundamental da comunidade da Vila de Areias.



Foto 7: Vista da Escola da comunidade de Vila de Areias.
(Mateus Lima, jun. 2014).



Fotos 8 e 9: Diálogo com grupo de jovens.
(Maria Cristina Vieira, jun. 2014).

Em 2011, a escola da Vila de Areias recebe o “Barco Escola” para atender as crianças do outro lado da Lagoa, através de uma parceria do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF/MEC com a prefeitura do município de Ilhéus. Este contrato finda em 2012 e pelo acordo firmado a prefeitura deve assumir os custos da gasolina e manutenção. Percebe-se hoje que o “Barco Escola” se encontra parado por falta desta manutenção e as crianças não estão frequentando a escola pela falta do transporte.



Foto 10: Imagens do “Barco Escola” que deslocam as crianças das comunidades do outro lado da margem da Lagoa Encantada. (Jaco Galdino, jun. 2014).

O posto de saúde foi construído no ano de 1997 e se encontra desativado, fruto da atual administração. Na época de funcionamento, contava com todos os atendimentos de clínica geral, destacando: odontológico, planejamento familiar, vacina e tinha como equipe a auxiliar de enfermagem e o médico que vinha uma vez por mês. A auxiliar de enfermagem era funcionária mas foi demitida, e hoje atende em caso de

emergência, de forma desvinculada ao poder público, aferindo a pressão arterial, verificando o controle de diabetes, ajudando a encaminhar pessoas que necessitam de internamento em Ilhéus.



Foto 11: Imagens do “Posto de Saúde” da Lagoa Encantada.
(Jaco Galdino, jun. 2014).

Na parte da tarde desta primeira visita, me apresentei como pesquisadora, passando pelas casas das pessoas, me identificando e explicando o que estaria fazendo ali durante um determinado período. Fiz um olhar distraído nas ruas da localidade, registros fotográficos, ouvi depoimentos e histórias de vida. Ao sair da rua principal da Lagoa, avistei uma rua muito tranquila e singela, despertando o desejo de conhecer e continuar descobrindo a realidade da Vila (Foto 12).



Foto 12: Rua paralela à Lagoa Encantada.
(Jaco Galdino, jun. 2014).

Continuando a caminhada, encontro-me com uma senhora que recolhia suas roupas lavadas. Esta senhora tece redes de pesca sob encomendas, recebe a paleta e o material para confeccionar; aprendeu a tecer com as mulheres nativas, “as vizinhas”, na época em que morava em Laranjeiras. Gosta também de bordar panos de prato. Vive com um companheiro que pesca de dia e de noite, peixes como carapeba, robalo e bagre africano, vendendo para os municípios de Itabuna, Coaraci e Buerarema. Vivem juntos por volta de 47 anos, têm dois filhos e se sentem muito bem morando na Lagoa, por ser um lugar tranquilo para viver.



Foto 13: Senhora recolhendo roupas da cerca/ varal, sendo ajudada por uma das pessoas que acompanhava a pesquisadora. (Jaco Galdino, jun. 2014).



Fotos 14 e 15: Exposição da rede de pesca e o pano de prato, ambos feitos por ela. (Jaco Galdino, jun. 2014).

Uma visão da amplitude do espaço de uma das ruas do povoado, um gramado muito gostoso de se ver e de caminhar, dando uma ideia de liberdade. Na foto, a sede da Associação da Lagoa Encantada de Cidadania e Turismo Sustentável (LECTS), criada em 2008, tem como objetivo desenvolver o turismo, a piscicultura e promover a cidadania com foco no desenvolvimento comunitário. Conta com aproximadamente 100 membros participantes, muitos dos quais fazem parte do conselho gestor da APA e atuam junto a colônia de Pescadores, a Z-34, de Ilhéus, em prol dos pescadores da Lagoa.



Foto 16: Rua paralela à principal, vista da Associação Lagoa Encantada de cidadania e Turismo Sustentável (LECTS) (Jaco Galdino, jun. 2014).

O abastecimento de água na Vila de Areias não conta com o sistema público, sendo que a água utilizada para uso doméstico e uso geral vem de um reservatório do alto da estrada, inserida em uma propriedade particular. Para alguns moradores, a água consumida para beber é buscada em nascentes e cachoeiras no entorno da Lagoa. E, por fim, boa parte da comunidade também se utiliza da água da Lagoa

diretamente para realizar suas necessidades diárias, tais como: lavar roupas e louças, tomar banho, escovar dentes e beber (BOING, 2015).

Algumas residências, através do projeto “Nantes Eau Brésil”¹⁰, estão conectadas às torres de água que foram construídas por estudantes franceses voluntários, que frequentam a Lagoa uma vez ao ano, tendo como objetivo realizar ações de saneamento básico e diminuir o uso intensivo da água. Foram construídos três poços e torres desde o ano de 2011, 2012 e 2013.



Foto 17: Pesquisadora dialogando com os integrantes da Equipe do Projeto. (Juliana Piovesan, ago. 2013).

¹⁰ Disponível em: <https://www.babeldoor.com/fr/nantes-eau-bresil>



Foto 18: Segundo posto construído utilizado na torre do Projeto.
(Luiz Afonso Figueiredo, set. 2013).

Seguindo adiante, o encontro foi com a parteira, fazendo um relato da sua experiência.

“dava as dor e não dava tempo ir para a maternidade. Já teve mulher que já veio até do outro lado da Lagoa, de um lugar chamado “Cuspi a Vida”, já fiz dois partos ali. Quando eu tive meus 14 filhos eu ganhei tudo em casa e aprendi por curiosidade quando eu via a mulher cortando o umbigo, fazendo o curativo aí eu fui aprendendo. Eu fiz o primeiro parto eu peguei, cortei o umbigo direitinho, deu certo. Aí o povo fica me chamando e lá vai eu, lá vai eu, nesta época eu já tinha 10 filhos e ainda hoje faço, nesse mês passado mesmo eu fiz no dia 7 de maio, o filho da vizinha ali. Nunca tomei curso”.



Foto 19: Pesquisadora indo ao encontro da senhora responsável pelos partos naturais na Lagoa, “parteira” (Jaco Galdino, jun. 2014).



Foto 20: Pesquisadora numa roda de conversa com a “parteira”.
(Jaco Galdino, jun. 2014).

Na segunda visita realizada à Vila de Areias foi feita uma oficina denominada “a linha do tempo da comunidade”. Esta atividade aconteceu na escola, escolhido por ser um local neutro, onde todas as pessoas poderiam participar. O sentimento foi de resgatar as informações, conectar as lembranças do passado e perceber a força do momento atual. Poder olhar o que foi construído, ver o lado positivo e despertar nas pessoas uma nova forma de ver a realidade.

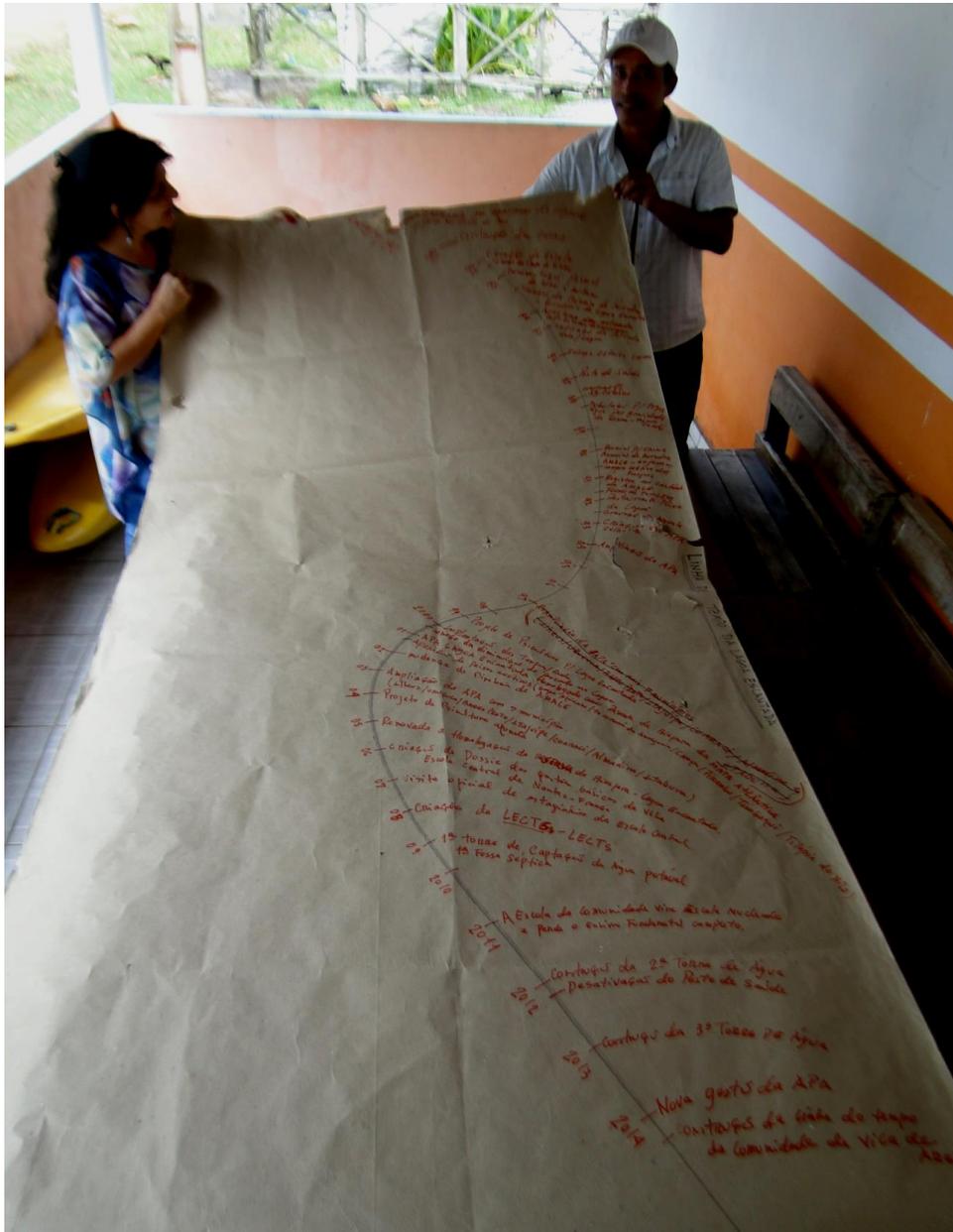


Foto 21: Linha do tempo construída com a comunidade, realizada na 2ª visita. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).

A comunidade Vila de Areias foi formada a partir de um deslocamento de uma área ribeirinha inundada, vinham de costumes diferenciados da beira do rio, onde eram totalmente diferentes da realidade da beira de uma Lagoa. Observa-se ainda alguns costumes como, por exemplo, o de jogar o lixo na Lagoa, com a antiga sensação de que “o rio leva, será se a lagoa leva?”.

Para MOREIRA e HESPANHOI (2011, p. 48):

“compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato- imediato, real e simbólico). Desse modo, nos bairros rurais é possível presenciar os pares dialéticos, o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências.

Os resíduos sólidos vivem expostos no lugarejo. A coleta é irregular, praticamente inexistente, e há queima do lixo. Há tentativa por parte de alguns moradores de fazer a coleta seletiva, mas ainda sem nenhum tipo de apoio institucional, nem condições de execução por parte da comunidade e dos visitantes para que isto venha a acontecer a contento.

A comunidade tem este tipo de comportamento, possivelmente pela falta de estrutura não construída e nem administrada pelo poder público, tanto municipal como estadual. Ambos têm ingerência nesta área, visto que é um território municipal e é uma área de conservação da biodiversidade, criada por decreto e protegida em lei pelo Estado. A prefeitura tem o compromisso de passar duas vezes por mês, que já é muito pouco e se percebe claramente uma instabilidade quanto a este acordo público. A coleta se encontra paralisada.

Certamente, um dos principais desafios é a busca por um novo paradigma para o manejo adequado dos resíduos sólidos. Hoje a comunidade trata o problema de forma parcial aguardando por parte do poder público municipal (responsável pela gestão) o tratamento e a destinação final adequada. A expectativa é que aconteça uma gestão integrada e sustentável destes resíduos e o apoio para o transporte e a venda, gerando renda para a comunidade.



Foto 22: Local onde está acondicionado o lixo reciclado. Aguarda uma oportunidade para ser encaminhado para reciclagem. Falta de transporte (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).



Foto 23: Lixo espalhado na localidade.
(Maria Cristina Vieira, jun. 2014).

Na terceira visita foi realizada outra oficina, que aconteceu no espaço da escola da Vila, com o objetivo de conhecer a história da comunidade dentro do contexto e ritmo cotidianos dos moradores. Foi iniciada posicionando os participantes em círculo, propondo que a pessoa mais velha da comunidade ocupasse o seu lugar e assim, com uma dinâmica divertida, fomos compondo o círculo a partir do tempo de vida de cada um, iniciando a de apresentação.



Foto 24: Uma das moradoras mais antigas da Vila de Areias, participando da oficina.
(Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

Trabalhou-se com os fundamentos e princípios norteadores da Pedagogia Sistêmica¹¹. Esta concepção parte do princípio de que todos nós vivemos em sistemas interdependentes numa perspectiva de ação holística.

¹¹A Pedagogia Sistêmica foi concebida por Marinane Frankle, professora alemã e estudiosa das constelações sistêmicas criada por Bert Hellinger.



Foto 25: Facilitadora, Irene Cotrin, dando início à dinâmica de apresentação da oficina.
(Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

Foi percebido o sentimento de pertencimento e hierarquia dos mais antigos em relação aos mais novos, o reconhecimento de tudo o que já foi feito e quem cuidou para que a vida se perpetuasse nesse lugar. Houve um reconhecimento do seu lugar no sistema e na roda comunitária. Esse cenário coincide com as reflexões de Tuan (1980 p. 114), quando afirma:

(...) a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. A retórica patriótica sempre tem dado ênfase às raízes de um povo. Para intensificar a lealdade se torna a história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembradas na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo.



Foto 26: Presença das lideranças da comunidade Vilas de Areias.
(Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

Neste encontro, o grupo se sentiu livre para falar das suas necessidades e dificuldades que a comunidade vive: a situação da estrada de acesso para a Vila, a a saúde, as condições da educação, do pescado, do abastecimento de água, do lixo e do potencial turístico como uma alternativa.



Foto 27: Morador expressando seus anseios sobre as problemáticas da comunidade.
(Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

4.1.1 – A comunidade, o uso e ocupação do solo e sua relação com a Lagoa Encantada

A APA da Lagoa Encantada tem seu especial valor no Corredor Esperança-Conduru¹², devido à sua importância prioritária, as nascentes mais altas do Rio Almada nos municípios de Almadina e Coaraci, para a conservação e produção de água para a região, que abastece o município de Itabuna e influencia as nascentes da bacia do Rio Iguape, no município de Ilhéus e, conseqüentemente, para o equilíbrio ambiental dessa região.

Considera-se comunidade não como sinônimo de localidade geográfica, mas sim um conceito existencial em que cada qual se relaciona com as pessoas em grupos e exercita sua própria identidade (SORRENTINO, 2013).

O sentimento de pertencimento desta comunidade é de um “lugar sagrado”, porque ali é o local onde eles vivem, se ocupam, sobrevivem, tiram o sustento. Em relação ao apego, Giuliani (2004) afirma que o significado de lugares é fundamental para a identidade da pessoa. Isso quer dizer que há lugares que têm um valor simbólico, ou correspondem a um período significativo na vida pessoal, sem que isso remeta a um tempo duradouro de residência.

Os relatos abaixo indicam que há identidade com o local:

“...aqui é o meu lugar, aqui é onde eu nasci e me criei. Amo este lugar demais. Já trabalhei em Niterói e voltei” (Pescador local, 39 anos, fev. 2015).

“...já saí daqui duas vezes pra outro estado, mas parece que minha mãe enterrou meu umbigo aqui, eu vou e volto” (Morador local, 31 anos, fev. 2015).

“...depois de tanto andar durante um longo período da minha vida em outros lugares encontrei aqui, oferecido pela natureza, uma qualidade melhor de vida e onde constitui minha família” (Pescador Local, 59 anos, fev. 2015).

O sentimento de comunidade e o apego ao lugar são conceitos fundamentais para a compreensão da Psicologia Social, uma vez que representam pontos de encontro entre os interesses pessoais e coletivos em uma comunidade (SANCHES, 1991). E o apego ao lugar é considerado relevante para o estudo dos aspectos afetivos no relacionamento entre pessoa e ambiente (Giuliani, 2004). O uso e a ocupação do

¹²Disponível em: <http://esperancaconduru.blogspot.com.br/> Último acesso em 15 de maio de 2015.

solo na Vila de Areais envolvem áreas urbanas, agrícolas, florestas de Mata Atlântica e áreas úmidas, além dos modos de vida de seus moradores.



Foto 28: Foto aérea da Lagoa Encantada.
(Rui Rezende, maio. 2014).

A APA da Lagoa Encantada foi reconhecida, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, destacando-se pelos seus remanescentes florestais como um importante local para conservação da biodiversidade (RBMA, 2013). Conceitua-se Reserva da Biosfera como um modelo de gestão adotado internacionalmente que permite proteção dos recursos naturais, centro de monitoramento de pesquisas, educação ambiental e gerenciamento de ecossistema.

Seu gerenciamento deve ser feito conjuntamente com instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisas. Esta integração das três esferas busca atender a necessidade das comunidades locais (O ECO, 2014).



Foto 29: Casa de um morador/compositor (in memoriam) – Placa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Barbara Lara, fev. 2015).

A fotografia 30 apresenta o principal “cais” da Lagoa Encantada. Este local é de uso de partida e chegada para as embarcações, que trazem e levam os turistas para visitar as belezas naturais da região e as pessoas que estão no outro lado da Lagoa. Também serve para chegada do pescado local.



Foto 30: “Cais” principal da Lagoa Encantada. (Barbara Lara, fev. 2015).



Foto 31: "Ponto comercial" Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).



Foto 32: "Ponto comercial" - Restaurante Peixe da Lagoa. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).



Foto 33: Pousada - Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).



Foto 34: Moradora da Vila de Areias. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).

Já ao lado do cais principal ficam atracadas outras embarcações dos pescadores locais, como mostra a foto abaixo. Esse ponto também serve para a chegada do pescado e contemplação do local.



Foto 35: Visão das embarcações atracadas na Lagoa Encantada, com o sistema agroflorestal cacau-cabruca. (Jaco Galdino, fev. 2015).

A foto 36 apresenta um dos locais de maior sociabilidade entre a comunidade, pois o “futebol” é uma das principais atividades de lazer dos moradores. É um espaço também onde as crianças brincam, se alegram e se divertem e já foi palco de manifestações culturais e religiosas. Considerado um “local” que possibilita uma integração entre os membros da comunidade e outras atividades circunvizinhas.



Foto 36: Campo de futebol da Vila de Areias. (Jaco Galdino, jun. 2014).

A vista da fotografia “37” representa a rua principal da Vila de Areias e é a porta de entrada da Lagoa Encantada. Local onde se localizam três restaurantes, oito bares/mercearias, dois mercados/mercearias e uma pousada. Também é o principal ponto de encontro dos turistas e da própria comunidade.



Foto 37: Cotidiano da Vila de Areias. Visão geral da rua da frente, beira da lagoa. (Jaco Galdino, jun. 2014).

O transporte público (ônibus) é o utilizado pela maioria dos moradores da Vila de Areias, para terem acesso à sede do município de Ilhéus. São apenas quatro¹³ horários por dia. Em períodos de muita chuva a estrada fica inviável de transitar, momento que causa transtornos para a população local. Nesse contexto, os moradores se deslocam de barco até a comunidade de Sambaituba para terem acesso ao transporte público.



Foto 38: Descida no ponto de ônibus, chegando da “Feira de Ilhéus”.
(Maria Cristina Vieira, jul. 2014).



Foto 39: Placa do ponto de ônibus. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

¹³ Saindo do terminal urbano da sede do município de Ilhéus em direção a Vila de Areias 05:00hs, 09:00hs, 12:00hs e 16:00hs. E o retorno de Vila ao terminal urbano são 06:30hs, 10:30hs, 12:30hs e 17:30.

É comum a utilização deste recurso hídrico para as atividades domésticas rotineiras. Verificou-se, em todas as visitas, a presença de lavadeiras, donas de casa, crianças e animais fazendo usufruto da Lagoa. Percebe-se o impacto direto do uso de detergentes industrializados no processo de higienização dos materiais, como também a presença de animais frequentemente tomando banho na Lagoa.



Foto 40: Pescadores tomando banho com sabonete na Lagoa Encantada. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).



Foto 41: Diversos usos: Lavação de roupas, copos e patos tomando banho na beira da Lagoa. (Jaco Galdino, jun. 2014).



Foto 42: Lavação de utensílios e balde no “carrinho” pra pegar água (Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 43: Crianças levam bacia com utensílios lavados na beira da Lagoa e balde com água para casa. Ao fundo estrutura do poço construída em 2012, pelos estudantes franceses voluntários vinculados ao projeto de “Nantes Eau Brésil”, que frequentam o local desde o ano de 2011 (Bárbara Lara, fev. 2015).

As crianças fazem parte do cenário e da alegria do local; vivem e convivem com a realidade de uma maneira lúdica e descontraída. A maioria delas frequenta a escola e faz parte das atividades realizadas pela Casa Arte da Criança, uma Organização Social cujo objetivo é trabalhar a questão da cultura e da arte. Percebe-se que nas atividades curriculares não há uma vivência do espaço escolar com a área protegida, ou seja, não interagem pedagogicamente com o ambiente.

A Casa Arte da Criança foi idealizada por um clube de investidores italianos em 1997, na comunidade de Vila Juerana. Em 2000 cria-se uma sede na Lagoa Encantada, com objetivo de ensinar trabalhos manuais bem como, música, arte/educação no turno oposto a escola.



Foto 44: Momentos de uma criança remando o barco. (Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 45: Pescador auxiliando a chegada da criança no barco à beira da Lagoa. (Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 46: Crianças tomando banho na Lagoa, pousando para a foto. (Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 47: Crianças brincando de escola numa casa vazia, observação participante. (Jaco Galdino, jun.2014).



Foto 48: Crianças pousando para foto, observação participante. (Jaco Galdino, jun. 2014).



Foto 49: Crianças jogando bola – uma das diversões da tarde, observação participante. (Barbara Lara, fev. 2015).

Observamos que os animais vivem soltos na comunidade e têm o hábito de ir para a beira da Lagoa no final do dia para beber água e tomar banho. Apesar de compor o belíssimo cenário, estes animais deixam suas marcas com fezes e urina.

Todos os dias pela manhã os moradores da beira da Lagoa têm que se preocupar com a limpeza e, muitas vezes, permanecendo o mau cheiro e algum tipo de resíduo. Há um desejo grande por parte dos moradores de disciplinar este uso, dialogar com os donos e definir o espaço adequado como solução. Porém, eles esperam que este tipo de intervenção venha por parte de alguém de fora, com receio de criar problemas entre eles mesmos (Foto 50, 51 e 52).



Foto 50: Presenças de vacas na beira da Lagoa, observação participante. (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).



Foto 51: Presenças de galinhas e patos na beira da Lagoa, observação participante. (Bárbara Lara, fev. 2015).



Fotos 52: Patos se alimentando na rua paralela à Lagoa, observação participante. (Bárbara Lara, fev. 2015).

A fotografia 53 apresenta um comerciante vendendo algumas verduras vindas de fora. Essa “feira” é realizada espontaneamente por um morador. Infelizmente, na Lagoa não existe nenhum tipo de incentivo para o cultivo de hortifrutigranjeiros; com isso, os moradores da Vila de Areias precisam comprar seus alimentos na sede do município de Ilhéus.



Foto 53: Banca de verduras sendo comercializada na beira da Lagoa. (Bárbara Lara, fev. 2015).

Percebe-se que a Lagoa Encantada atrai pessoas e é tão reverenciada pelos seus moradores por conta de tamanha beleza e paz. A Lagoa encantada é um lugar de rica paisagem e tem atraído desde historiadores, viajantes, cientistas e turistas. As ruas, as paisagens, os espaços abertos compõem este cenário.

A Lagoa é realmente exuberante, como mostram as imagens abaixo. O pôr-do-sol é, sem dúvida alguma, um dos momentos mais sublimes de contemplação que o cenário local apresenta. Bem como as noites de lua cheia, momento especial para uma conexão direta com a natureza.



Foto 54: Cenário do pôr-do-sol na Lagoa, observação participante.
(Mateus Lima, jul. 2014).



Foto 55: Entardecer na Lagoa Encantada. (Mateus Lima, jul. 2014).



Foto 56: Lua cheia refletindo às margens da Lagoa Encantada. (Bárbara Lara, fev. 2015).



Foto 57: Visão da lua cheia na Lagoa Encantada. (Bárbara Lara, fev. 2015).

4.1.2 – A pesca na Lagoa Encantada

Durante o período da estruturação desta comunidade, homens e mulheres foram convocados a fazer a documentação e a sua inscrição como pescadores, associando-se à colônia de pesca Zona-34, situada em Ilhéus, que conta com aproximadamente 500 associados. A maioria das famílias cadastradas tem o benefício do “Defeso do Robalo¹⁴”, no período de 15 de maio até 31 de julho.

Na Lagoa, utiliza-se a pesca por anzol, rede de espera e manzuá¹⁵, sendo proibida a pesca de mergulho, de tarrafa, bomba, batida e arpão. A pesca predatória é uma realidade. Há falta de fiscalização pelos órgãos competentes e, como a escassez

¹⁴O período de defeso contribui para a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros, evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis a captura por estarem reunidos em cardumes. É uma medida preventiva para garantir a reprodução das espécies. Todos precisam estar em dia com a colônia para que possa recebê-lo. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br...o Robalo BA.pdf](http://www.mpa.gov.br...o%20Robalo%20BA.pdf) Último acesso em: 13 de abril de 2015.

¹⁵É uma espécie de armadilha, empregada na pesca onde o peixe entra por uma abertura e não encontra a saída (BOING, 2015 p. 56)

do pescado está grande, eles acabam exercitando a predatória, se justificando pela necessidade da sobrevivência.

Os pescadores sabem quem são as pessoas que exercitam esta prática, mas entre eles, não conseguem impor limites, ficando no aguardo de uma ação fiscalizatória externa que não acontece. E o tempo passa e as ações predatórias continuam causando cada vez mais impactos na realidade. É visível o comprometimento desta ação predatória com relação à sobrevivência das famílias que ali vivem. A escassez do pescado se dá não somente pelo comportamento atual predatório, mas também pela ação do prefeito da década de 1980 que repovoou a Lagoa, trazendo do pantanal e de outras regiões peixes exóticos como: Tambaquis da Amazônia, Carpas, Tucunaré, Bagres e Tilápias da Ásia, Curibatã do São Francisco e outros. A informação que circula é que estes peixes exóticos são predadores do robalo, carapebas, piaba, tainha, traíra e pititinga. A escassez de peixes locais é atribuída a este episódio, bem como outros comportamentos adversos ao da preservação e cuidado com o pescado. Observa-se que já começa a acontecer um fenômeno, as mulheres ficam com a responsabilidade de pescar e os homens estão saindo para trabalhar na cidade. As mulheres se queixam de muitas dores nas pernas, nas “cadeiras”, região lombar, por conta da água fria e também nos braços, pelo esforço repetitivo.



Foto 58: Marisqueiras realizando a pesca de anzol, na beira da Lagoa. (Mateus Lima, fev. 2015).



Foto 59: Pescadores se preparando para lançar a rede. (Barbara Lara, fev. 2015).



Foto 60: Chegada da canoa com o pescado. (Barbara Lara, fev. 2015).

A pesca artesanal é a atividade principal que move a dinâmica da sustentação desta comunidade como ocupação e renda familiar. Todas as pessoas se consideram pescadores e pescadoras, assim como as crianças e jovens que também já se envolvem na atividade com foco na subsistência.

Seguem alguns relatos sobre a pesca local:

“...a pesca já teve boa, hoje com tanto morador virou bagunça. Hoje a exploração é de mais. Tarrafa, arpão, a batida – cerca o peixe e mete o arpão. Nem o IBAMA e nem Colônia liga mais”. (Pescador local, 69 anos, fev. 2015).

“...morro de fome, mas não pesco de forma predatória. É proibida. A marinha proibiu e o povo não respeita” (Pescador local, 71 anos, fev. 2015).

“...pesca predatória, se não tivesse vivia mais feliz e mais alegre. Pescaria de arpão machuca muito. Falta de fiscalização. Pescaria é o meio de sobreviver aqui dentro”. (Pescador local, 50 anos, fev. 2015)



Foto 61: Manzuá (instrumento de pesca) exposto na beira da cachoeira do Apepique. (Juliana Piovesan, ago. 2013).



Foto 62: Pescador produzindo o Manzuá para venda. (Maria Cristina Vieira, fev. 2015).

Na foto 63 e 64 o pescador apresenta o pescado que acabou de ser capturado durante seu dia de trabalho e seguindo para a comercialização na Vila de Areias. A Carapeba e o Robalo são os pescados com o maior valor no mercado.

Segundo Rocha (2008), as espécies exóticas introduzidas na lagoa pode ter impacto negativo nos ecossistemas locais, inclusive incluindo a introdução de parasitas e competição biológica com espécies nativas, resultando a perda da biodiversidade.



Foto 63: Pescador com peixe tilápia. (Jaco Galdino, jul. 2014).



Foto 64: “Cesto” de tilápia. (Jaco Galdino, jul. 2014).

Na foto 65, o pescador mostra o Bagre africano, peixe esse citado como um dos maiores predadores dos peixes de maior valor comercial.



Foto 65: Bagre africano, introduzido na Lagoa em 1980, salgado e vendido nas feiras livres. (Mateus Lima, jun. 2014).

A fotografia 66 demonstra que as crianças da Lagoa também seguem a tradição de seus antepassados e já praticam a pesca desde cedo. Essa corda de tilápia foi vendida no valor de R\$ 12,00.



Foto 66: Criança com o pescado em mãos, para venda. (Maria Cristina Vieira, jul. 2014).

“Pititinga”, após tratada, comercializada nas barracas de praia na sede do município de Ilhéus pelo valor de R\$ 12,00 o kilo.



Foto 67: Marisqueira limpando o peixe agulha, para ser vendido nas barracas de praia em Ilhéus. (Maria Cristina Vieira, jun. 2014).

4.1.3 – Atividades turísticas e de lazer na Lagoa Encantada

Segundo Boing (2015) o turismo na Lagoa Encantada ainda é algo que precisa ser planejado, ter uma maior organização na estrutura de receptivo e produto turístico.

Percebe-se que há uma diminuição da quantidade de turistas que visitam a região nos últimos anos por conta das condições precárias da estrada de acesso da BA-001 Ilhéus/Itacaré para a Lagoa Encantada. Com isso, necessita de uma definição por parte dos gestores públicos para a implementação de políticas públicas para o local.

A Lagoa Encantada é a maior lagoa natural de água doce da Bahia, com espelho d'água de 6,4 km² (ROCHA, 2008). Tem um grande potencial turístico, rico em belezas naturais: Mata Atlântica, nascentes de água potável, inúmeras espécies de animais silvestres, cachoeiras, cascatas, rios e florestas.

Bem frequentada da segunda quinzena de dezembro até a primeira quinzena de março (carnaval), o turismo na Lagoa é considerado de passagem, pois os turistas se hospedam nas cidades vizinhas. Necessita ser bem planejado e desenvolvido para trazer à população benefícios, consolidação econômica, conservação ambiental e recuperação da autoestima.

Outro atrativo turístico para os visitantes é a existência das lendas e mitos como: o Galo Encantado, Sereia, Nego D'água e Biatatá. Outro fenômeno que acontece na Lagoa são as Ilhas Flutuantes (Foto 68), que se movem de uma margem à outra, levadas pela correnteza e pelos ventos.



© Rui Rezende

Foto 68: Ilhas flutuantes, um atrativo turístico na Lagoa Encantada.
(Rui Rezende, maio. 2014).

Durante o período de 13 a 23 de dezembro de 2014 aconteceu na APA da Lagoa Encantada a 3^o Semana do Vôo Livre, coordenado pelo professor Kurt Sotoeterau. Abaixo, um depoimento da entrevista feita pela pesquisadora durante a semana do evento:

O céu da Lagoa Encantada ficou em festa ao receber uma modalidade especial de turismo, o vôo livre, uma relação com o espaço, com a natureza e com o cuidado. Trabalho com vôo livre há muito tempo e o que eu vim fazer aqui foi oferecer um curso de manobras que são feitas em cima de lagoas, de uma represa, justamente em função da segurança, por isto que estamos fazendo aqui na Lagoa Encantada”. Mas o que é interessante desse local primeiro pela palavra “encantada” que é o nome do lago. Para mim tem um significado muito forte, um sentido é de que isso aqui não necessariamente é só um ponto turístico. Mas possibilita esse encantar, ou seja, essa cantiga interna ser ouvida aqui. É assim que eu vejo, para mim isso aqui é um lugar sagrado, como vários outros lugares, mas para mim é um lugar onde a gente pode se permitir um contato, talvez o que os índios já tinham aqui né. Porque isso aqui é um lago que existia na época dos índios, os tupis-guaranis, na época da colonização eles compartilhavam dessas margens que aqui que nós estamos hoje. Então, pra mim é um lugar que tem muita relação com os ancestrais, com os povos que vinham aqui antes, como tudo. Mas, aqui é um lugar, uma lagoa é um point como uma cachoeira, uma caverna, esses lugares que as sociedades antigas, tribais se reunia ao redor. Uma lagoa não é diferente, em função da água e tal. Eu acho muito interessante, hoje, nos dias de hoje tá aqui, sentindo esse pessoal antigo, que

teve aqui é, que hoje não sei se estão felizes ou não com o que aconteceu. E hoje poder voar aqui por cima, o vôo que a turma faz aqui por cima, paisagem é maravilhosa, é um privilégio, uma benção, pra mim é uma benção, é sagrado. Esse curso, não é só um curso pra ensinar a técnica do voo, na minha forma de ver, não é só isso. É, antes disso, é uma forma de reverenciar os elementos: Ar, Água, o Fogo, através do sol, a terra, o planeta Terra. É assim, que eu vejo isso que agente faz aqui. Ah! É um curso de pilotagem, para as pessoas que tão querendo, simplesmente, aprender a técnica da pilotagem. Mas, para aquelas pessoas que querem se permitir uma percepção mais íntima da história né, mais essencial, da essência da história de a gente de estar aqui nesse planeta, uma permissão de poder voar, com os pássaros. É, assim que eu vejo esses momentos que tão sendo partilhados aqui” (Depoimento, Kurt Sotoeterau, dez. 2014)



Foto 69: Treinamento da “3ª Semana do Vôo Livre na Lagoa Encantada”.
(Camille Vieira, dez. 2014)

Os atrativos turísticos locais se encontram, na sua maioria, do outro lado da Lagoa, destacando cachoeiras, trilhas, passeios de barco e canoa pelos Rios, ilhas flutuantes, caldeiras do Almada (conjunto de quedas, chegando a 6 metros de altura, e que criam buracos nas rochas para um banho perfeito), vila de pescadores e fazenda de cacau.

As imagens abaixo apresentam alguns locais de grande potencial para a visitação, passeios turísticos e expedições na Vila de Areias e seu entorno.

Seguem alguns relatos de moradores locais sobre o turismo na Lagoa:

“...o turismo já foi bem melhor. O restaurante da minha mãe antes dava muito turista e hoje já não vejo. O turismo como era antigamente. O turismo caiu muito” (Marisqueira, 35 anos, fev. 2015).

“...aqui é um local que nós já temos o potencial natural que é a Lagoa e as cachoeiras aonde nos meses de dezembro a fevereiro nós temos bons grupos de visitantes que vem trazendo recurso/dinheiro para comunidade”(Pescador artesanal, 51 anos, fev. 2015).

“...o turista é um povo civilizado. Sempre aparece as pessoas de fora pra gente entender com ela” (Pintor e Pedreiro, 65 anos, fev. 2015).



Foto 70: Placa sinalizando os passeios de barco que saem da beira da Lagoa rumo às cachoeiras. (Barbara Lara, fev 2015).



Foto 71: Pesquisadora colocando “colete salva-vidas” para uma ida a campo. (Juliana Piovesan, ago. 2013).



Foto 72: Navegando pelas águas da Lagoa Encantada, rumo às cachoeiras. (Jaco Galdino, fev 2015).



Foto 73: Cachoeira do Apepique (Juliana Piovesan, ago. 2013).



Fotos 74: Trilha da fazenda São Paulo, e sua floresta. (Jaco Galdino, fev 2015).



Foto 75: Vista da trilha da fazenda São Paulo (Jaco Galdino, fev 2015).



Foto 76: Vista panorâmica da Trilha avistando a Lagoa Encantada.
(Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 77: Canoas ancoradas próximas às ilhas flutuantes (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 78: Escorregadeiras do Rio Caldeiras (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 79: Formação de poças no aspecto de caldeirão no Rio Caldeiras. (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 80: Formação de pequenas cachoeiras no Rio Caldeiras. (Jaco Galdino, fev. 2015).



Fotos 81: Aspectos dos caldeirões formados pelo Rio Caldeiras. (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 82: Cachoeira Véu da Noiva. (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 83: "Águas correntes", cachoeira Véu da Noiva (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 84: Afluente da Lagoa Encantada (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 85: Águas cristalinas, braços do Rio São José (Jaco Galdino, fev. 2015).



Foto 86: Pesquisadora dialogando sobre o turismo com proprietária do restaurante e jovem estudante do curso técnico em Turismo (Luiz Afonso Figueiredo, set. 2014).

Descobrir o potencial da fotografia como narrativa visual na perspectiva de dialogar com a pesquisa foi construir um novo entendimento. As imagens mostraram a dinâmica da realidade instalada na Vila de Areias, os limites estabelecidos, as potencialidades e fragilidades. As riquezas de informações geradas pela comunidade estudada permitirão uma melhor compreensão do estudo das Representações Sociais, ajudando a interpretá-las e compreendê-las.

4.2 – Representações da Lagoa Encantada, da APA e da questão da sustentabilidade entre moradores da Vila de Areias

As representações sociais foram destacadas para os seguintes temas: Lagoa Encantada, Turismo, Pesca, Sustentabilidade e Área de Proteção Ambiental.

4.2.1 – Representação social da Lagoa Encantada

A representação social dos moradores de Areias foi obtida por meio da evocação de palavras sobre a visão geral que tinham da Lagoa Encantada, suas ideias socialmente compartilhadas e seus significados essenciais. Após o tratamento dos dados, gerou-se o quadro estrutural da representação social da Lagoa Encantada. Além disso, a partir da questão “Para você o que é a Lagoa Encantada? Explique seu conhecimento sobre a Lagoa”, realizou-se a análise de conteúdo das respostas dos participantes, conforme proposto por Bardin (1977).

Em relação à representação social da Lagoa Encantada, foram evocadas 191 palavras. Destas, 100 são palavras distintas, 65 palavras apareceram uma única vez e 35 são termos que ocorreram mais de uma vez. A média das ordens médias de evocação utilizada foi igual a 2,0 e os limites de frequência obtidos foram 5 e 10.

O software identificou 12 palavras mais importantes, a saber: **beleza, bom, bonita, cuidado, encanto, estrada, natureza, paraíso, paz, pesca, preservação e turismo**. Estas palavras são aquelas que apareceram com maior frequência nas primeiras evocações. O EVOC também realiza o cálculo do processo de coocorrência entre as palavras, que se refere à quantidade de vezes que uma palavra foi evocada próxima de outra palavra, ou até mesmo juntas em uma mesma evocação. Para os resultados da evocação sobre a Lagoa Encantada obteve-se uma aproximação em 5 vezes entre as palavras **beleza** e **encanto**.

No “quadro 1” se observa a estruturação da representação social da Lagoa Encantada para os moradores do povoado. A representação social tem como núcleo central o **encanto e a paz**, isto é, a Lagoa Encantada representa um espaço de encantamento e paz. Estes elementos configuram-se como a representação central compartilhada por este grupo de pessoas e que dão sentido e significado a Lagoa Encantada.

Quadro 1: Distribuição do núcleo central para o termo LAGOA ENCANTADA.

		Ordem média de importância de evocação			
		Inferior a 2,0	Superior ou Igual a 2,0		
Frequencia	≥ 10	Encanto	11 (1,818)		
		Paz	10 (1,600)		
	<9	Beleza	8 (1,750)	Pesca	7 (2,429)
		Bom	6 (1,667)	Turismo	6 (2,000)
		Bonita	9 (1,333)		
		Estrada	5 (1,400)		
Preservação		5 (1,200)			

Não houve a ocorrência de evocações na segunda classe, que representa a primeira periferia, ou seja, explique mais. A terceira classe que representa a zona de contraste da representação social é composta pelos elementos **beleza, bom, bonita, estrada e preservação**. A última classe, periferia mais distante, é preenchida com os termos **pesca e turismo**, que representam elementos associados às práticas sociais e concepções individuais frente a categoria **Lagoa Encantada**.

Estes dados propostos pelo EVOC apresentam relações com os resultados alcançados por meio da análise de conteúdo da parte aberta e complementar da pergunta. No processo de categorização sobre como os moradores de Areias definem a Lagoa Encantada e seu conhecimento a respeito, foram derivadas 5 categorias.

A primeira categoria refere-se às **Dificuldades estruturais e necessidade de políticas públicas**, que é composta por 6 subcategorias e pode ser entendida como aquela que representa a Lagoa como um espaço que precisa de investimentos e melhorias em distintos âmbitos. Estes referem-se às dificuldades estruturais enfrentadas pelos moradores de Areias como, por exemplo, dificuldades em relação ao acesso e transporte, saúde, trabalho, saneamento e educação. Nesta categoria estão expostos os discursos de um coletivo, que necessita ser olhado e, para isso, faz-se

fundamental o incentivo de políticas públicas e projetos que busquem reverter mudanças nos modos de vida destas pessoas.

A segunda categoria é denominada de **Reconhecimento e Reverência**, composta por 2 subcategorias. Esta categoria revela que a Lagoa significa e representa um local de tranquilidade e paz e, ao mesmo tempo, é cercada de belezas e encantos pela sua paisagem natural.

Outra categoria é nomeada **A Lagoa como provedora** e considera o aspecto afetivo e de identificação com o local, além de expressar fortemente um atributo de filiação, de origem, apresentando uma relação dos moradores para com a Lagoa.

A categoria **Falta de cuidado** pode ser definida pela necessidade de preservação e cuidados para com a Lagoa, trazendo também um reconhecimento de que os próprios moradores tem com o descuido e que há necessidade de alterar este modo de agir.

A quinta categoria é denominada **Aspectos Lendários** e define-se pelos conhecimentos e lendas que os moradores têm a respeito da Lagoa Encantada.

Uma das questões do questionário referia-se à relação afetiva que os entrevistados têm para com a Lagoa. A pergunta foi “Você gosta de viver na Lagoa Encantada – Vila de Areias (explique os motivos)?” e houve unanimidade em relação as respostas, pois apesar da variabilidade de termos para expressar seus sentimentos, os entrevistados tinham o mesmo sentido. O sentido equivalente ao gostar; para alguns o “gostar” se amplia quando usam os termos “Amo” e “adoro”.

A Figura 7 apresenta uma representação gráfica das categorias e sub-categorias geradas, a partir da evocação de palavras sobre a Lagoa Encantada.

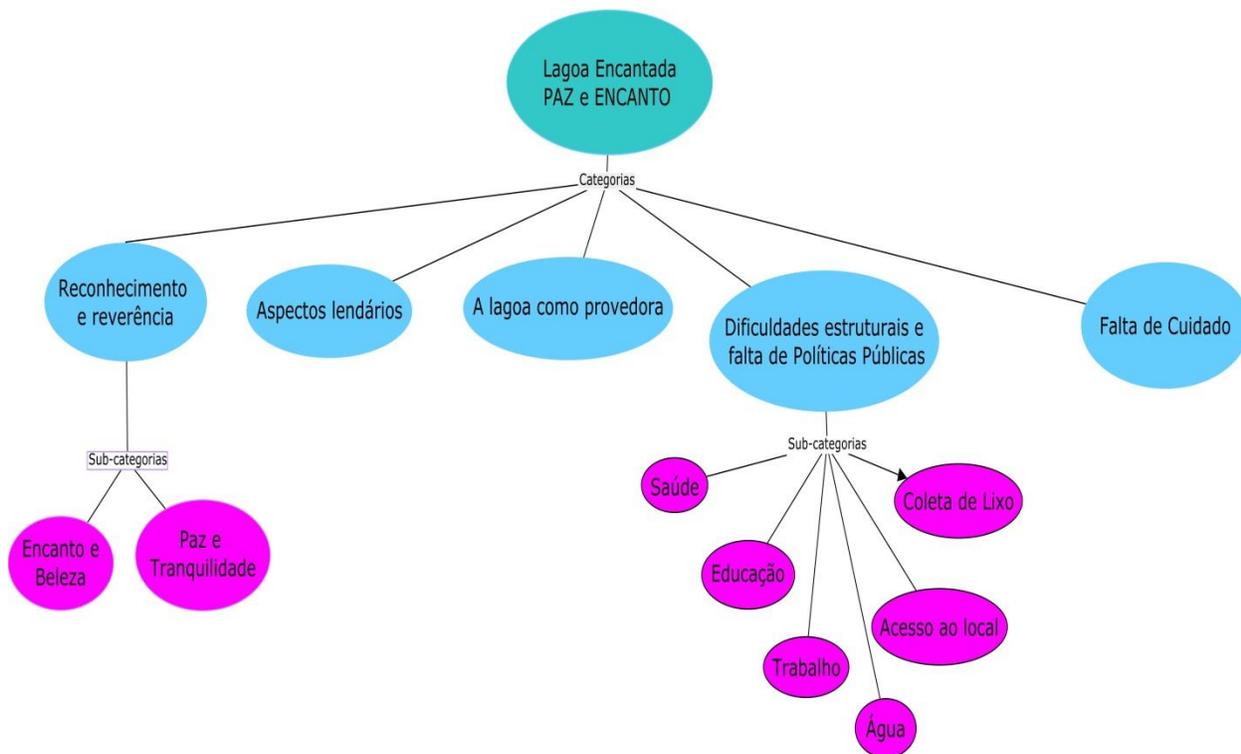


Figura 7: Mapa conceitual da representação social do termo Lagoa Encantada.

4.2.2 – Representação social do turismo

Neste estudo buscou-se também compreender a representação que os moradores têm acerca do turismo, que é um dos potenciais da comunidade de Areias. A partir dos dados obtidos foi possível conhecer a representação social sobre o turismo, que é apresentada no quadro 02, e o conhecimento que os moradores de Areias têm sobre o turismo e o que este significa para os mesmos.

Na evocação de palavras para o termo indutor **Turismo**, obteve-se a ocorrência total de 171 palavras, sendo 93 palavras diferentes, 63 citadas apenas uma vez, e 30 palavras com frequência maior que 1. A média de importância utilizada foi de 2,5 e os limites de frequência obtidos foram 5 e 10.

O EVOC permitiu selecionar 11 palavras mais relevantes, como **beleza, bom, cachoeira, conhecimento, desenvolvimento, estrada, paisagem, renda, segurança, trabalho e trilhas**. No cálculo da coocorrência, os termos *beleza* e *paisagem* apareceram mais próximos ou como similares em 4 situações. O quadro 2 demonstra os resultados:

Quadro 2: Distribuição do núcleo central para o termo TURISMO.

Frequencia	Ordem média de importância de evocação			
	≥ 10	Inferior a 2,5		Superior ou Igual a 2,5
		Cachoeira	15 (1,867)	
Renda	11 (1,545)			
<9	Conhecimento	5 (1,800)	Trilhas	6 (2,667)
	Estrada	5 (1,400)		
	Paisagem	5 (1,000)		
	Trabalho	5 (1,800)		

Verifica-se no quadro 2 a estrutura da representação social do turismo para os membros da localidade. A representação social do Turismo tem como núcleo central a **cachoeira** e a **renda**. Isto permite inferir que o primeiro pode significar um atrativo para o turismo e o segundo refere-se ao turismo como uma fonte de renda para os participantes.

Para a primeira periferia, que complementa a representação central, não se obteve evocações. Na zona de contraste, localizada no núcleo periférico, foi possível posicionar os termos **conhecimento**, **estrada**, **paisagem** e **trabalho**. A segunda periferia é composta apenas pela palavra **trilhas**.

Na análise de conteúdo foi possível a construção de três categorias: **Paisagem natural**, **Fonte de renda** e **Potencial**, que necessita de investimento. Na primeira categoria, composta de três subcategorias (Sobrevivência, Trabalho e Desenvolvimento), o turismo é visto pelos moradores como uma fonte de renda que se relaciona com a sobrevivência, o trabalho desenvolvido e o desenvolvimento, no sentido de trazer melhorias em diversos sentidos, tanto para os moradores como para a Lagoa.

Na segunda categoria, os participantes falam do turismo contemplando seus potenciais paisagísticos, como cachoeiras, matas, dentre outros.

E na terceira categoria, que inclui as subcategorias infraestrutura e lazer, os moradores colocam seus conhecimentos sobre o turismo como um potencial que necessita de investimentos para se manter e desenvolver. Estes investimentos se localizam na parte da infraestrutura e do lazer, que precisam ser melhorados. Os principais pontos na infraestrutura que necessita de investimento é o acesso ao local, calçamento, manutenção das trilhas, pousadas, saúde e educação; para o lazer, colocam a necessidade de melhorias na culinária local, esportes náuticos e aquáticos.

A figura 8 demonstra as representações gráficas das categorias e subcategorias, geradas a partir da evocação de palavras sobre o Turismo.

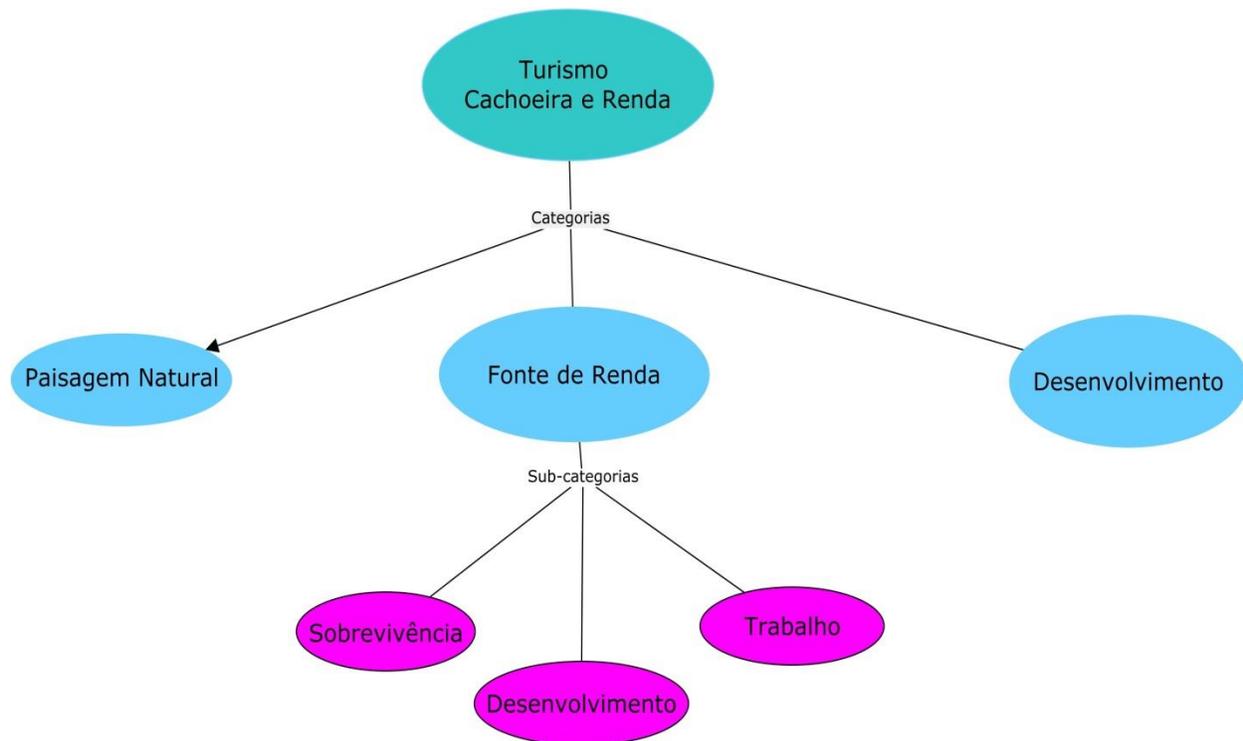


Figura 8: Mapa conceitual da representação social do termo Turismo.

4.2.3 – Representação social da pesca

Dos dados encontrados em relação à evocação de palavras com o termo indutor **PESCA** e a questão “Pensando nestas três palavras, como você explicaria o seu conhecimento sobre PESCA?”, foi possível entender e analisar a representação social que os participantes têm acerca da pesca e seu conhecimento. Estes resultados podem ser observados no quadro 3 e na exposição das categorias e suas análises.

Na evocação relacionada com o termo indutor Pesca (Quadro 3), no total obteve-se 179 palavras evocadas; destas, 84 são palavras distintas, 62 foram expressas apenas uma vez e 22 foram citadas mais que uma única vez. A média das ordens médias de importância de evocação utilizada foi igual a 2,0 e os limites de frequência obtidos foram 5 e 10.

O programa identificou 11 termos mais importantes: **alimento, bagunça, fiscalização, peixes, pesca, predatória, rede, renda, sobrevivência, sustento e trabalho.**

Quadro 3: Distribuição do núcleo central para o termo PESCA.

		Ordem média de importância de evocação			
		Inferior a 2,0		Superior ou Igual a 2,0	
Frequencia	≥ 10	Peixes	12 (1,750)	Alimento	10 (2,000)
		Predatória	14 (1,929)	Pesca	14 (2,071)
	<9	Bagunça	5 (1,600)	Rede	5 (2,200)
		Fiscalização	8 (1,875)	Renda	9 (2,000)
		Sobrevivência	8 (1,750)		

O quadro 3 evidencia a seguinte distribuição das palavras: no quadrante superior esquerdo localiza-se a representação social central da Pesca, que é composta pelos termos **peixes e predatória**; na zona periférica mais distante, quadrante inferior direito, onde se posiciona os elementos periféricos temos **rede e renda**; incluindo o quadrante

superior direito e o quadrante inferior esquerdo, a zona intermediária é constituída pelos elementos **alimento e pesca, bagunça, fiscalização e sobrevivência**, respectivamente. Na zona intermediária encontram-se as evocações que reforçam o sentido do núcleo central, para sua manutenção ou mudança.

Ao se realizar a análise de conteúdo da pergunta “Pensando nestas três palavras, como você explicaria o seu conhecimento sobre PESCA?” obtemos três categorias: a pesca predatória; insatisfação com os órgãos públicos e meio de sobrevivência.

A categoria Pesca Predatória é constituída de duas subcategorias, destacando a Redução do pescado e Aspectos Negativos desta prática, e pode ser definida a partir das observações dos moradores quanto à forma que se tem praticado a pesca na Lagoa. O que remete a um alerta, pois a pesca predatória se coloca como principal prática, o que tem trazido impactos para a comunidade de Areias, nos mais distintos aspectos, sejam ambientais, econômicos e sociais. Além disso, esta categoria traz algumas das principais consequências da pesca predatória, que é a redução do pescado e aspectos negativos desta prática.

A Insatisfação com os órgãos públicos é outra categoria composta por duas subcategorias: Descaso dos órgãos públicos e Fiscalização, sendo estas representadas pela insatisfação dos moradores com os órgãos públicos, bem como a convocação da fiscalização e legalização das práticas na Lagoa referentes à pesca; fiscalização esta que deveria ser exercida pelos órgãos públicos.

A terceira categoria é Meio de sobrevivência, que, diferente das outras categorias, representa o significado da pesca para os moradores e é constituída pelas subcategorias Trabalho e Sustento. A pesca é colocada como um meio de sustento e a oportunidade de adquirir renda e sobreviver no local. Desta forma, a pesca significa uma atividade laboral, que proporciona o sustento das pessoas que ali moram.

A figura 9 demonstra as representações gráficas das categorias e sub-categorias geradas a partir da evocação de palavras sobre a Pesca.

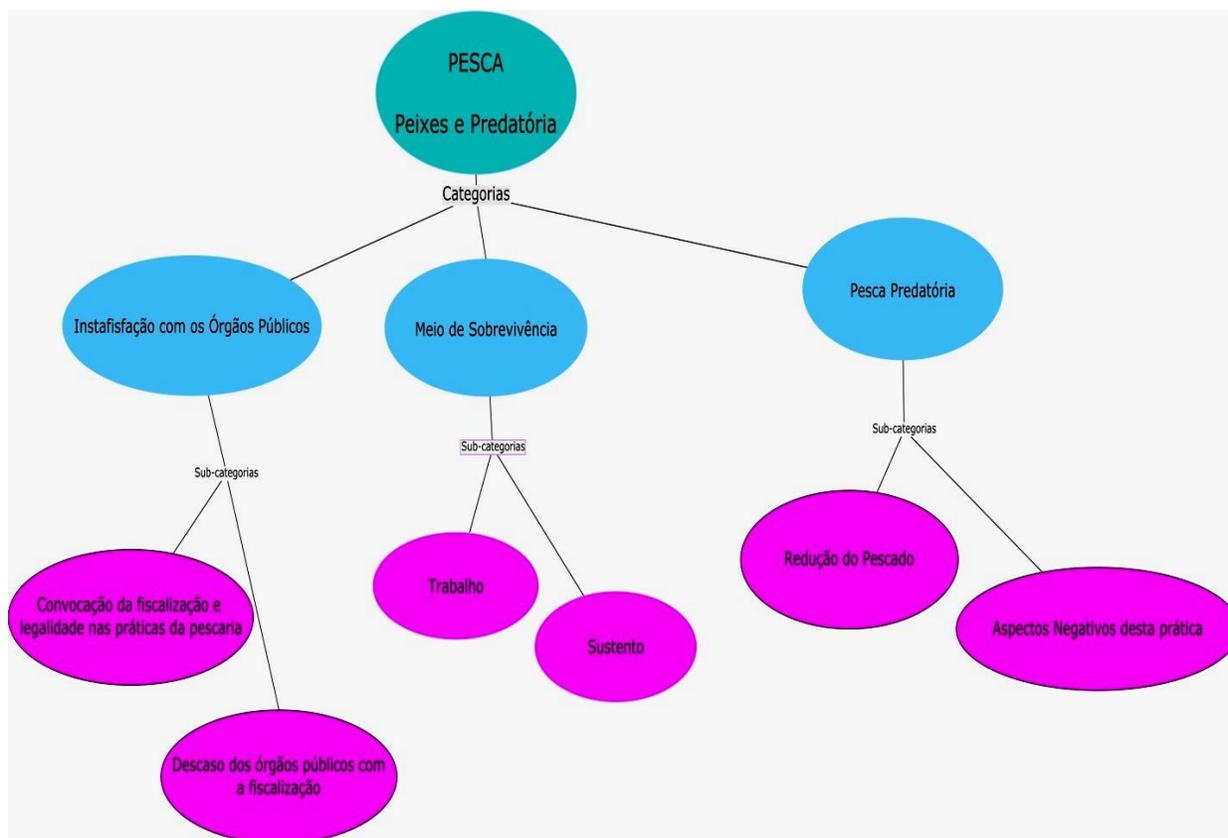


Figura 9: Mapa conceitual da representação social do termo Pesca.

4.2.4 – Representação social da sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade será compreendido a partir das suas dimensões social, ambiental e econômica como preocupação com a qualidade de vida das pessoas, com a conservação dos recursos naturais e a ocupação e renda.

A temática da sustentabilidade (Quadro 4) foi abordada neste estudo a partir da pergunta sobre evocação e da questão “Explique seu conhecimento sobre SUSTENTABILIDADE, utilizando as palavras escolhidas”. Após o tratamento dos dados obteve-se o quadro estrutural da Representação social da Sustentabilidade, disposto no quadro 4, e as categorias derivadas da análise de conteúdo.

Quadro 4: Distribuição do núcleo central para o termo SUSTENTABILIDADE.

Frequencia	Ordem média de importância de evocação				
	≥ 10	Inferior a 2,0		Superior ou Igual a 2,0	
		Pesca	17	(1,765)	
<9					
	Lagoa	5	(1,200)	Turismo	9 (2,333)
	Peixes	8	(1,250)		

Para as evocações referentes à sustentabilidade, verificou-se a ocorrência total de 119 palavras, sendo 66 palavras diferentes, 50 palavras citadas apenas uma vez e 16 palavras com frequência superior a um. A média de importância utilizada foi de 2,0 e os limites de frequência obtidos foram 5 e 10.

O EVOG apresentou 6 expressões de maior importância, como: **alimento, lagoa, manter, peixes, pesca e turismo**. Destas, somente as palavras alimento e peixes apresentaram coocorrência em duas situações.

O quadro 4 dispõe a estrutura da representação social da **Sustentabilidade** para moradores locais. O núcleo central da representação refere-se à *Pesca*, o que permite ponderar que a sustentabilidade é entendida em acepção à determinada forma de sustento, de sobrevivência e não no sentido amplo proposto pelo conceito.

No segundo quadrante não foram obtidas evocações. Já no terceiro quadrante, a zona de contraste, temos os elementos *lagoa* e *peixes*. No quarto quadrante aparece o termo *turismo*.

Na análise de conteúdo foram criadas três categorias a partir do conhecimento que os participantes têm acerca da sustentabilidade, são elas: Econômica, Social e Ambiental. Predominou uma visão focada na pesca e seus elementos estruturadores.

A categoria **Econômica** inclui as subcategorias **Sustento/sobrevivência** e **Desenvolvimento**, e refere-se à sustentabilidade como um sustento, um meio de sobrevivência, que para os moradores é proporcionado pelos recursos que a Lagoa disponibiliza e que sem estes recursos e possibilidades a sobrevivência fica comprometida. Além disso, a perspectiva da economia traz também a subcategoria Desenvolvimento, que faz parte da categoria econômica, por expressar aspectos do desenvolvimento sustentável, em que é necessário desenvolvimento e investimentos para que haja um crescimento econômico. Este desenvolvimento é necessário e pode ser incentivado por meio de políticas públicas no local. A comunidade de Areias dispõe de grandioso potencial de desenvolvimento, não só para o local e entorno como para toda região.

A categoria **Social** é formada pelas subcategorias Compromisso social, Saúde e Educação. A dimensão social representa ações em diversos âmbitos que envolvem a sociedade, assim como o compromisso social, a saúde e a educação. A categoria social é apresentada pelos moradores como uma necessidade de melhorias nestes aspectos, compromisso social, saúde e educação.

Por último, temos a categoria **Ambiental** que é referida por meio da preservação do meio ambiente, buscando cuidado e manutenção da Lagoa e seu entorno.

Quanto à dimensão da sustentabilidade, não podemos separar as dimensões, pois elas encontram-se interligadas. Entretanto, para este estudo fez-se a segregação, por motivos didáticos de apresentação dos resultados.

Diante dos resultados encontrados verifica-se que os moradores da Lagoa não têm uma perspectiva clara do conceito de sustentabilidade. Para eles a sustentabilidade refere-se de modo mais frequente ao sustento, de se sustentar. Nas análises dos resultados percebe-se que a dimensão econômica da sustentabilidade é mais citada por conta da questão do sustento, da fonte de renda e da necessidade de desenvolvimento. De todo modo, os moradores também apontam outros pilares da sustentabilidade como, por exemplo, a questão social e ambiental, mas ainda não é

possível dizer que eles estão de fato entendendo a sustentabilidade promovida pela integração entre os três pilares, social, econômico e ambiental.

A figura 10 demonstra as representações gráficas das categorias e sub-categorias geradas, a partir da evocação de palavras sobre a Sustentabilidade.

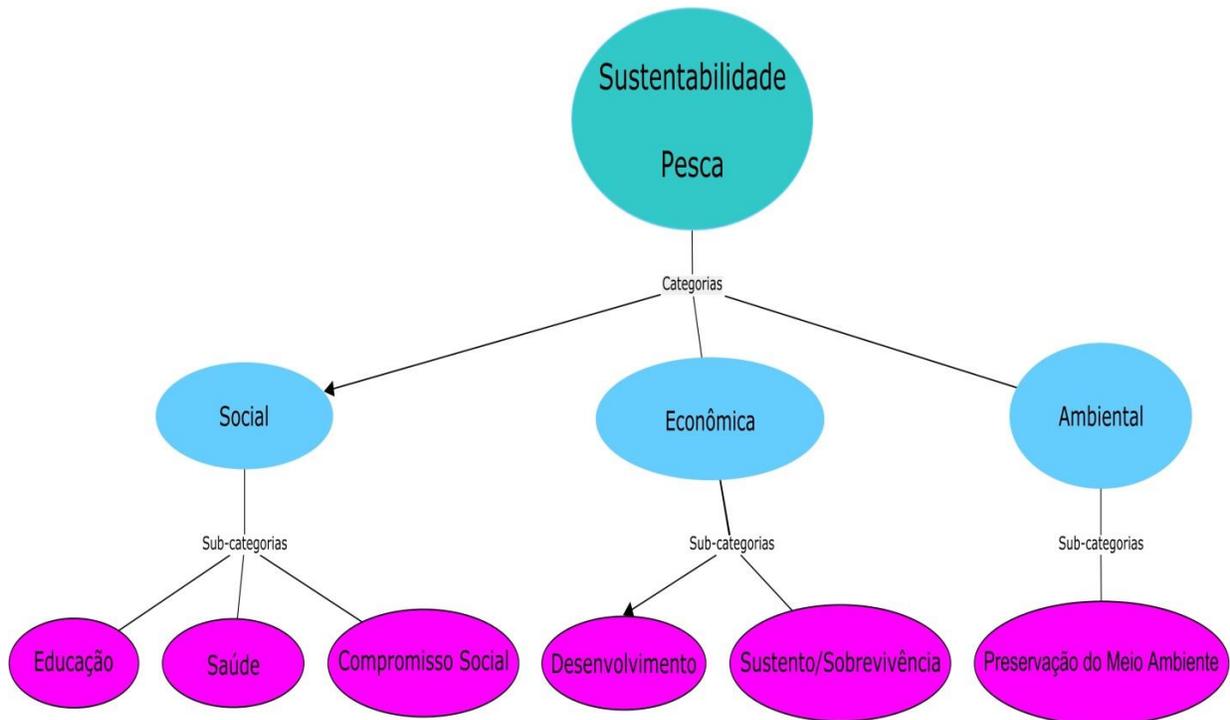


Figura 10: Mapa conceitual da representação social do termo Sustentabilidade.

4.2.5 – Representação Social da Área de Proteção Ambiental e a conservação ambiental

Neste estudo buscou-se compreender também a representação social que os moradores de Areias possuem a respeito da Área de Proteção Ambiental – APA e os conhecimentos relacionados a mesma. Os dados foram obtidos a partir da evocação de palavras, que teve como termo indutor a **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL** e a pergunta “Explique seu conhecimento sobre **AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**, utilizando as palavras escolhidas”.

Esta ultima questão se deu a partir da análise de conteúdo com a criação de categorias temáticas. Já as evocações foram trabalhadas no programa EVOC, que gerou o quadro que demonstra a estrutura das representações sociais sobre a APA.

Quadro 5: Distribuição do núcleo central para o termo APA.

Frequencia	Ordem média de importância de evocação				
	≥ 10	Inferior a 1,9		Superior ou Igual a 1,9	
		Preservar	14	(1,357)	
Proteger	12	(1,833)			
<9	Cuidar	6	(1,833)	Desmatamento	5 (2,000)
	Lagoa	8	(1,375)		
	Lixo	6	(1,667)		
	Mata	8	(1,750)		
	Não	5	(1,800)		

Para a representação social da Área de Proteção Ambiental foram obtidas 156 evocações, sendo 73 expressões distintas, 46 palavras citadas apenas uma vez e 27 termos apareceram mais de uma vez. A média de importância utilizada foi de 1,9 e os limites de frequência obtidos foram 5 e 10.

Foram expressas 11 palavras mais relevantes, a saber: **cachoeira, cuidar, desmatamento, fiscalização, floresta, lagoa, lixo, mata, não, preservar e proteger**. No processo de ocorrência, as palavras *lagoa* e *cachoeira* apareceram próximas em 3 situações e os termos *lagoa* e *floresta* com proximidade em 3 ocorrências.

O quadro 5 apresenta a estrutura da representação social da Área de Proteção Ambiental. A representação central da APA gira em torno do *preservar* e *proteger*, expressando assim a sua função, que acaba sendo agregada e associada pelos habitantes da localidade da Lagoa Encantada, área de preservação ambiental. Na primeira periferia, parte da zona intermediária, não se obteve evocações. Já na segunda parte da zona intermediária, a zona de contraste, têm-se os elementos *cuidar, lagoa, lixo, mata* e *não*. E na última periferia aparece o termo *desmatamento*.

No processo de categorização, que é uma das etapas da análise de conteúdo, derivam-se três categorias: Cuidado, Educar e APA, como órgão fiscalizador.

A partir das respostas coletadas, a primeira categoria é definida como o cuidado que se deve ter com a Lagoa, por meio da preservação e proteção. Podemos dizer que o cuidado seria uma função da Área de Proteção Ambiental. Esta categoria tem o Preservar e a Proteção como subcategorias.

A categoria Educar é formada pelas subcategorias Conscientização dos moradores e a Conservação. Educar, a partir das respostas dos participantes, refere-se à conscientização dos moradores e da conservação em relação à Lagoa. Neste sentido, a APA teria também uma função educativa, com foco nos moradores e na conservação da Lagoa.

Na terceira categoria, os moradores de Areias sugerem a APA como um órgão fiscalizador das práticas ilegais que existem no local.

A figura 11 demonstra as representações gráficas das categorias e subcategorias geradas, a partir da evocação de palavras sobre a Área de Proteção Ambiental e Conservação Ambiental.

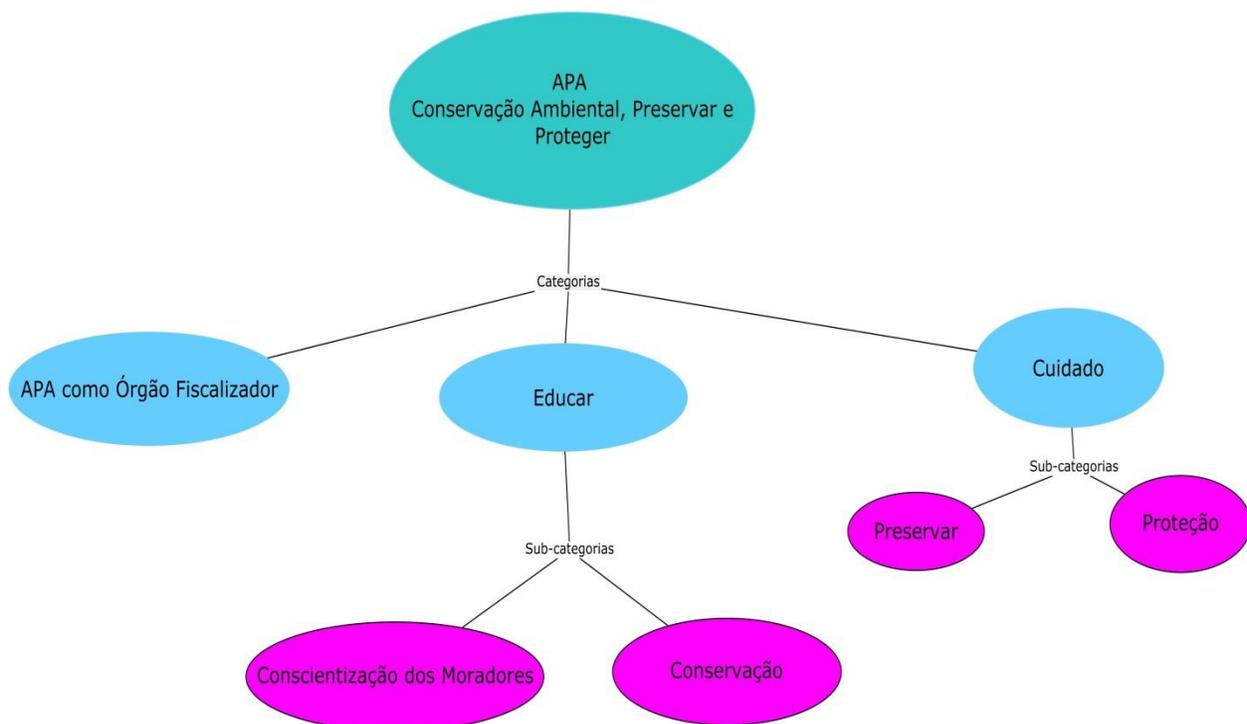


Figura 11: Mapa conceitual da representação social do termo APA.

4.2.6 – Análises das entrevistas semiestruturadas

Nas entrevistas semiestruturadas a categorização derivou 3 categorias, são elas: **os Recursos disponíveis; Potencia de ação e os Problemas e dificuldades**. Estas categorias apresentam-se entrelaçadas, dificultando uma segregação entre as falas dos participantes, mas que se torna um ponto positivo. Isto porque eles apresentam seus problemas e dificuldades e, ao mesmo tempo, colocam os recursos que têm e o que poderiam mudar para melhorar, resolver seus problemas por meio dos potenciais.

Assim sendo, os **recursos disponíveis** referem-se à pesca, ao turismo e à agricultura. Estes aspectos expõem os recursos naturais que a comunidade de Areias tem e que são fortes potenciais para se trabalhar o desenvolvimento local, uma vez que são a partir destes recursos que os moradores tiram seu sustento e conseguem se manter e sobreviver. Estes recursos devem ser explorados e desenvolvidos de modo responsável e consciente.

A categoria **Potência de Ação** pode ser definida como aquela que busca reconhecer os potenciais de ação, isto é, em que pontos podem atuar e de que forma é possível alcançar melhorias. Assim, identificar os potenciais atores sociais é de fundamental importância para que eles próprios possam se emancipar enquanto cidadãos ativos em sua comunidade. Isso favorece o desenvolvimento da autonomia e enriquece o local, uma vez que seus próprios moradores tomem consciência e sejam mais responsáveis na sua relação com a localidade.

Os **problemas e dificuldades** são representados pelos principais problemas da vila de Areias e que necessitam de intervenção. Estas dificuldades enfrentadas são básicas e interferem em toda a conjuntura da vila de Areias, fazendo com que eles não tenham condições dignas de vida e, muitas vezes, agindo de forma inadequada que prejudica o meio ambiente, o meio social e econômico, como é o caso da pesca predatória. Mas, sozinhos eles não conseguem reverter esse quadro, necessitando de intervenção dos órgãos públicos.

4.3 – Subsídios para a construção do Programa de Educação Ambiental e Comunicação para a Gestão da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada.

O espaço de uma área protegida está ligado às políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade e tem como um dos desafios superar os conflitos socioambientais. Para a construção deste Programa realizou-se um estudo de caso na Vila de Areias. A sua abrangência deverá contemplar a bacia hidrográfica do Rio Almada e os municípios da APA.

O levantamento de dados gerados nesta pesquisa foi fundamental para servir como base à construção dos subsídios. O Programa tem um carácter pedagógico que conecta a aprendizagem, a partir da vida cotidiana, tendo em vista a cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade.

Devendo este estar em consonância com os documentos referência: Convenção sobre a Biodiversidade - **CDB**; Política Nacional de Educação Ambiental – **PNEA**; Política Estadual de Educação Ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental – **ProNEA**; Programa Estadual de Educação Ambiental – **PEA-BA**; Sistema Nacional de Unidades de Conservação – **SNUC**; Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas– **PENAP**; Política Nacional da Biodiversidade, Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – **ENCEA**; e, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Parte-se do princípio de que a UC é um espaço potencialmente educador e, como tal, promove o envolvimento direto da população com a conservação e sua sustentabilidade, podendo influenciar no desenvolvimento local. Esta estrutura educadora tem a intencionalidade de desenvolver processos formativos, articulados com os atores e setores locais, tendo como eixo central as questões socioambientais.

Outro princípio deste Programa é compreender a EA como um instrumento de gestão na perspectiva sistêmica e integradora, crítica e inovadora, permeando todas as ações da gestão da UC, desde a criação, elaboração do Plano de Manejo até a sua implementação. O Programa deverá ser elaborado no âmbito do Conselho Gestor, por meio da Câmara Técnica de Comunicação e Educação Ambiental, que deverá acompanhar, monitorar e avaliar a sua implementação.

A participação social na gestão de áreas protegidas se dá a partir da mobilização dos grupos participantes, se convertendo em uma ação efetiva. O conselho gestor é um elemento chave de interlocução entre a gestão e as comunidades, assume um legítimo e importante papel de representação da sociedade. É um espaço democrático de compromisso dos atores envolvidos para com a gestão da UC.

Conforme Sorrentino (2013, p. 22):

...pensar e realizar uma Educação Ambiental adequada às particularidades de cada pessoa e de cada grupo e seus contextos socioambientais exige que o processo educador potencialize os atores nele envolvidos, promovendo a ampliação de sua conectividade com instituições educadoras ambientais diversas e o fortalecimento desse processo, possibilitando assim a sua continuidade. Essa conexão possibilita o diálogo entre teoria e prática, comunicação e educação, o pensar/planear/informar/agir/avaliar/estudar e se realiza presencialmente e a distância permitindo o contato entre uma diversidade de atores, de locais e de tempos. Isso aproxima de cada pessoa e de cada grupo o desafio de se educar ambientalmente relacionando subjetividade e política pública, a ação micro local e uma ação mais abrangente.

A proposta do Programa está organizada a partir dos eixos estruturantes de atuação, que dialogam entre si, sugerindo estratégias de ação para a sua execução.

Eixo Estruturante 1: Articulação Institucional

A base da articulação institucional se dá a partir do diálogo. Segundo Tassara (2008, p. 71) afirma que:

(...) no âmbito da educação ambiental, o conceito de “dialógico” diz respeito aos processos que envolvem o diálogo entre pessoas, grupos, ideias, ideais. O diálogo deve pautar a formação de educadores ambientais populares, sendo à base do trabalho dos grupos envolvidos na arquitetura da capilaridade¹⁶ e na educação ambiental.

Este diálogo deve permear os territórios de identidade¹⁷, os colegiados¹⁸, o terceiro setor, os municípios, o órgão gestor e os empreendedores locais. Esta

¹⁶ É um conjunto de estratégias projetadas para possibilitar o envolvimento e participação da totalidade da população de um determinado território (bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato e escola) em um coletivo educador.

¹⁷ “território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como

articulação dos atores locais deve facilitar a construção e a implementação das políticas públicas no socioambiente¹⁹ e promover o desenvolvimento socioambiental, cultural e econômico na APA e seu entorno.

Estratégias de ação

A seguir, estratégias de ação para o atendimento das demandas observadas na região estudada:

- Definir uma pauta conjunta com o Território de Identidade e Consórcios públicos;
- Acessar e dialogar com as políticas públicas vigentes no território (meio ambiente, agricultura, pesca, economia solidária, educação, saúde e saneamento);
- Dialogar com as outras UCs Municipal, Estadual e Federal do território;
- Realizar uma Gestão Integrada no Corredor Esperança Conduru para fortalecer o conceito de Mosaico no território²⁰;
- Construir a política e o sistema de Educação Ambiental dos municípios - Criar a Comissão interinstitucional de Educação Ambiental nos Municípios;
- Articular com os órgãos fiscalizadores um plano sistemático de fiscalização ambiental no território da APA;
- Integrar as estratégias coletivas para promover o desenvolvimento socioambiental e econômico com os atores e setores locais.

essenciais para o desenvolvimento. A Bahia está dividida em 27 Territórios de Identidade www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade.

¹⁸Grupo de pessoas que juntas oferecem a união de seus direitos democráticos, em troca de acordos firmados, e posteriormente cumpridos sem ressalvas, em benefício de toda uma população, de um (uma) logradouro, vila, bairro, cidade, estado ou país.

¹⁹É um conceito presente nas ações e movimentos ambientalistas que considera que as dimensões sociais, físicas e naturais dos ambientes são indissociáveis, devendo ser abordadas de forma integrada (TASSARA, 2008. p 180).

²⁰Modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento de gestores de UC e da população local na gestão das mesmas, de forma compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL 2015).

Eixo estruturante 2: Desenvolvimento de Comunidades

Este eixo estruturante, se fundamenta na necessidade de co-criar realidades sociais, a partir da participação ativa da população no contexto de um processo pedagógico inteiramente aberto. Com isso, possibilita um pensar e agir em comunidade. O processo educativo de desenvolvimento de comunidades está em função da organização social em que estas estão inseridas, suas preocupações e seus interesses para enfrentá-los.

Nesse sentido, o desenvolvimento da comunidade num processo educador pode facilitar momentos de reflexão do sujeito consigo mesmo e com o outro, onde cada qual busca e exercita sua própria identidade individual e coletiva em prol do bem comum.

Para Freire (1996, p. 46), a assunção de identidade territorial permeia o ser:

...assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

Estratégia de ação

A partir dessas linhas de pensamento, as seguintes estratégias foram idealizadas:

- Possibilitar e conduzir o processo educativo de relações com a comunidade, estimulando a participação e a articulação da população nos seus interesses comuns;
- Possibilitar projetos socioculturais e ambientais, estimulando e contribuindo para que as comunidades se fortaleçam e encontrem formas de superar seus desafios;
- Fomentar projetos focados na prestação de serviços que possibilitem a geração de trabalho e renda das comunidades da UC;

Eixo estruturante 3: Educação Ambiental e as questões socioambientais

A Educação Ambiental, como um instrumento de gestão, deve atuar facilitando processos na implementação das políticas públicas nos municípios, nas escolas e no âmbito da sociedade. Tendo sua atuação direta com as questões socioambientais locais.

a) Nos Municípios:

Estratégia de Ação

O processo de Educação Ambiental permanente e continuado nos municípios deverá ser de responsabilidade das Secretarias de Meio Ambiente e de Educação, juntamente com a sociedade civil organizada, as escolas, setores públicos e privados.

- Construir e implementar o Programa Municipal de Educação Ambiental dos Municípios locais;
- Mapear a realidade socioambiental dos Municípios da região;
- Possibilitar a formação continuada para os membros do Conselho Gestor e representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos Municípios da APA.

b) Nas Escolas - Educação Ambiental Formal

A implementação da educação ambiental escolar, deverá atentar pelas diversas metodologias como cursos de formação, oficinas participativas, rodas de conversas e dinâmicas de reuniões, identificando temas prioritários junto à realidade trabalhada.

Estratégia de Ação

Em relação às escolas locais, as seguintes estratégias foram identificadas:

- Mapear ações de Educação Ambiental que estão sendo desenvolvidas nas escolas dos municípios, com objetivo de construir um banco de dados das experiências, dando visibilidade a esta trajetória e possibilitando trocas de conhecimentos;
- Realizar um Seminário de Educação Ambiental no território da APA;
- Possibilitar a formação em Educação Ambiental continuada para os professores e educadores nos sete municípios da UC, a partir de metodologias participativas que possibilitem a construção do projeto Político Pedagógico das escolas;
- Construir nas escolas a Agenda 21 Escolar, a partir da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – COMVIDA;
- Possibilitar que os alunos possam vivenciar momentos de aprendizagem com a natureza;

c) Na Sociedade Civil Organizada - Educação Ambiental Popular

A Educação Ambiental popular tem como objetivo promover a reflexão crítica, aprofundar conceitos e instrumentalizar para ações e intervenções socioambientais.

Estratégia de Ação

No que tange à sociedade civil, foram pensadas as seguintes estratégias de ação:

- Criar um Coletivo Educador a partir do Conselho Gestor da APA;
- Facilitar processos de formação para Educadores Ambientais Populares em todo o contexto territorial;

- Construir um Projeto Político Pedagógico de atuação na realidade, a partir do Coletivo Educador²¹ com a definição dos temas emergentes;
- Promover uma Intervenção Educacional com a execução de ações concretas na realidade;
- Elaborar um Programa de Educação Ambiental e Comunicação para a Bacia do Rio Almada;

Eixo Estruturante 4: Comunicação e Informação

O eixo estruturante de comunicação e informação deverá permear toda a dinâmica de relacionamentos do Programa, pensada a partir de:

- Comunicação interna entre os membros do Conselho Gestor;
- Informação do Conselho Gestor para com o conjunto da sociedade;
- Criar redes de comunicação e informação entre as comunidades residentes e entre estas com a sociedade mais abrangente;
- Diálogos permanentes com os Gestores das UCs Federais, Estaduais, Municipais, além dos atores e setores dos colegiados.

Estratégias de Ação

- Realizar um encontro com os pesquisadores que já estudaram a APA da Lagoa Encantada;
- Identificar as estruturas comunicativas (rádios, TV, jornal, blogs, sites) existentes nos municípios, visando fluxo de informações, trocas e experiências;
- Difundir informações sobre a conservação ambiental e a importância das dinâmicas socioculturais existentes na área para a manutenção dos recursos naturais no território da APA, a partir dos meios de comunicação existentes;
- Elaborar e implantar placas socioeducativas de sinalização ao longo da UC;

²¹ São grupos de educadoras(es) de várias instituições que atuam no campo da educação ambiental, educação popular, ambientalismo e mobilização social. O Coletivo Educador desenvolve processos formativos de educação ambiental e popular destinados a totalidade da base territorial onde atua, procurando atendê-las de forma permanente e continuada. Disponível em: www.mma.gov.br/educambiental Último acesso em 26 de junho de 2015.

- Possibilitar intervenções culturais e educativas, destacando o cine clube, feiras e música;
- Utilizar a metodologia da arte-educação, a partir das diversas linguagens (música, dança, teatro e poesia) buscando uma nova forma de abordagem;
- Construir, a partir das oficinas interativas, materiais didáticos pedagógicos para apoiar o desenvolvimento das ações/intervenções;
- Criar a Rede de Educadores Ambientais no âmbito do território da UC;

Atualmente tem sido realizado um trabalho de aproximação entre as quatro principais UCs da região (Parque Estadual da Serra do Conduru, Parque Municipal Boa Esperança, APA da Lagoa Encantada e APA da Costa de Itacaré/Serra Grande), fruto da I Oficina de Integração dos Conselhos Gestores do Corredor Esperança-Conduru, onde se resultou a Rede Esperança Conduru²².

Educação Ambiental na Vila de Areias/Lagoa Encantada

O estudo realizado na Vila de Areias para o conhecimento das representações sociais apresentou reflexões a partir dos diferentes olhares e, indica que o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental deverá acontecer o mais breve possível. Constata-se, que há uma necessidade premente de desenvolver o planejamento e a sua execução na perspectiva de uma gestão participativa e integrada, conjuntamente com os seus moradores e parceiros que atuam na localidade como os órgãos públicos, entidades do terceiro setor e o setor privado.

Na representação social do tema “Lagoa Encantada” verificou-se a vinculação afetiva entre as pessoas e o apego com o lugar, considerando a Lagoa como provedora, reconhecendo o seu encantamento sua reverência e beleza. Nesta representação foram sinalizadas dificuldades estruturais e a falta de políticas públicas frente à saúde, educação, saneamento, trabalho e à acessibilidade. Este programa

²²Disponível em: <http://redeesperancaconduru.blogspot.com.br/>

propõe um diálogo direto com autoridades locais para que sejam discutidas ações efetivas para a solução dos problemas.

Na categorização da representação social do tema “Turismo” identificou-se a necessidade de investimentos para se manter e se desenvolver. Estes investimentos dizem respeito à infraestrutura de pousadas e lazer, acesso ao local, calçamento, manutenção das trilhas, promoção de esportes náuticos e aquáticos, apoio a gastronomia local para que o turista permaneça no local. Sugere-se um Planejamento Participativo para as atividades de Turismo de Base Comunitária, objetivando um plano de ação para a sua implementação.

Em relação às categorias identificadas na representação social da “Pesca” observou-se que o pescado diminuiu consideravelmente, influenciando a vida socioeconômica e ambiental desta comunidade. Existe uma insatisfação por parte dos moradores locais em relação aos órgãos públicos, pois se sentem completamente abandonados e esquecidos. Desta forma, surge uma necessidade emergencial do apoio destes para com a fiscalização e gestão nesta área. Historicamente, a pesca vem sofrendo impactos, desde quando foram introduzidos peixes exóticos na Lagoa.

A representação social da “Sustentabilidade” nesta pesquisa está associada à forma de sobrevivência e ao sustento das pessoas. O núcleo central da representação refere-se à pesca, na perspectiva de não faltar o alimento para esta comunidade. Remete-se também ao termo desenvolvimento sustentável, capaz de atender às necessidades sem comprometer as gerações futuras. Considera-se que a sustentabilidade ambiental da Lagoa Encantada deve passar por uma avaliação de qualidade hídrica e pesqueira juntamente com os órgãos públicos e instituições pesquisadoras que atuam nesta área.

O desenvolvimento do trabalho na Vila de Areias deverá ter como estratégia a Eco-Negociação, uma técnica que promove a oportunidade de encontro para as trocas de conhecimentos, definição de ações a serem desenvolvidas na localidade (PADUA, 1997). Esse processo se dá a partir do diálogo diretamente com as pessoas e grupos, possibilitando o fortalecimento na medida em que os atores se percebem como agentes de transformação da realidade indesejada, em prol do bem comum. Assumem compromissos ligados à conservação e conseqüentemente à melhoria da sua

qualidade de vida. A seguir, temas identificados como prioritários que deverão ser discutidos na Eco- Negociação, observando as dificuldades estruturais e potência de ação.

Dificuldades estruturais

- Condições de acesso/estrada;
- Melhorias no cais;
- Transporte pelo Rio Almada;
- Ampliar os horários do transporte sentido Ilhéus / Vila;
- Melhorar as condições da telefonia local;
- Refletir sobre possíveis soluções para a questão dos resíduos sólidos (lixo);
- Ponderar sobre o que pode ser feito para melhorar o abastecimento e a qualidade da água;
- Avaliar a poluição ambiental na Lagoa;
- Analisar o estado da saúde pública;
- Ampliar a estrutura da educação escolar com qualidade no ensino, pensando em como chegar a se ter uma oferta de tempo integral;

Potência de ação

- Elaborar um Projeto de Turismo da Base Comunitária para a Vila de Areias;
- Elaborar o acordo de Pesca, a partir de uma discussão sobre a escassez do pescado, a pesca predatória e a fiscalização;
- Fortalecer o associativismo e o cooperativismo;
- Estimular a vertente da economia solidária na localidade;
- Construir, de forma participativa um Plano de Ação para a juventude local, contemplando atividades de aprendizagem em áreas como a pesca, o turismo e outros que possam surgir da própria comunidade;
- Disciplinar o uso dos recursos naturais na Vila de Areias;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi elaborar subsídios para a construção do Programa de Educação Ambiental e Comunicação para o Plano de Manejo, tendo como base o saber social produzido no cotidiano da representação social, a análise da caracterização da problemática socioambiental da Comunidade da Vila de Areias, criando raízes e novas relações de pertencimento e vivência com a Lagoa Encantada.

Essa comunidade/paisagem está inserida na APA da Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada, incorporada na “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, e faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica e do Corredor Ecológico Esperança-Conduru, abrigando a maior lagoa natural de água doce do estado da Bahia. Existem um alto nível de biodiversidade, endemismo e espécies ameaçadas de extinção, fazendo desse território uma área prioritária para conservação.

Com 24 anos de existência, a UC não conta com orçamento próprio para sua gestão, o que fragiliza e compromete o seu patrimônio natural. A deficiência na implementação do seu Plano de Manejo, ferramenta essencial para a gestão, a falta de fiscalização, a escassez de iniciativas de conservação e de ações de Educação Ambiental e Comunicação geram comprometimentos quanto à gestão deste espaço.

A partir das reflexões e dos resultados gerados neste trabalho, algumas considerações podem ser feitas na interpretação da realidade percebida. Para os moradores a Lagoa Encantada é um lugar que representa **paz e encanto**, e que apesar deles destacarem este sentimento, há questões sérias e estruturantes que precisam ser resolvidas pelo poder público do município e do estado, onde ambos fazem a gestão.

No que tange à representação social dos moradores acerca do Turismo, **as cachoeiras** são consideradas o grande potencial turístico e de maior valor para os turistas que ali chegam. O reconhecimento das cachoeiras foi destacado por todos, dos mais jovens aos mais velhos, como paisagem natural de grande beleza cênica. Apesar de estar claro que o turismo nesta comunidade gera **trabalho e renda**, considera-se que é necessário o apoio para a implementação do turismo nesta localidade. Observa-se que o Plano de Referência Urbanístico Ambiental de Areias desenvolvido pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado não foi implementado.

A pesca é a principal atividade dos moradores da Vila de Areias, a representação social da pesca foi à relação **peixes e predatória**. Para eles existe uma urgência em disciplinar o uso desta prática, pois a pesca predatória hoje é uma realidade e remete a um “alerta”. Observa-se que o pescado diminuiu consideravelmente, influenciando a vida socioeconômica e ambiental desta comunidade. Existe uma insatisfação por parte dos moradores locais em relação aos órgãos públicos, pois se sentem completamente abandonados e esquecidos.

Considera-se a necessidade emergencial do apoio dos órgãos competentes para com a fiscalização e gestão nesta área, analisando o impacto que vem sofrendo desde quando foram introduzidos os peixes exóticos na Lagoa, bem como uma articulação no Conselho Gestor da UC com a definição de uma pauta conjunta com os seus representantes afins na definição de ações de educação ambiental junto à comunidade.

A representação social da sustentabilidade está associada a dimensão social econômica e ambiental, buscando o sustento/sobrevivência e a preservação do meio ambiente.

O termo APA, para a representação social da comunidade de Vila de Areias, gira em torno de **preservar e proteger**. Por falta de informação, a área de proteção ambiental não é considerada uma Unidade de Conservação de uso sustentável, mas sim uma área de conservação ambiental que necessita de cuidados, a exemplo: a) das matas; b) da lagoa; c) do lixo; e, d) do desmatamento. E ainda compreende como espaço que deve educar, fiscalizar e conscientizar os seus moradores em relação à conservação ambiental.

Como a APA é uma Unidade de Conservação considera-se que é um espaço potencialmente educador, deverá ao longo da sua gestão reafirmar esta concepção conjuntamente com as instituições representadas no conselho e promover a articulação institucional e de políticas públicas, objetivando desenvolver ações e processos de formação em educação ambiental com a população na área de abrangência da unidade.

Com este estudo foi possível elaborar eixos estruturantes de atuação e estratégias de ação para a construção do Programa de Educação Ambiental e Comunicação para os municípios da APA da Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada.

Para isso foram sugeridos quatro eixos de atuação, destacando: **1) articulação institucional; 2) desenvolvimento de comunidades; 3) educação ambiental e questões socioambientais e 4) comunicação e informação.** No entanto, para atender esses eixos estruturantes, considera-se o planejamento participativo e a educação ambiental instrumentos facilitadores dos processos desde a articulação e a implementação das ações estruturantes na perspectiva de fortalecer o capital social para o enfrentamento no seu dia-a-dia, visando à construção de um futuro mais digno para as comunidades.

No território da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada está previsto a instalação do Complexo Intermodal e Logístico Porto Sul, empreendimento de grande porte incluindo o Porto, a Ferrovia de Integração Oeste/Leste - FIOOL, que se encontra em fase de execução ligando a cidade de Ilhéus-BA a Figueirópolis-TO. Ainda está previsto o projeto Vale do Rio Pardo com objetivo de construir um mineroduto na extensão de 482 Km, que partirá da estação de bombeamento, no município de Grão Mogol Minas Gerais, e se estenderá até a estação de desaguamento, a ser localizada próxima a retroaria do Porto Sul, no município de Ilhéus, Bahia.

Mediante a esses possíveis impactos socioambientais no território da APA, considera-se emergencial a implementação deste Programa em consonância com o Plano de Manejo da APA. As definições e estratégias de gestão deste território a partir das políticas públicas vigentes devem estar bem definidas e claras, objetivando assim, empoderar as comunidades no enfrentamento dos seus desafios já identificados, a partir das suas representações sociais e outros que porventura venha surgir.

Observou-se que a Lagoa Encantada - Vila de Areias é palco de vários estudos científicos, tornou-se objeto de estudo para realização de monografias dos estudantes de graduação, dissertação de mestrando e tese de doutorando das Universidades do Estado e até fora do país.

Sendo gestora da APA, e ao mesmo tempo caracterizada como pesquisadora da região, o estudo permitiu rever posturas e conhecer mais profundamente a realidade, por meio de reflexões sobre a sua situação vivida, e mais do que isso, permitiu repensar nas etapas de planejamento necessárias, de modo a potencializar ações participativas e educativas, inseridas na gestão.

Os resultados desta pesquisa foram apresentados na reunião do conselho gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada no mês de setembro de 2015, bem como uma pequena exposição de fotos, onde a comunidade teve a oportunidade de verificar todo o trabalho realizado e, inclusive, levar para suas casas as fotos como lembrança deste tempo de encontros e trocas de saberes.



Foto 87: Devolutiva da pesquisa durante a reunião do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encanta e Rio Almada. (Paulo Paiva, set. 2015).



Foto 88: Exposição das fotografias durante a reunião do Conselho Gestor. (Paulo Paiva, set. 2015).



Foto 89: Criança observa fotografias durante a reunião do Conselho. (Paulo Paiva, set. 2015).



Foto 90: Escolha das fotografias pós reunião do Conselho. (Paulo Paiva, set. 2015).

Ao finalizar este trabalho ressalto que o processo de construção se deu no campo, passo a passo na realidade vivida, sentida e percebida de forma intensa. Muitas horas doídas e outras gratificantes, mas todas elas transformadoras da minha prática enquanto pesquisadora, servidora pública e agente de transformação social na construção de políticas públicas.

Aqui as narrativas visuais retornam em todo o seu potencial, permitindo rever toda a trajetória e também contar e descobrir momentos da realidade estudada. A poética dessas imagens auxiliaram nas amarrações entre os focos estudados e nos sentimentos proporcionados.

A expectativa é que este conhecimento gerado, permita que a construção do Programa seja feita de acordo com as categorias identificadas e que este trabalho tenha contribuído para o aplicação da teoria das representações sociais no campo da educação ambiental, bem como, uma contribuição especial para a gestão da Unidade de Conservação da APA Lagoa Encantada e Rio Almada, que merece todo o meu respeito pelo povo que habita neste território e que luta para criar suas novas raízes.

REFERÊNCIAS

ABARÁ, **Descobrimo a natureza**: uma viagem inesquecível pelas terras e águas da lagoa encantada. Ilhéus. Bahia, 2003. (Não Publicado).

ABRIC, J. C. A Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (org). **Estudos interdisciplinares sobre representação social**. Goiânia: AB, 2000.

ALVES, L.M; GOMES, E.T.A; SANTOS, M.F.S. Diferentes olhares sobre a natureza–representação social como instrumento para educação ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 41-51, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/euyQ>. Acesso em 22 de abril de 2015.

ANDRADE, E. C. P.; BRITO, L. D.; PINTO FILHO, J. B.; BAU, E. A. Olhares cotidianos entrelaçando saberes, culturas, biologies através da fotografia. **Revista da SBEnBio**, n. 03, pp. 2467, 2010.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002, p 127 – 147. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf. Acesso em 20 março 2015.

BAHIA. **Decreto nº 2217 de 14 de junho de 1993**. Cria a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, no Município de Ilhéus, e dá outras providências. Disponível em <http://goo.gl/Kat5QW>>. Acesso em 10 nov. 2014.

BAHIA. **Decreto Nº 8.650, de 22 de setembro de 2003**, altera a poligonal e a denominação da Área de Proteção Ambiental APA da Lagoa Encantada, no Município de Ilhéus, e dá outras providências. Disponível em <http://goo.gl/nwcbfY>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BAHIA. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (INEMA). **APA Lagoa Encantada e do Rio Almada**. Disponível em <http://goo.gl/qG8x56>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BAHIA. **Plano de Referência Urbanístico Ambiental** – Vila Turística Areias, 2002.

BAHIA. Resolução nº 1.802 de 23 de outubro de 1998, Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada, no Município e Ilhéus. Disponível em: <http://goo.gl/3hHJh8>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BAHIA. Resolução Nº 2.989, de 19 julho de 2002, aprova alteração no Zoneamento Ecológico Econômico da APA da Lagoa Encantada. Disponível em: <http://goo.gl/o3SC6S>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, S. R. **O rural em perspectiva**: a construção do social na Lagoa Encantada. 2001. Monografia (Especialização em História Regional) - Universidade Estadual de Santa Cruz. 2001.

BOING, L. **Indicadores de Sustentabilidade em comunidades ribeirinhas**: um estudo de caso da comunidade do Entorno da Lagoa Encantada, Bahia - Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz. 2015.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n.1 (3), p. 68-80, jan.-jul. 2005.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Manejo Participativo de Áreas Protegidas**: Adaptando o Método ao Contexto, Temas de Política Social. UICN SUR. Quito, Equador, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://goo.gl/QoLJuY>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação. Órgão Gestor da **ENCEA: Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf Acesso em 12 de abril de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil**: Experiências em implementação de corredores ecológicos. Roberto Xavier de Lima, (org.). Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **O corredor central da Mata Atlântica**: uma nova escala de conservação da biodiversidade Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, 2006. Disponível em:< <http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/cadernos/CorredorCentraldaMataAtlantica.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. DAP. GIZ. UICN-Brasil. **Seminário de APAs do Brasil**, 1, 2013. Brasília. Apresentação de Relatório de Trabalho de Grupo. Disponível em: <http://goo.gl/OWN34U>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação. Órgão Gestor da PNEA. **ProNEA: educação ambiental por um Brasil sustentável**. ProNEA, marcos legais & normativos., 4ª Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em

<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>. Acesso em 02 de abril de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mosaicos**. Disponível em www.mma.gov.br/destaques/item/52. Acesso em 21 de julho de 2015

CARVALHO, I. C. M. Nomes e endereços da educação ambiental. In FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Participação, cidadania e educação ambiental, 6, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 2010, p 40-47.

CARVALHO, I. C. M. Subjetividade. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA/DEA. 2013. (v. 3).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economica, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v 1

CASTILLO, R. Tecnologias da informação e os novos fundamentos do espaço geográfico. In:__: **Desafios da Comunidade**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

CASTRO, P. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici: análise social. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, v. 37, n. 164, p. 949- 979, 2002.

CUNHA, A. S; LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, v. 3, p. 66-79, set. 2009.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP, 2001.

DOUROJEANNI, M.J; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março, 2002.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIATURSA. Coordenação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Manejo**: Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada. Salvador: BAHIATURSA, 1996.

FIGUEIREDO, L.A.V. **O “meio ambiente” prejudicou a gente...: políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP).** 1999. 599f. il. Dissertação (Mestrado em Educação, área de concentração em Educação, Sociedade e Cultura) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

FIGUEIREDO, L.A.V. Políticas públicas, representaciones sociales y la pedagogía de los conflictos socioambientales: um caso educativo brasileiro, **Tópicos en Educación Ambiental.** Guadalajara, México: v.5, n.14, p.52-64, ago., 2006.

FIGUEIREDO, L.A.V. **Cavernas como paisagens racionais e simbólicas:** imaginário coletivo, narrativas visuais e representações da paisagem e das práticas espeleológicas. 2010. 466 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, L.A.V. Representações sociais e imaginário coletivo sobre as cavernas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 31, 2011, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa, PR: SBE; GUPE, UEPG, 2011.

FRANCO, G.B et al. **Relação qualidade da água e fragilidade ambiental da Bacia do Rio Almada, Bahia.** Disponível em: <<http://goo.gl/CXL8fW>>. Acesso em 21 fev. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIA ECOLÓGICO. **Você sabe como as águas são classificadas?** Disponível em <<https://guiaecologico.wordpress.com/2012/03/28/voce-sabe-como-as-aguas-sao-classificadas/>>. Acesso em: 16de abril de 2015.

GIULIANI, M. V.. O lugar do apego nas relações pessoasambiente. In TASSARA, E. T., RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M.C. **Psicologia e ambiente.** São Paulo: Educ, 2004.

GODOY, S. A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. Mai./Jun. 1995.

ICMBio. IPÊ. **Práticas inovadoras de gestão de áreas protegidas.** Brasília. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/CjdTYX>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ICMBio. WWF-Brasil. **Efetividade da gestão das unidades de conservação federais do Brasil: resultados de 2010.** Brasília. 2012. Disponível em: http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/Rappam_federal_2010.pdf Acesso em: 11 jan. 2015.

ILHÉUS (Município). **Decreto Nº 026, de 04 de junho de 1991,** institui o tombamento de áreas situadas no território do município e dá outras providências. Disponível em <<http://goo.gl/jzfvMJ>>. Acesso em 25 fev. 2015.

ISA. **Consulta pública**. Disponível em:<<http://goo.gl/wbTb9r>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

JORNAL DA APA DA LAGOA ENCANTADA: “**Em cantos da lagoa**”, Ano II – Edição Especial nº 2 Janeiro/Fevereiro. Ilhéus – BA, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAHLOU, S. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In: ALMEIDA, A. M., SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A.(Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. 2 ed. Brasília: Thechnopolitk, 2014. p. 77 – 130.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas**: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. 2011. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 44p.

MEDEIROS, R.; ARAÚJO; F.F.S. 2011. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectiva para o futuro. Sumário Executivo. Brasília, MMA, 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao06072011055754.pdf Último acesso em: 18 de junho de 2015.

MENDONÇA, R. Educação ambiental vivencial. In: FERRARO-JUNIOR, L.A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2007.

MENGHINI, F. B.; MOYA-NETO, J.; GUERRA, A. F. S. Interpretação ambiental. In: FERRARO-JUNIOR, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2007.

MOREIRA, V.A; HESPANHOL, M.A. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, São Paulo: UNESP, 14 ed, n. 2. p. 48, 2011.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise** Rio de Janeiro: Zahar Editores 1976. p. 26

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. S; **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, p. 622-623, 2012.

NEVES, J. I. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo: FEA-USP, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

NEIMAM, Z. **A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOBRE, I. M. **A fotografia como narrativa visual**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2003.

O ECO, 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28448-o-que-e-uma-reserva-da-biosfera> Último acesso em 08 de junho de 2015.

ONAGA, Cristina Aragão; DRUMOND, Maria Auxiliadora; FERREIRA, Mariana Napolitano e (Org.). **Efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil**: resultados de 2010. Brasília: ICMBio. WWF-Brasil 2012.

PÁDUA, J. A.; **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, S. **Uma pesquisa em educação ambiental**: a conservação do mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*). In: VALLADARES-PADUA, C. e BODMER, R. (Orgs.). Manejo e conservação de vidasilvestre no Brasil. Brasília: MCT - CNPq e Sociedade Civil Mamirauá, 1997, p. 34-42.

PÁDUA, S. Educação ambiental e participação comunitária: chaves para a conservação da biodiversidade. In: ROURE, M. e PADUA, S. (Orgs.). **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura Editores, 2001, p. 183-201.

PÁDUA, M. S; **Educação ambiental como processo de gestão socioambiental**: Integração entre conservação e uso sustentável dos recursos naturais do pontal do Paranapanema, São Paulo. Brasília, 2004.

PALMIERI, R; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de unidades de conservação**: guia sobre sua criação e funcionamento. Piracicaba: Imaflora, S; Belém: Imazon, PA, 2009. p 15.

PATRIOTA, L. M. Teoria das representações sociais: contribuições para a apreensão da realidade. Serviço Social em Revista, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm. Acesso em: 20 de abril de 2015.

REIGOTA, M. O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2, n. 1 – pp. 33-66, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Thiago/Downloads/30017-34854-1-PB.pdf>

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 33, n.2, 2011.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA – RBMA. **Texto síntese**. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp Último acesso em: 10 de abril de 2015.

ROCHA, B. L. **O canto/encanto da Lagoa**. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2010/11/lurdes-bertol-rocha.pdf> Último acesso em 10 de julho de 2015.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SÁNCHEZ, V. A. **Psicología comunitária**: bases conceptuales y operativas métodos de intervención. Barcelona: PPU. 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, EDUSP, 2002.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SORRENTINO, M (org.). **Educação ambiental e políticas públicas**: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Appris, 2013. p. 22.

SORRENTINO, M; FERRARO JÚNIOR, L. A. Aprendendo nos caminhos da educação ambiental. In FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Participação, cidadania e educação ambiental. 6, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 2010, p 48-62. Disponível em: <http://www.isabelcarvalho.blog.br/wp-content/uploads/2009/05/Livro-VI-F%C3%B3rum-vers%C3%A3o-final.pdf#page=60> Acesso em 15 de junho de 2015.

SOUZA, F, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109-145.

TASSARA, H. **Dicionário socioambiental**: ideias, definições e conceitos. São Paulo: Faarte Editora, 2008.

TATAGIBA, F.C.P; **Cardápio de fontes de recursos financeiros para a gestão ambiental pública**: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais. Brasília: Rede de Fundos Socioambientais, 2008.

TORRES, M. L. **Análise do processo de implementação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental** – o caso das APA. Ilhéus, BA: UESC, 2007.

TRAJBER, R. SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. especial, p.71. set. 2010. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vesp2010/art5vesp2010.pdf>. Acesso em: 5 de agosto de 2015.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALENTI et al. **Subsídios para processos reflexivos em projetos de educação ambiental**. In: Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 5, 2009. *Anais...* São Carlos: V EPEA, 2009.

VÈRGES, P. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações**: EVOC: manual. Versão 5. Aix en Provence: [S. n.] 2002

VIOLA, E. As complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

WUNDER, A. SPEGLICH, E. ANDRADE, E. AMORIM, A. C. Imagens que acontecem nos deslocamentos em/de pesquisas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2006, Marília. **Anais...**, São Paulo: Unesp, 2006.

WWF-Brasil: **Relatório Anual, 2013**.

WWF Brasil/ IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando experiências de capacitação**. Brasília, 2012.

APÊNDICE A

Questionário de pesquisa aplicado com os membros da comunidade de areias.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS - IPÊ

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - ESCAS

CANTOS E ENCANTOS DA LAGOA ENCANTADA

FORMULÁRIO DE QUESTÕES(2015)

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO (ENTREVISTADOR): _____

Data: ___/___/___ Hora: _____

A) DADOS DO ENTREVISTADO

Idade: _____ Sexo: () F () M

Local de Origem (Naturalidade): _____

Onde mora: _____

Atividade Profissional: _____

Escolaridade: () não teve chance de estudar () ensino médio
() ensino fundamental () ensino superior.

CURSO _____

Renda familiar: () até 1 salário mínimo () 2 a 4 salários mínimos
() 5 a 7 salários mínimos () 8 a 10 salários mínimos
() acima de 10 salários mínimos

B) ESTUDO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

1. Gostaria que me dissesse 3 palavras que vem na sua mente quando falamos a palavra LAGOA ENCANTADA:

a) _____; b) _____ c) _____

O que é a LAGOA ENCANTADA para você? Explique seu conhecimento sobre **LAGOA ENCANTADA** utilizando as palavras escolhidas

2. Cite 3 **palavras** que vem a sua mente quando falamos o termo: **TURISMO**.

a) _____; b) _____ c) _____

Explique seu conhecimento sobre TURISMO utilizando estas palavras que você escolheu:

3. Cite 3 **palavras** que vêm à sua mente quando falamos o termo: **PESCA**.

a) _____; b) _____ c) _____

Pensando nestas 3 palavras, como você explicaria o seu conhecimento sobre PESCA.

4. Cite 3 **palavras** que vêm à sua mente quando falamos o termo: **SUSTENTABILIDADE**

a) _____; b) _____ c) _____

Explique seu conhecimento sobre SUSTENTABILIDADE utilizando as palavras escolhidas:

5. Você pode citar 3 **palavras** que vêm à sua mente quando falamos Sobre **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**?

a) _____; b) _____ c) _____

Explique seu conhecimento sobre **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL** utilizando as palavras escolhidas:

6. Dentre as fotos apresentadas diga qual a mais significativa para representar a paisagem da Lagoa Encantada – Vila de Areias. (Fotos em anexo).

Justifique:

7. Destas imagens apresentadas, qual você mais se identifica? Explícite os sentimentos envolvidos.

8. **QUEM** você acha que deve ter a responsabilidade pela conservação ambiental da Lagoa Encantada - Vila de Areias. Justifique.

9. Que **NOTA** você daria para o estado geral de conservação ambiental da Lagoa Encantada - Vila de Areias (1 a 10)? Justifique.

10. O que você poderia fazer para ajudar nesta conservação?

11. Você gosta de viver na Lagoa Encantada - Vila das Areias? Explique os motivos.

ANEXO A

Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada e Rio Almada.

DECRETO Nº 8.650 DE 22 DE SETEMBRO DE 2003

Altera a poligonal e a denominação da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Encantada, no Município de Ilhéus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do disposto na Lei Estadual nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001, e com fundamento nas Leis Federais nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 9.985, de 18 de julho de 2000, e na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988,

considerando a necessidade de proteger os valiosos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica na bacia do Rio Almada, bem como sua nascente, os manguezais e áreas úmidas associadas a seu estuário, englobando a bacia hidrográfica do Lago da Barragem do Iguaçu, excetuando o limite oficial do Distrito Industrial de Ilhéus;

considerando toda a riqueza que as áreas indicadas possuem como abrigo de espécies raras da fauna e flora locais;

considerando a grande beleza cênica que compõe o referido ecossistema com imenso potencial de desenvolvimento do ecoturismo;

considerando ser prioridade o incentivo às boas práticas de conservação natural em terras privadas (criação de RPPNs, servidões ecológicas e reservas legais), assim como outras atividades econômico-ecológicas e de educação ambiental, inclusive com o incentivo à recomposição de florestas nativas integradas às cadeias produtivas regionais,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a poligonal da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Encantada, criada pelo Decreto nº 2.217, de 14 de junho de 1993, abrangendo o Município de Ilhéus, acrescendo uma área de 146.000 ha, perfazendo uma área total estimada de 157.745 ha, abrangendo agora os Municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina, conforme memorial descritivo constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Em razão da ampliação da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Encantada em direção às nascentes e ao estuário do Rio Almada, a Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Encantada, criada através do Decreto nº 2.217, de 14 de junho de 1993, passa a denominar-se Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada.

Art. 3º - À Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, através da Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação - SFC, na condição de entidade administradora da APA, dentre outras competências previstas em

legislação própria, especialmente na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988, cabe:

I - elaborar, para a área ampliada, o diagnóstico ambiental, o zoneamento ecológico-econômico, no qual serão definidas as zonas e seus respectivos usos, e o plano de manejo dentro do limite territorial da APA;

II - promover a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das comunidades da APA;

III - acompanhar e apoiar as atividades de fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental na APA;

IV - promover a formação de um corredor ecológico, possibilitando o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies;

V - ampliar a representação no Conselho Gestor incluindo membros das comunidades inseridas na área ampliada através deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de setembro de 2003.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho
Secretário de Governo

Jorge Khoury
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos